

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS –
CCBSA – CAMPUS V
PROGRAMA DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A INSERÇÃO DA AMÉRICA DO SUL NO DISCURSO
DIPLOMÁTICO BRASILEIRO NO GOVERNO LULA (2003-2010)**

GABRIELA GONÇALVES BARBOSA

João Pessoa
2011

GABRIELA GONÇALVES BARBOSA

**A INSERÇÃO DA AMÉRICA DO SUL NO DISCURSO
DIPLOMÁTICO BRASILEIRO NO GOVERNO LULA (2003-2010)**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais.**

**Orientadora: Profa. Dra. Silvia
Garcia Nogueira**

João Pessoa
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

B238i Barbosa, Gabriela Gonçalves.
A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no Governo Lula (2003-2010) / Gabriela Gonçalves Barbosa. – 2011.
172f. : il.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, 2011.
“Orientação: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira, Curso de Relações Internacionais”.

1. Política externa brasileira. 2. Discurso diplomático brasileiro. 3. Governo Lula. I. Título.

21. ed. CDD 327.18

Gabriela Gonçalves Barbosa

**A Inserção da América do Sul no Discurso Diplomático
Brasileiro no Governo Lula (2003-2010)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais.

O trabalho foi considerado:

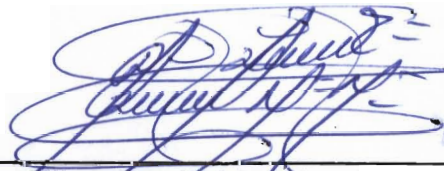
aprovado

Data: 15/09/11

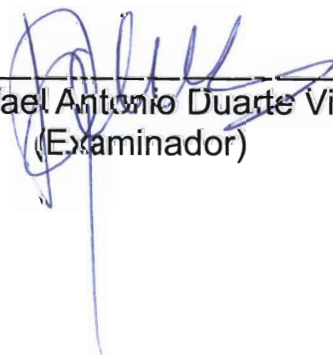
Banca:



Prof. Dra. Silvia Garcia Nogueira (UEPB)
(Orientadora)



Prof. Dr. Elias David Morales Martinez (UEPB)
(Examinador)



Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (USP)
(Examinador)

*Aos meus pais, João e Elenice,
pelo amor e dedicação incondicionais*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

À prof. Dra. Silvia Garcia Nogueira, pela orientação, incentivo e paciência no desenvolvimento deste trabalho, pelos ensinamentos e por valorizar o potencial criativo de seus alunos;

Aos professores Elias David Morales e Rafael Villa, por terem gentilmente aceitado examinar minha dissertação, oferecendo valiosas sugestões;

Ao Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, por possibilitar o desenvolvimento dos nossos estudos com qualidade, oferecendo a oportunidade de estudarmos com professores atentos e qualificados;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro;

Aos meus colegas de turma do mestrado, companheiros de dúvidas e vitórias, principalmente à Ana Cristina e Maria Cezilene;

Aos familiares que tanto torcem por meu sucesso e felicidade;

À Giorgio, Cristiane e Shayana. Apesar da distância, sempre presentes;

À Elias, Neide, Elineide, Liu, Flávia, Nico e Bóris, por constituírem minha segunda família;

À Erivalter, pelo apoio em todos os momentos, por estar sempre disposto a ajudar, por toda compreensão, amor e paciência;

Aos meus pais, João e Elenice, tão amáveis e companheiros, que tanto acreditam em mim, e que nunca mediram esforços para que eu me transformasse em um ser humano feliz; e finalmente à Deus, por tê-los colocado em minha vida.

RESUMO

As relações do Brasil com a América do Sul nem sempre foram consideradas prioritárias para a política externa brasileira. Ao analisarmos o histórico de aproximações e distanciamentos do Brasil em relação aos seus vizinhos, percebemos que durante a década de 1990 começa a ocorrer uma mudança de foco, especialmente após a adesão do México ao NAFTA, seguido pela proposta de criação da ALCA pelos Estados Unidos, crises financeiras e atentados de 11 de setembro de 2001, entre outros. Já no final do governo Cardoso percebe-se a necessidade do aprofundamento político com a América do Sul, mas é apenas durante os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva que essa ideia foi amplamente defendida e de certo modo, popularizada. Sendo assim, este trabalho busca discutir a importância atribuída ao sul-americanismo para a Política Externa do Brasil a partir de uma análise da inserção da “América do Sul” discurso diplomático brasileiro durante o governo Lula. Para isso, serão analisados os pronunciamentos oficiais do presidente Lula entre 2003 e 2010. A abordagem dos modernistas lingüistas ao enfatizarem o discurso e seu poder de construir a realidade social nos serve de inspiração, e ao final, propomos uma análise da inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no período objeto do nosso estudo a partir da ideia “correção de modelo” e do aprofundamento do paradigma logístico - propostos por Cerro, e também da ideia de “continuidade de parâmetros de política externa” e do conceito de diplomacia presidencial - propostos por Danese. Percebemos que a consolidação da América do Sul, no entendimento do governo brasileiro, seria um processo chave na qualidade da inserção internacional do Brasil, onde o grande desafio é estabelecer a confiança nas relações políticas a partir de uma demonstração de comprometimento do Brasil com o aprofundamento da integração sul-americana, passando por um processo de conhecimento e convencimento que, através de atos da fala e relacionamento direto, a coordenação entre os países da América do Sul é de destacada importância para uma participação mais eficaz em foros internacionais.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Discurso Diplomático; Governo Lula; América do Sul.

ABSTRACT

Brazil's relations with the South America were not always considered a priority for Brazilian foreign policy. In reviewing some historical relationships of Brazil to its neighbors, we realize that during the 1990s begins to occur a shift in focus, especially after the accession of Mexico to NAFTA, followed by the proposed creation of the FTAA by the United States, financial crises and attacks of September 11, 2001, among others. At the end of the Cardoso government we realize the need to deepen political dialogue with South America, but it is only during the two terms of Luis Inacio Lula da Silva that this idea was widely supported and, in certain way, popularized. Based on it, this paper aims to discuss the importance attached to South America in Brazil's foreign policy from an analysis of the insertion of "South America" in the diplomatic discourse in Brazil during the Lula government. For this, we will analyze the official statements of President Lula between 2003 and 2010. The approach of "modernist linguists" when emphasizing the discourse and its power to construct the social reality is an inspiration, and at the end, we propose an analysis of inserting South America in Brazilian diplomatic discourse, starting from the idea of "model correction" and the development of the logistics paradigm - proposed by Cervo, and also the idea of "continuity of parameters of foreign policy" and the concept of presidential diplomacy - proposed by Danese. We realized that the consolidation of South America, for the Brazilian government, would be a key process in the quality of the international insertion of Brazil, where the challenge is to establish trust in political relations from a demonstrated Brazilian commitment in deepening South America's integration, through a process of knowledge and conviction that through acts of speech and direct relationship, the coordination between the countries of South America is of outstanding importance for a more effective participation in international forums.

Key Words: Brazilian Foreign Policy, Diplomatic Discourse, Lula's Government, South America.

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre-Comércio Sul-Americana
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAN	Comunidade Andina de Nações
Caricom	Comunidade do Caribe
Casa	Comunidade Sul-Americana de Nações
CS-ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fonplata	Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-americano de Livre Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCE	Organização do Tratado de Cooperação Econômica
RMRE	Relatório do Ministério das Relações Exteriores
Unasul	União das Nações Sul-Americanas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição dos pronunciamentos nos dois mandatos do Presidente Lula	42
Quadro 2	Palavras-chave selecionadas em quantidade de pronunciamentos entre os anos 2003-2006	43
Quadro 3	Palavras-chave selecionadas em quantidade de pronunciamentos entre os anos 2007-2010	45

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE “AMÉRICA DO SUL” PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18
1.1	Da redemocratização aos nossos dias	22
1.2	A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no século XXI	35
2	AMÉRICA DO SUL NO DISCURSO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO DURANTE A “ERA LULA” (2003-2010)	41
2.1	A construção discursiva da priorização da América do Sul para a política externa do Brasil no governo Lula	51
2.2	Modo de condução das relações entre o Brasil e a América do Sul	58
2.3	Declaração de responsabilidade que o Brasil tem com a América do Sul e defesa dos interesses regionais no plano internacional	69
2.4	O lugar do Mercosul: um “sustentáculo” para a América do Sul?	75

2.5	Defesa da união e coordenação política dos países da América do Sul nos foros multilaterais	82
2.6	Liderança/hegemonia do Brasil em relação à América do Sul	93
2.7	Casa e Unasul: Institucionalização da ideia de integração política e a construção de uma identidade sul-americana	100
3	ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO DISCURSO DIPLOMÁTICO EM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL	108
3.1	Paradigma logístico e diplomacia presidencial: entre a “correção de modelo” e a manutenção de “parâmetros de continuidade”	110
3.2	Análise dos temas referentes à América do Sul nos pronunciamentos do presidente Lula	123
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	152
	Anexos	

INTRODUÇÃO

Quando falamos em “América do Sul” e as relações diplomáticas do Brasil, podemos ter a impressão de que sempre estiveram relacionados, uma vez que pela aproximação geográfica dos Estados na região, qualquer relacionamento entre eles tenha sido natural e constante.

Esta percepção não é totalmente correta, óbvia, ou sequer simples. Ao analisarmos a história de nossa política externa, observamos que, por muito tempo, o ideário político brasileiro de caráter internacional estava muito mais próximo da Europa (principalmente Inglaterra) e dos Estados Unidos, do que de seus vizinhos diretos, sendo as referências a uma “América próxima” principalmente direcionadas à região da Bacia do Prata, por conta de maior contato direto e tensões específicas percebidas ao longo de sua história.

Em meio a uma vizinhança predominantemente hispânica, o Brasil foi visto por muito tempo como uma nação afastada das outras por vários motivos: a sua língua portuguesa, a condição imperial (enquanto o seu entorno já era republicano), a manutenção do escravismo, além dos longos espaços naturais que o separavam geograficamente de outros Estados (à exceção, em parte, da região da Bacia do Prata), tornavam o Brasil diferente na região, e no âmbito político brasileiro, apenas tardiamente a região despertou maior interesse.

Mudanças e continuidades na percepção da importância da América do Sul para a Política Externa Brasileira podem ser observadas a partir de uma análise da maneira como a região é oficialmente vista e aparece sucessivamente nos discursos oficiais brasileiros. Inclusive, o modo como vêm sendo construídas a imagem e a identidade internacional do Brasil, demonstra a relevância, para o Brasil, de uma maior aproximação política com seu entorno regional.

De acordo com Danese (1999, p. 29-33), “a inserção no discurso diplomático brasileiro de um conceito o torna núcleo organizador da ação diplomática, estratégia de atuação e catalisador do comportamento externo de todo o governo”. Nesse sentido, “o discurso que verbaliza essa idéia, essa concepção, essa identidade, ao mesmo tempo em que reforça um conceito, também cria perspectivas ao seu respeito”.

Na medida em que a América do Sul é reafirmada enquanto interesse imediato para a política externa do Brasil nos pronunciamentos oficiais de um Presidente da República, se consolida enquanto um conceito de necessária compreensão: inseri-lo sistematicamente em seu discurso tem o papel não só de demonstrar o interesse de chegar mais perto de seus vizinhos, como também de mover-se em direção a uma maior coordenação política, buscando garantir maior perspectiva de apoio para os interesses do país no plano internacional.

A região sul-americana tem um importante papel na inserção internacional do Brasil, ganhando especial ênfase no período de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), a partir da construção de um discurso diplomático com um forte caráter “sul-americano”.

Há a necessidade, então, de entender como a relação do Brasil com seu entorno tem se desenvolvido, e a perspectiva escolhida para fazer esta análise, parte do olhar brasileiro sobre a América do Sul presente nos pronunciamentos oficiais do presidente Lula nos dois mandatos.

Entre os formuladores e executores da política externa do governo brasileiro, destacam-se as figuras do Presidente da República (Lula), do Ministro das Relações Exteriores (Celso Amorim), do Secretário-Geral das Relações Exteriores (Samuel Pinheiro Guimarães) e do assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República (Marco Aurélio Garcia).

Na condição de Chefe de Estado, o Presidente Lula visivelmente imprimiu um caráter personalista na condução da política externa brasileira durante seu mandato, demonstrando ser pessoalmente interessado na condução de uma política regional forte e coordenada. Justamente por esta razão, tomaremos como base seus pronunciamentos para desenvolvermos este trabalho.

O trabalho ora apresentado busca discutir algumas fases do relacionamento do Brasil com a região durante a sua trajetória política externa a partir de um viés político, construído a partir das interações (também políticas) entre os atores e da construção discursiva do conceito de América do Sul pela diplomacia oficial brasileira.

Ao propor o presente objeto de estudo, temos em mente que uma melhor compreensão pode ser alcançada a partir de uma análise inspirada em uma abordagem construtivista, em especial de um grupo de teóricos identificado por

Adler (2006, p. 98) como “modernistas-linguistas”¹, que resulta de uma combinação de hermenêutica subjetiva com um interesse cognitivo ‘conservador’ em explicar e entender a realidade social.

Modernistas-linguistas ou construtivistas *rule-orientados*, como Friedrich Kratochwil (1995) ou Nicholas Onuf (1989), acreditam que, por causa da primazia da epistemologia, entender a realidade social significa descobrir os processos pelos quais fatos sociais são constituídos pela linguagem e por regras/normas.

Eles estão interessados em explicar como regras sociais² (incluindo regras legais) fazem os processos pelos quais pessoas e sociedade se co-constituem³, através da ênfase no discurso e seu poder de construir a realidade social. Conduzem pesquisa empírica⁴ histórica e interpretativa com o objetivo de entender a emergência da realidade social.

Este tipo de construtivismo enfatiza a construção linguística dos assuntos (*subjects*), resultando em “práticas discursivas”, constituindo as unidades ontológicas ou basilares da realidade e análise (VIOTTI & KAUPPI, 2010, p. 290).

É esta abordagem “modernista-linguista” e seus respectivos autores, portanto, que utilizaremos como inspiração, por compreender que é a que se mostra mais adequada ao nosso enfoque.

Segundo Camargo, (2009, p. 26), a presença do discernimento ontológico permite a esses construtivistas refletirem sobre o papel da linguagem como forma

1 Ruggie (1998, p. 881) chama essa variante de construtivismo pós-moderno. Aqui, as raízes intelectuais retornariam à Nietzsche, e para qualquer atualização retomariam os apontamentos de Foucault e Derrida, marcando uma decisiva ruptura epistêmica com os preceitos e práticas do modernismo. Richard Ashley, segundo Ruggie (1998, p. 881) foi quem primeiro chamou atenção para esta versão do construtivismo. Outros autores que contribuíram, ainda de acordo com Ruggie, foram Campbell, Der Derian, R. B. J. Walker e feministas como Spike Peterson. Aqui, a construção linguística dos assuntos é identificada como um resultado de práticas discursivas que constituem os primados ontológicos, ou as unidades fundamentais da realidade e análise.

2 E o que Austin e Searle chamaram de ‘atos da fala’

3 Assim como Karen Litfin (1994), Neta Crawford (1999) e Jutta Weldes (1999), citadas por Adler (2006, p. 98).

4 Em 1986, Ruggie uniu forças com Kratochwil, que veio ao construtivismo via ‘insights’ do direito internacional e ‘teoria dos atos da fala’ baseadas na linguagem; juntos, escreveram um artigo seminal sobre regimes internacionais a partir de uma perspectiva construtivista (Kratochwil e Ruggie, 1986). Robert Keohane (1988) aproveitou a deixa desses dois autores, a quem ele chamou de ‘reflexivistas’, e os desafiou, assim como outros reflexivistas a desenvolverem pesquisas empíricas de acordo com linhas positivistas. Este ‘desafio’ estimulou uma segunda geração de construtivistas a se engajarem em pesquisas empíricas, embora geralmente não seguindo linhas positivistas (...) Ruggie e Kratochwil mais tarde escreveram uma série de importantes artigos, que ajudaram a estabelecer o tipo modernista (Ruggie, 1998) e tipo linguista (linguistic type) (Kratochwil, 1995) do construtivismo em relações internacionais (Ver: Adler, 2006, p. 99-100)

de apresentar, representar e mudar a realidade do mundo social.

Tanto para Kratochwil (1995) quanto para Onuf (1998)⁵ a interpretação das regras e normas que vigoram nos discursos é fundamental para a compreensão da realidade internacional. Kratochwil considera que o mundo é construído pelos discursos que utilizamos para nos referirmos a ele, e, segundo Onuf, existe uma relação assimétrica de poder, a qual permite que determinados discursos sobressaiam a outros e criem regras que definem as ações dos atores.

Adler (2006, p. 103), ao tratar sobre “valores agregados” ao construtivismo, defende que um deles consiste na enunciação do papel da linguagem na vida social. Para começar, linguagem é o meio para a constituição de significados intersubjetivos. Ainda de acordo com o autor, o senso de direito, obrigação e dever que atores políticos tomam emprestado das estruturas sociais dependem da linguagem que é orientada em direção a propósitos coletivos, sendo os discursos também forma de mudança (idem).

Neste sentido, “atos da fala” tem uma dimensão *ilocucionária* (“fazer algo através de dizê-lo”); por isso, além de descrever a realidade, eles também a constroem (Kratochwil, 1989, p. 8).

Assim, Onuf, em *World of our Making: The strange career of constructivism in international relations*, de 1989, se refere, primeiramente, ao movimento interpretativista das relações internacionais como ‘construtivista’, assim como Kratochwil, em *Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs*, de 1995, se tornaram guias para a abordagem construtivista a partir da atenção às construções sociais a partir da linguagem (modernistas-linguistas, como definido por Adler [2006]).

Wind (2001, p. 257-258) ao tratar da contribuição de Onuf para a teoria das Relações Internacionais, chama atenção para a ideia de que conceitos, frases e proferimentos (ações, atos e palavras ditas) invocados por agentes humanos/oficiais do governo em um dado momento dependem do contexto no

5 Ambos os autores possuem como fontes inspiradoras os filósofos Ludwig Wittgenstein (a realidade não pode ser compreendida senão como resultado de uma complexa prática social e lingüística, que o autor denominou ‘jogos de linguagem’) e Jürgen Habermas (cuja contribuição principal se baseia em suas reflexões sobre a Teoria da Ação Comunicativa, a qual argumenta que a interação social entre os atores, com o intuito de se firmar um entendimento mútuo, depende da linguagem ou atos comunicativos) (ver Camargo, 2009, p. 26).

qual cada um é empregado. Análises conceituais podem contribuir para um melhor entendimento de como e por que certas ordens legítimas são reproduzidas enquanto outras não.

Como Onuf aponta, “conceitos não devem ser dissociados do discurso político no qual é incorporado (...) conceitos *constituem* discurso. Eles o fazem na condução dos argumentos, que, embora respondendo a eventos, nós podemos ver como sendo *sobre* conceitos” (WIND, 2001, p. 257-258).

Por sua vez, Kratochwil comenta que normas não apenas estabelecem certos jogos e permitem aos jogadores buscarem seus objetivos dentro delas, elas também estabelecem significados intersubjetivos que permitem aos atores direcionarem suas ações uns aos outros, se comunicarem, avaliarem a qualidade de suas ações, criticarem e justificarem suas escolhas. A ênfase é colocada nos entendimentos compartilhados que promovem o contexto para interações políticas (VIOTTI & KAUPPI, 2010, p. 289-290)

Kratochwil (1995) corrobora que a “virada linguística” – movimento iniciado pelos filósofos lingüistas, em meados de 1960, que designou a linguagem não como um espelho da realidade, mas como construtora – destaca a análise de discurso, mais especificamente das normas e regras que vigoram nos discursos, como um tema metodológico inovador para a reflexão sobre os eventos afetos às Relações Internacionais (*apud* CAMARGO, 2009, p. 26).

Camargo (*idem*), ainda ao analisar a contribuição de Kratochwil, chama atenção para o argumento do autor, para quem o entendimento das regras que regem os discursos permite compreender a própria realidade, pois o mundo é constituído pelos discursos que utilizamos para nos referirmos a ele. É no processo de interação e comunicação entre os atores que são construídos os interesses e as preferências dos agentes. Dessa forma, para os construtivistas modernistas-linguistas, a realidade do mundo social constrói e é construída por esses esforços em produzir consensos, regras, identidades.

Dentro da ampla gama de discursos produzidos em um processo de condução de política externa do Brasil, optamos por analisar os pronunciamentos *oficiais* do presidente Lula, por considerar ser um tipo de comunicação de grande impacto.

Este estudo foi dividido em três capítulos, além da introdução e das

considerações finais: no Capítulo 1, revisaremos as aproximações e os afastamentos da política externa brasileira em relação aos seus vizinhos (América do Sul em modo amplo), além de fazer uma breve análise sobre o modo como o Brasil percebeu seu entorno, buscando traçar os contornos gerais deste relacionamento, a partir da análise do processo de inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro, e a construção da sua imagem de “sul-americano” com a reafirmação de seu conceito. Trataremos rapidamente do período do advento da independência até a redemocratização em meados dos anos 1980; da redemocratização até o final do século XX, analisando a América do Sul para a política externa entre os governos de Sarney e Fernando Henrique Cardoso; e em seguida destacando algumas continuidades e diferenças entre os governos Cardoso e Lula, na transição entre o século XX e XXI.

No capítulo 2, focaremos na descrição das diversas formas em que a América do Sul foi inserida nos pronunciamentos do presidente Lula nos dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010). Optamos por não dividir a descrição e a análise por mandato, pois percebemos que os temas em relação à América do Sul não sofreram modificações radicais em decorrência do final de um governo e início do outro. Apesar de serem dois mandatos, consideramos como um único período de 8 anos, porém divididos em temas diversos.

Em relação aos outros capítulos, o capítulo 2 está propositalmente mais longo. Compreendemos que uma divisão dos temas propostos em dois capítulos diversos (por mandato) poderia prejudicar a leitura, tornando-a repetitiva demais, já que os mesmos temas foram percebidos nos dois mandatos (com exceção do último). Consideramos então razoável agrupar a descrição dos temas propostos em apenas um capítulo descritivo.

Após uma cuidadosa análise de todos os 547 pronunciamentos proferidos pelo Presidente Lula onde o entorno regional é focado (em especial onde é “central” ou “secundário”) em seus dois mandatos, percebemos que poderíamos agrupá-los em grandes temas no decorrer dos quatro anos. Isso porque apesar do grande número de discursos que tratam da “América do Sul”, muitos temas se repetiam, por vezes com uma perceptível intenção de reforço de uma idéia, em tipos diferentes de reuniões/encontros, e para interlocutores diversos – como imprensa, sociedade civil, empresários e investidores e, com grande destaque,

Chefes de Estado/Governo e seus representantes diplomáticos, além de outros políticos – tanto no Brasil, como em outras regiões do mundo.

Em linhas gerais, no capítulo 2 propomos a seguinte subdivisão de temas: a) a construção discursiva da priorização da América do Sul para a política externa do Brasil no governo Lula; b) o modo de condução das relações entre o Brasil e a América do Sul; c) a declaração de responsabilidade que o Brasil tem com a América do Sul e a defesa dos interesses regionais no plano internacional; d) o lugar do Mercosul: um “sustentáculo” para a América do Sul?; e) a defesa da necessidade e dos benefícios da união e da coordenação política dos países da América do Sul nos foros multilaterais; f) a liderança/hegemonia do Brasil em relação à América do Sul e g) a Comunidade Sul-americana de Nações e a União das Nações Sul-americanas.

No capítulo 3, buscamos traçar uma relação entre alguns acontecimentos internacionais que refletiram no discurso do presidente Lula, além de analisar alguns resultados políticos dos temas levantados, contrapostos aos pronunciamentos. Propomos uma análise da inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no período a partir da ideia de “correção de modelo” e do aprofundamento do paradigma logístico – propostos por Cervo (2008) – e também da ideia de “continuidade de parâmetros de política externa” e do conceito de diplomacia presidencial - propostos por Danese (2009). Buscamos atentar para algumas continuidades e mudanças de argumentos percebidos ao comparar os mesmos temas nos dois mandatos, especialmente na tentativa de construção de políticas e consensos da América do Sul e para a América do Sul.

1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE “AMÉRICA DO SUL” PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Ao manter relações com o seu exterior, seja como monarquia ou país independente, o Brasil mostra traços da construção de sua identidade singular, partindo da percepção de que se encontrava em meio a uma região diferente. De acordo com Celso Lafer (2007, p. 35), ao tratar da formação da identidade brasileira, a Monarquia foi base da identidade internacional *sui generis* do Brasil no século XIX, no âmbito das Américas. Tratava-se de um Império em meio a Repúblicas, de uma grande massa territorial de fala portuguesa que permaneceu unida num mundo hispânico que se fragmentava – ser brasileiro era ser não-hispânico.

No período imperial, no entendimento de Santos (2005, p. 2), o Brasil, ao conservar o princípio dinástico como fonte de legitimação, diferenciou-se decisivamente de seus vizinhos americanos, que passaram a representar para o Império, segundo o autor, o “outro” irreconciliável. Na metafórica ruptura entre a América e a Europa, o Brasil colocava-se ideologicamente ao lado das potências europeias. A chave para permitir essa operação ideológica foi o conceito de “civilização”¹.

Segundo Santos (2005, p. 2), durante o Império, o Brasil construiu sua auto-imagem a partir da percepção de uma suposta superioridade em termos de civilização – o que seu regime político representava, aproximando-se, assim, das monarquias europeias. Ainda que atrasado, escravista e distante, essa “monarquia tropical” sentia-se acima de seus vizinhos, entendendo-os como “anárquicos e selvagens”.

Ao tratar o desenvolvimento da “América do Sul” como um conceito/entendimento diplomático brasileiro, o autor (idem, p. 1-20) faz uma análise a respeito do surgimento e da utilização do termo em caráter oficial, recorrendo a relatórios da Secretaria Nacional de Estado em Negócios Estrangeiros.

¹ Sobre o assunto, ver ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994).

Em seu texto fica evidente que a utilização da expressão “América do Sul” foi utilizada pela primeira vez em 1844 não por um brasileiro, mas pelo Ministro de Negócios Estrangeiros do governo do México, D. João Cañedo, em um convite para que se realizasse uma reunião com todos os governos da *América do Sul*. O conceito de América do Sul definido pela área de atuação da missão de Cañedo, entretanto, não corresponde ao que hoje representa a expressão².

Para convocar o pretendido Congresso, o então ministro das Relações Exteriores do México, Lucas Alemán, enviou duas missões diplomáticas: “uma à América Central e Colômbia e outra às repúblicas sul-americanas e ao Império do Brasil” (Zoraida Vázquez *apud* SANTOS, 2005, p. 2). A utilização da expressão “América do Sul” só voltaria a se repetir no relatório de 1855 e, também dessa vez, como atributo criado por outro país – os Estados Unidos – que se referia a toda extensão ao seu sul, incluindo o que hoje seria a região da América Central (incluindo México), Caribe e América do Sul (SANTOS, 2005, p. 2).

Nos relatórios do período imperial, a expressão “América do Sul” foi usada pela terceira e última vez no volume de 1888 (*idem*, p. 5), sobre o convite formulado pelo governo uruguaio para um “Congresso dos Estados da América do Sul”. Dessa feita, pelo prisma de hoje, o título estaria mais ajustado, pois a esse congresso assistiram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. No entanto, ao aludir aos resultados do Congresso, o relatório de 1890 indica que a adesão ao acordo dele resultante era recomendada aos governos das nações latino-americanas – expressão que figurou pela primeira vez nos relatórios do então renomeado Ministério das Relações Exteriores (SANTOS, 2005, p. 3).

Antes disso, o Manifesto Republicano de 1870 já defendia que “somos da América e queremos ser americanos” (IGLÉSIAS, 2006, p. 181). Foi a República, instaurada em 1889, que sublinhou o dado geográfico da inserção internacional do Brasil nas Américas (LAFER, 2007, p. 35). Sua proclamação representou a reversão imediata do distanciamento em relação ao americanismo. Com ela, o discurso da chancelaria brasileira passou a incorporar, ainda que timidamente, as expressões como “América Latina”, “América do Norte”, “América Central” e “América do Sul” (SANTOS, 2005, p. 3-4).

A diplomacia brasileira dos primeiros vinte e cinco anos da República atuou

2 O que será discutido mais adiante.

tendo como referências primordiais dois cenários: um sistema americano, comandado pelos Estados Unidos; e um subsistema sul-americano, no qual o Brasil (junto com a Argentina e o Chile) dispunha de uma autonomia relativa (SANTOS, 2005, p. 4).

Importante lembrar que essa ideia “sul-americana” não abrangia, na prática, o que hoje corresponderia à América do Sul geopolítica; abrangia praticamente aquilo que hoje denominamos de “cone sul³”, estando a parte mais ao norte da região, sob influência direta dos Estados Unidos.

Uma especial atenção aos seus vizinhos começa a ser mais destacada a partir do momento em que José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, fica à frente do Ministério das Relações Exteriores, entre 1902-1912. Segundo Gehre (2009a, p. 29), ele desempenhou um papel destacado na definição de conceitos para a política exterior do Brasil e na definição da trajetória histórica do Brasil na América do Sul, além do processo de consolidação de fronteiras.

A política externa brasileira da época do Barão do Rio Branco sinalizou o uso da ideia de América do Sul e valorizou a força da tradição como meio de inserção internacional (GEHRE, 2009b, p. 68).

A diplomacia de Rio Branco, paradigmática para o período, estruturou o discurso sobre o americanismo e a América do Sul para atender seus três principais objetivos: a definição das fronteiras, o aumento do prestígio internacional do país e a afirmação da liderança brasileira na América do Sul (Burns *apud* Santos, 2005, p. 4), optando pelo desenvolvimento de uma estratégia baseada em uma aliança “não-escrita” com os Estados Unidos, mantendo certa distância das regiões de influência direta norte-americana e acentuando contatos com o sul da região.

Santos (2005, p. 4) observa que, embora tenha sido um dos momentos em que a expressão “América do Sul” teve grande destaque no discurso diplomático brasileiro, não incluía, na prática, a região norte do continente e seria, talvez, melhor traduzida por o “sul da América”.

Em uma perspectiva ampla, esta situação foi mantida até o final da Segunda Guerra Mundial. O Brasil buscava fomentar a aproximação com os

3 Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

Estados Unidos a partir do respeito à sua zona de influência, privilegiando, em termos de política externa, suas relações com países do Cone Sul.

Em contrapartida, segundo Mônica Hirst (2006), o Brasil esperava uma “retribuição” por parte dos americanos pela manutenção da “aliança”, ainda que “não escrita”, em tempos de guerra. A não-retribuição americana, do modo que os brasileiros esperavam, acabou sendo frustrante para o governo brasileiro (idem). Esta frustração, contudo, ajudou a aproximar o Brasil, economicamente, dos outros países vizinhos, apesar de existir uma clara distinção econômica em relação ao gigante do norte.

A relativa marginalização favoreceu a consolidação da identidade comum dos países latino-americanos, tendo como marco a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). O Brasil respondeu a esse desafio, no governo Kubitschek, com a proposta da Operação Pan-Americana (OPA, 1958), definida com precisão como a primeira iniciativa brasileira feita com base em “um estado de consciência verdadeiramente latinoamericano⁴” Com o lançamento da Operação Pan-Americana (1958), o discurso diplomático brasileiro passou a centrar-se francamente na noção de identificação do Brasil com seus vizinhos latino-americanos (RMRE *apud* SANTOS, 2005, p. 12-13).

Santos acredita que com a Política Externa Independente (PEI)⁵ dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart (1961-64), o Brasil passou a se identificar concretamente com os países em desenvolvimento e trouxe para o discurso diplomático brasileiro, em termos claros, as questões do debate Norte-Sul⁶. A Política Externa Independente reforçou essa identidade latino-americana do Brasil ao mesmo tempo em que identificou interesses comuns entre o país e as demais nações em desenvolvimento, situando claramente o Brasil como país do Terceiro Mundo (2005, p. 13-14).

De acordo com Hirst (2006), o golpe militar de 1964 reaproximou o Brasil

4 Importante esclarecer que não confundimos o conceito de “América do Sul” com o de “América Latina”. Ocorre que no período aqui referido, as relações com a região eram traduzidas como relações “latinoamericanas”.

5 Visão das relações internacionais do Brasil que tinha como princípio básico uma atuação independente frente à bipolaridade EUA-URSS existente na época, visando proporcionar ao Brasil os benefícios de uma ampliação do comércio internacional.

6 Além dos países latino-americanos, a Política Externa Independente buscou incorporar os países da Ásia e da África, advogou abertamente em prol da descolonização e, mesmo, fez aberturas para os países do Leste Europeu.

dos Estados Unidos por alguns anos, até aproximadamente 1969, que com novas frustrações no que diz respeito às expectativas que o governo brasileiro mantinha em relação a uma aliança com os Estados Unidos, acabou retomando a idéia de desenvolvimento e “latino-americanismo”.

A política do “pragmatismo responsável”⁷, sob o impacto da crise do petróleo e das crescentes fricções com os Estados Unidos, acentuou a identificação do Brasil com os países do Terceiro Mundo e com a América Latina.

No período em que João Figueiredo esteve no poder, a partir de 1979 até o final da ditadura militar (1985), o governo incorporou na sua agenda de política externa a ideia de uma identidade latinoamericana para o Brasil aproximando relações com outros países do continente, e também começou a priorizar ações em fóruns multilaterais” (SARAIVA, 2010, p. 156).

1.1 Da redemocratização aos nossos dias

Com a redemocratização, o advento da Constituição da República de 1988 determinou, em seu art. 4º, parágrafo único, que o Brasil “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latinoamericana de nações”, a constante busca do aumento das relações políticas do Brasil com seus vizinhos continentais se torna algo a ser buscado.

De acordo com Vizontini (2005, p. 95), a carga simbólica dessa afirmação é muito intensa, pois enaltece uma longa tradição de convivência pacífica e harmoniosa entre o Brasil e os demais países da América do Sul, existentes desde a Guerra do Paraguai.

A partir do processo de redemocratização do Brasil, pós-ditadura militar, em meados da década de 1980, e com o início dos diálogos que culminaram com a criação e processo de consolidação do Mercosul no início da década de 1990,

⁷ Ver Spektor (2004, p. 191-222): “Ao longo de seu governo, o presidente Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, promoveram mudanças sistemáticas na política externa do país sob a égide do *Pragmatismo Ecumênico e Responsável* (1974-1979). O programa buscava projetar o Brasil na hierarquia internacional de poder, tirando vantagens de um sistema internacional singularmente flexível”.

percebemos a preocupação (relativamente lenta, é bem verdade) com uma reaproximação do seu entorno regional de maneira mais enfática (e estratégica). Esta proximidade abriu caminho para um processo de configuração de alguns eixos principais da política externa brasileira.

Durante a gestão do ex-presidente José Sarney (1985-1989), negociações mais enfáticas com a Argentina iniciavam os passos que mais tarde chegariam à formação do Mercosul. Na segunda metade do governo Sarney, porém, segundo Letícia Pinheiro (2004, p. 51-52), “embora mantidas premissas centrais do globalismo, realizou-se um esforço diplomático para a construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos”.

A autora (2004, p. 56) lembra que no governo Fernando Collor de Melo primeiramente se buscou retornar ao paradigma americanista: liberalização da economia cujo eixo girava em torno da inserção competitiva do Brasil na economia mundial nos marcos da chamada “modernização pela internacionalização”.

De acordo com Vizentini (2005, p. 81), nesse período o Brasil se afastou em larga medida de uma diplomacia multilateral, voltando a alinhar-se com os Estados Unidos, e a desenvolver uma política mais centrada nas Américas. Tal período foi marcado, notadamente, por um processo de liberalização da economia brasileira, de retomada das relações subordinadas com os Estados Unidos e de abertura às proposições do FMI.

Fernando Collor inaugurou aquilo que se chamou de “autonomia pela participação”, buscando aumentar a credibilidade internacional do país com vistas à renegociação da sua dívida externa e mesmo como um passaporte para o Primeiro Mundo, por meio da adesão aos regimes internacionais de comércio, controle de tecnologias sensíveis, proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos (PINHEIRO, 2004, p. 56).

No entanto, a tentativa de retorno ao americanismo mostrou-se ineficaz uma vez que o consenso interno em torno de uma relação especial com Washington deixara de existir, particularmente no que se refere à expectativa de

8 Segundo Cervo (2008), princípios e valores descritos como: Autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; Juridicismo; Multilateralismo; Ação externa cooperativa e não-confrontacionista; Parcerias estratégicas; Realismo e pragmatismo; Cordialidade oficial no trato com os vizinhos; Desenvolvimento como vetor; Independência de inserção internacional.

que uma aproximação dessa natureza seria suficiente para atender aos interesses brasileiros na sua totalidade (idem, p. 56-57).

Com a saída de Fernando Collor da Presidência da República, Itamar Franco, seu substituto (1992-1994) nomeou Fernando Henrique Cardoso (1992-93), seguido por Celso Amorim (1993-94), como ministros das Relações Exteriores. Neste período a diplomacia brasileira buscou se adaptar às circunstâncias internacionais sem que deixasse de lado sua histórica prioridade à promoção do desenvolvimento e a busca de autonomia. Ainda não se podia falar, entretanto, da adoção de um novo paradigma de política externa (PINHEIRO, 2004, p. 58).

De acordo com Saraiva (2010, p. 156):

A virada dos anos 1990 presenciou grandes mudanças no cenário internacional e dentro do Brasil. A política externa de formação de vínculos e integração com seus vizinhos se tornou uma prioridade para o Brasil, e desde aquele período, o governo brasileiro tem levado adiante várias iniciativas nessa área, sendo a mais ambiciosa o Mercosul.

As iniciativas de modo a priorizar a “América do Sul” em detrimento da “América Latina” tem fundamentos políticos bem objetivos.

Ao longo da década de 1990, segundo Fonseca (2007, p. 81), ao menos duas perspectivas de inserção internacional se abriram para a diplomacia brasileira: de um lado, o processo de integração do cone sul representava o caminho óbvio, já que contava com o capital diplomático acumulado ao longo da década anterior e encontrava no processo europeu um exemplo inequívoco. De outro, o recém-lançado discurso da política externa norte-americana pregava o “livre-cambismo hemisférico”, que passou a apresentar forte atração para a maioria dos países latino-americanos, seduzidos pela perspectiva de acesso ao enorme mercado interno do gigante do Norte.

Para o Brasil, devido ao fato de suas relações comerciais não se concentrarem nos Estados Unidos, esta oferta americana não trazia todos os benefícios que eram visualizados por outros países da região. Pelo contrário, Fonseca (2007, p.80), argumenta que o Brasil, desde pelo menos a década de 1970, inserira-se em um seletivo grupo de países que se convencionou chamar de

global traders, justamente por apresentarem perfil de comércio exterior diversificado e distribuído ao redor do globo, o que acabou despertando preocupações para a diplomacia brasileira.

A assinatura do Tratado de Livre-Comércio Norte-Americano (NAFTA), em 1992, abarcando o Canadá, Estados Unidos e México, precipitou uma reação do Brasil. A adesão do México ao NAFTA – sendo aquele o principal país latino-americano fora do subcontinente sul-americano – ocasionara, em grande medida, a perda da relevância geopolítica da expressão “América Latina” para o Brasil (FONSECA, 2007, p.80).

Com a entrada do México no NAFTA, transferindo o seu interesse em política externa para a parte norte do Continente Americano, os países da América Central e Caribe não conseguiriam, sozinhos, atrair as atenções do Brasil para a região, esvaziando a ideia de política externa “latino-americana”.

Foi nesse contexto que o Brasil em 1993, já no Governo Itamar Franco, lançou a proposta de uma Área de Livre Comércio Sul-americana (Alcsa), numa tentativa explícita de se contrapor à investida norte americana, e uma das conseqüências mais imediatas da iniciativa foi a substituição, no discurso diplomático brasileiro, do termo “América Latina” por “América do Sul”.

Na ausência de um fórum propriamente sul-americano, a proposta foi apresentada durante a 7ª Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 1993, e ainda não incluía Guiana e Suriname na geografia regional (COUTO, 2010, p. 24).

A ideia da Alcsa representou uma sinalização de duplo sentido, conforme Celso Amorim (Ministro das Relações Exteriores em 1993, no governo de Itamar Franco), pois, de um lado, mostrava que o Mercosul não se esgotaria em si mesmo e constituía o núcleo de um processo maior de integração, e, de outro, “reconhecia que a realidade para o Brasil não era a América Latina, mas a América do Sul” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 114)⁹.

A respeito do período do governo Itamar Franco, Almeida (2007, p. 11-12) faz as seguintes considerações:

A diplomacia brasileira no período de Itamar Franco também começou a operar uma pequena, mas importante mudança conceitual, no sentido de abandonar a velha adesão à dimensão

9 Sobre essa percepção, ver também PINHEIRO (2004, p. 59).

geográfica da “América Latina” em troca de nova e acrescida ênfase ao conceito de América do Sul, o que foi confirmado pelas repetidas tentativas de obter acordos de associação ou de liberalização comercial entre o Mercosul e todos os vizinhos sul-americanos, reagindo ao projeto americano da Alca mediante a proposta de uma Alcsa, uma área de livre comércio sul-americana.

Durante a Primeira Cúpula das Américas, conforme esperado, foi proposta a criação da Alca, que deveria estar finalizada num prazo de 10 anos. A posição brasileira era delicada. Se, por um lado, considerava-se uma área de livre comércio continental, da qual fazem parte os EUA, contrária aos interesses nacionais imediatos, por outro, não se podia alienar-se das negociações, sob pena de isolamento na região. Assim, os negociadores brasileiros compareceram à reunião bastante reticentes e cautelosos quanto à aceitação dos novos compromissos (FONSECA, 2007, p.82).

O sucesso inicial do Mercosul (em 1997) com o aumento em cinco vezes do comércio dentro do bloco fez com que o Brasil centrasse seus planos regionais no avanço do Mercosul. Assim, já no segundo ano de vigência da união aduaneira, iniciaram-se tratativas para seu alargamento: a ideia de Alca ficava cada vez mais distante, as investidas americanas surtiam efeito contrário, e o Brasil buscava o fortalecimento do Cone Sul.

Ao longo da década de 90, todas as sinalizações dos Estados Unidos com a finalidade de avançar na integração hemisférica resultaram no fortalecimento do compromisso brasileiro com o aprofundamento e/ou alargamento da integração sub-regional” (Mello, 2002, p. 38)

Com a construção de uma aliança estratégica com a Argentina, a América do Sul foi gradualmente se tornando um dos principais focos da política externa brasileira. Ao mesmo tempo em que se envolvia no processo de construção do Mercosul, o Brasil procurou promover diversas iniciativas diplomáticas na esfera sul-americana, algumas delas tendo como eixo a dimensão econômico-comercial (ALCSA, acordos comerciais do Mercosul com Chile, Bolívia e, mais tarde, Comunidade Andina), outras a dimensão de infra-estrutura (IIRSA) e outras, ainda, a esfera política (mediação de conflitos entre Peru e Equador), além da tentativa de fortalecimento da cooperação amazônica com a criação da

Organização do Tratado de Cooperação Econômica (OTCE) em 1998. Apesar da diversidade de iniciativas, a dimensão comercial foi, nos anos 1990, o principal eixo a partir do qual se expressou a política sul-americana do Brasil (LIMA *et al*, 2007, p. 3-4)¹⁰.

Conforme Miriam Saraiva (2010, p. 151), desde 1991, a política externa brasileira para a América do Sul desenvolveu duas linhas que compartilham um campo em comum. Os esforços diplomáticos do Brasil centraram-se em dois movimentos no que diz respeito aos vizinhos sul-americanos e no esforço de construir a liderança brasileira na região. Por um lado, o governo brasileiro desenvolveu e consolidou um processo de integração regional nas linhas do regionalismo aberto: o Mercosul. Enquanto isso, também fomentou uma cooperação e iniciativas de integração menos estruturadas na região.

Todas essas iniciativas, especialmente desde que Itamar Franco subiu ao poder, têm sido sustentadas por um objetivo de mais longo prazo adotado pela diplomacia brasileira pra construir uma liderança regional econômica e política autônoma dos Estados Unidos, enquanto fortalece a posição do Brasil como um ator global na cena internacional (SARAIVA, 2010, p. 151-152).

O breve governo de Itamar Franco (1992-93), conforme Vizentini (2005, p. 86) teve como objetivo revalorizar a presença do Brasil no cenário mundial, que sofrera considerável redução sob Collor, a partir de foros multilaterais e de integração regional. Vizentini (2005, p. 86) defende ainda a idéia de que no plano regional, a integração platina e sul-americana foi a prioridade de governo, e que o Mercosul, nesse sentido, ganhou uma dimensão estratégica que até então não possuía.

Pode-se dizer que durante o governo Itamar Franco, a política externa brasileira expressou uma tentativa de conjugar a permanência do país no rumo da liberalização econômica com a manutenção de uma margem de segurança na condução autônoma de seus interesses, ainda que essa tentativa nem sempre tenha sido frutífera (PINHEIRO, 2004, p. 59). O fato é que desde o início da década de 1990 um conjunto de variáveis operava no sentido de redefinição dos quadros conceituais da política externa brasileira (*idem*, p. 60).

Entre os membros do Mercosul, tratava-se de ampliar a infra-estrutura de

10 Disponível em http://www.cebri.org.br/pdf/377_PDF.pdf

integração entre os quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), buscando-se associação da Bolívia e do Chile. Com Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, a diplomacia brasileira buscou acordos bilaterais nas áreas de agricultura, meio ambiente, transportes, repressão ao narcotráfico e controle da região amazônica (VIZENTINI, 2005, p. 87).

Frente ao sucesso inicial do Mercosul e, segundo aponta Moniz Bandeira (2005, p. 114), às dificuldades advindas do modelo de negociação adotado para a implementação da Alcsa, a iniciativa esmorece, e a integração da América do Sul volta a constar mais fortemente na agenda internacional brasileira a partir dos anos 2000.

Quanto ao lugar da América do Sul na política externa brasileira, Vizentini (2005, p. 95) lembra que Fernando Henrique Cardoso (1992-1993), enquanto ministro das Relações Exteriores durante o governo de Itamar Franco, e posteriormente Celso Amorim (1993-1995), deu início à substituição da ênfase na América Latina pela América do Sul, delimitando uma nova esfera geográfica de política regionalista. Essa diretriz ganhou uma dimensão prática importante na agenda diplomática sul-americana, na qual o Mercosul passou a ser o exemplo mais importante dessa estratégia.

Mais tarde, tanto o primeiro quanto o segundo mandato presidencial de Cardoso (1994-1997 e 1998-2002), foram caracterizados pela abertura econômica, privatização, liberalização das regras de comércio e responsabilidade fiscal (PINHEIRO, 2004, p. 60).

No plano da política externa, o governo Cardoso foi marcado pela intenção de influenciar o desenho de uma nova ordem internacional, intensificando a participação brasileira nos diversos foros decisórios multilaterais como a ONU e a OMC (idem, p. 61).

Para resumir a linha de atuação desse governo, podemos dizer, em consonância com Letícia Pinheiro (2004, p. 62), que buscou-se reforçar a opção pelo fortalecimento das instituições multilaterais internacionais, já que, por se autodefinir como país intermediário com recursos limitados de poder, supunha-se que a adesão às normas de regulação internacional lhe garantiria a preservação de espaços de autonomia.

Fortaleceram-se, na gestão de Cardoso, os trabalhos no sentido de

resgatar a imagem brasileira no exterior, principalmente após sucessivas crises econômicas. Apelando para as melhoras relativas observadas nos indicadores econômicos do país, e uma certa predisposição presidencial à diplomacia ativa, o então chanceler Celso Lafer procurou solidificar o diálogo brasileiro com países, blocos e organismos internacionais que se mostravam estrategicamente interessantes.

Moniz Bandeira (2005, p. 114) lembra que Cardoso, quando assumiu a Presidência da República, declarou ser “necessário valorizar a própria base regional do Brasil, solidificá-la, inclusive para aumentar seu ‘poder de barganha’”, percebendo que a “contiguidade geográfica favorecia a formação de uma ‘plataforma sul-americana’, que poderia ter extensões no Atlântico Sul, na América Central e no Caribe”.

Considerado um parceiro estratégico da maior importância desde o início do mandato de Cardoso, os Estados Unidos tiveram sua preponderância consolidada nos dois últimos anos do governo: o bom relacionamento com os EUA mostrava-se, para o Itamaraty, como a melhor forma de preservar a autonomia brasileira e a sua predominância na região sul-americana.

Vizentini (2005, p. 95) argumenta que o caráter da política externa desenvolvida no governo Cardoso sinaliza para a instauração de novos projetos e parcerias para o Brasil, sem definir claramente o paradigma estratégico pelo qual estava se orientando. Letícia Pinheiro (2004, p. 61), no entanto, defende que inauguramos, sem dúvida, um novo paradigma, que ela denominaria de *institucionalismo pragmático*.

De acordo com Gehre (2009b, p. 68), a diplomacia presidencial exercitada por Cardoso ao longo da década de 1990 foi profícua em difundir a ideia de América do Sul como parte integrante da identidade internacional do Brasil.

Vizentini (2005, p. 98) destaca que com as crises econômicas asiática (1997) e russa (1998), o Brasil enfraqueceu-se com a fuga de capitais. A crise financeira e cambial de 1999 levaram a uma desvalorização do Real, e segundo o autor, nesse mesmo ano o Mercosul passou por um período extremamente delicado. A América do Sul como um todo sofreu com as crises, e o fortalecimento de compromissos e objetivos precisos entre os países da região, tornou-se vital para que eles pudessem acompanhar a evolução do cenário internacional. A

articulação da integração da América do Sul, segundo ainda Vizentini (2005, p. 99) tornava-se imprescindível para o Brasil¹¹.

Neste sentido, a idéia de América do Sul encontra refúgio no ambiente político e diplomático sul-americano, de acordo com Gehre (2009, p. 106-107) entre 2000-2008¹². O *modus operandi* instituído foi de encontros bianuais entre todos os presidentes da região com o intuito de fazer avançar uma agenda de integração. Assim, as seguidas reuniões de presidentes da América do Sul podem ser organizadas em uma mesma categoria analítica denominada “diplomacia de cúpula” e, portanto, ganha inteligibilidade e consistência explicativa na história do presente. Os encontros se sucederam em Brasília, (2000), Guaiquil (2002), Cusco (2004), Cochabamba (2006), e novamente em Brasília (2008). Um encontro de cúpula importante e que precisa ser citado foi o de Margarita, Venezuela, em 2007 (GEHRE, 2009, p. 107).

Por iniciativa brasileira, ocorreu em Brasília a I Reunião de Presidentes da América do Sul¹³, congregando pela primeira vez todos os líderes sul-americanos. Foram discutidos, entre outros, temas políticos, comerciais e de integração física por meio de doze eixos¹⁴ de integração e desenvolvimento. Uma “cláusula democrática” foi adotada para a América do Sul como um todo (GARCIA, 2005, p. 268).

Esta reunião foi uma iniciativa estratégica da política externa brasileira em uma perspectiva de longo prazo, pois a intensificação das pressões externas em 1998-1999 reduziram o espaço de manobra do país (VIZENTINI, 2005, p. 99). Vale lembrar que esta reunião priorizou questões de infra-estrutura de transportes e comunicação.

Embora estas aproximações pudessem ser vistas, a América do Sul não era a principal orientação da política externa brasileira, conforme atenta Amado Cervo (2008, p. 54). Segundo o autor, Cardoso orientou-se para a Europa, em cujas relações via maior grau de convergência política e econômica.

11 Ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se um ciclo de debates entre presidentes da América do Sul, o que tornou-se uma constante entre os encontros diplomáticos do Brasil.

12 Anos correspondentes ao período de análise do autor.

13 Também conhecida como “Cúpula de Brasília”, realizada entre 31 de agosto e 01 de setembro de 2000.

14 Ver GARCIA (2005, p. 268)

Dois anos depois, durante a II Reunião de Presidentes da América do Sul¹⁵, em Guayaquil (Equador), estudou formulas para aprofundar a integração física sul-americana, incluindo financiamento do BID, do BNDES, da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) (GARCIA, 2005, p.275).

Thiago Gehre Galvão e Leandro Couto (2010)¹⁶ notam que, a partir dos anos 1990, ao mesmo tempo em que o Brasil buscou jogar em diferentes tabuleiros diplomáticos, o Itamaraty definiu a sulamericanidade como elemento identitário da política exterior do país. A América do Sul tornou-se a plataforma preferencial para a inserção internacional do país, em detrimento da América Latina ou do Cone Sul, ao mesmo tempo em que se converteu em projeto brasileiro através da institucionalização do multilateralismo regional com a criação da União Sul-Americana de Nações (Unasul).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi iniciado no ano de 2003, sob enorme expectativa devido às condições particulares em que sua eleição se dera e ao singular momento em que se encontrava o mundo, em geral, e o Brasil e seus vizinhos, em particular (VIZENTINI, 2005, p. 103), além de montar uma agenda de encontros que demonstra a opção por parcerias estratégicas com as potências emergentes, nos marcos da cooperação Sul-Sul (idem, p. 105).

Pinheiro (2004, p. 68) chama atenção para o fato de que desde o início dessa gestão houve uma tentativa de imprimir uma forte conotação política aos rumos da política externa. A América do Sul passou a ser apresentada no discurso diplomático como uma grande prioridade brasileira. O projeto, ademais, ganhou novos contornos. As negociações econômico-comerciais foram retomadas, em novas bases, permitindo a superação dos impasses que obstaculizaram a conclusão do acordo Mercosul-Comunidade Andina (SANTOS, 2005, p.17). Já no início do governo, questões regionais surgiram como a crise na Venezuela e os problemas no Haiti que tendiam a se agravar, demandando ainda mais atenção por parte da política externa brasileira.

15 Realizada entre 26 e 27 de julho de 2002.

16 Disponível em: <http://mundorama.net/2010/04/08/o-brasil-e-a-reorganizacao-do-sistema-interamericano-por-thiago-gehre-leandro-couto/>

A correção de rumos¹⁷, assim definida por Cervo (2008, p. 56), da ação externa empreendida por Lula comporta três linhas de frente: a) tirar a política exterior das ilusões de harmonia kantiana e de divisas e orientá-las para a conquista de reciprocidade real nas relações internacionais, ou seja, o multilateralismo de reciprocidade entre países centrais e emergentes; b) o enfrentamento das dependências estruturais – financeira, empresarial e tecnológica – com fim de atenuá-las; e c) *a ideia de reforçar a América do Sul como pólo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros* [grifo nosso].

No fundo, a transição do governo Cardoso para o governo Lula evidenciou o outro patamar em que se vai fixando a relação entre a ação externa brasileira e o papel das estruturas hegemônicas na configuração do ordenamento global: de passiva ou subserviente, passando pela dúvida, até o envolvimento com o poder global (CERVO, 2008, p. 57).

Na prática, foi iniciado um aprofundamento das iniciativas do final do governo Cardoso, que havia intensificado uma agenda pró-América do Sul – e particularmente pró-Mercosul – como forma de contornar a crise em que este último se encontrava e o esgotamento do seu rumo inicial neoliberal de abertura descuidada e negociações sem as devidas compensações (VIZENTINI, 2005, p. 105-106).

De acordo com Garcia (2005, p. 276), a política externa brasileira daria prioridade a América do Sul e, como reflexo dessa orientação, entre Janeiro e Agosto do primeiro ano do governo Lula, todos os presidentes sul-americanos visitaram o Brasil. Criou-se também no Itamaraty uma Subsecretaria Geral da América do Sul.

A institucionalização seguiria no caminho da criação dessa Subsecretaria-Geral para a América do Sul que, de acordo com o Ministro Celso Amorim (2007, p. 127-129) “nos fornecerá uma estrutura melhor aparelhada para esta imensa articulação diplomática com nossos vizinhos sul-americanos”.

Santos (2005, p. 18) destaca que o governo Lula esteve, desde o início, comprometido com a idéia de mudanças na ordem internacional. Conforme

¹⁷ O tema será tratado no capítulo 3.

estabelecido no discurso do presidente e de seu chanceler (Celso Amorim), o ponto de partida para uma nova inserção do Brasil no cenário internacional é a América do Sul – consolidada a partir da reconstrução do Mercosul, das negociações com a Comunidade Andina e da incorporação do Chile, da Guiana e do Suriname no esforço de integração. Segundo o presidente, “nós chegamos à conclusão de que era preciso juntar toda a América do Sul para fazer um Mercosul forte” (Lula da Silva, 20.11.2003)¹⁸.

As mudanças mais significativas no posicionamento político externo do Brasil e em algumas linhas de sua atuação internacional ocorreram, obviamente, ao longo do primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), com novas ênfases e alianças preferenciais - uma nítida mudança no discurso e na forma de se fazer diplomacia, talvez mais do que em sua substância, com algumas correções de estilo e também de prioridades ao início do seu segundo mandato (ALMEIDA, 2007, p. 13).

De acordo com Santos (2005, p. 18-19):

No contexto de uma III Reunião de Presidentes da América do Sul, convocada pelo presidente peruano Alejandro Toledo, deu-se a criação da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa). Na Declaração de Cuzco, de 8 de dezembro de 2004, definiram-se os parâmetros e metas da Casa. Nessa ocasião, os países sul-americanos comprometeram-se, entre outros objetivos, a: “desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais”¹⁹.

18 É importante lembrar, no entanto, que ao afirmar a vertente sul-americana da identidade brasileira não se está excluindo completamente as dimensões latino-americana e continental. A América Latina continuará a ser um conceito útil em diversos contextos – por exemplo, como grupo parlamentar no âmbito de organizações internacionais. Não há nenhum sentido prático em se pensar, por exemplo, na substituição do Grupo Latino-Americano e do Caribe (Grulac) por um grupo exclusivamente sul-americano. Nesse caso, essa troca far-se-ia em detrimento dos interesses concretos da atuação internacional do Brasil e dos países sul-americanos. Pode-se imaginar, no entanto, que a maior coordenação dos países da América do Sul sirva para melhor articular os interesses sul-americanos dentro do Grulac. Outras instâncias, como o Grupo do Rio, também poderão beneficiar-se de uma ação combinada de seus membros sulamericanos, sem perder sua abrangência e sua especificidade (SANTOS, 2005, p.19).

19 Declaração de Cuzco.

Ultrapassada a etapa das Reuniões de presidentes da América do Sul, os processos de integração da região ganharam uma nova institucionalidade, desde a perspectiva integradora dos esforços subregionais trazida pela criação da Comunidade Sul-americana de Nações - Casa (SANTOS, 2005, p.19).

Em setembro de 2005, realizou-se, em Brasília, a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Casa, sua primeira reunião formal de cúpula, inaugurando-se um novo momento das relações regionais. A criação da Casa responde às mudanças ocorridas no cenário global e no contexto do continente americano. Mais do que a “circunstância do Brasil”, a América do Sul é a referência para a inserção brasileira no mundo do século XXI.

O foco brasileiro mudou do Cone Sul – que tem no Mercosul sua base de articulação – para a América do Sul como um todo. Este movimento, cuja expressão maior foi a criação da Casa, e despertou receios em alguns de seus parceiros no processo de integração regional, ao mesmo tempo em que aumentou a capacidade brasileira de lidar com as suas principais questões por meio da interação com seus vizinhos (ERTHAL E MAGALHÃES, 2007, p. 106-107).

Com a continuidade das reuniões de presidentes e chefes de Estado da América do Sul e com a sistematização dos encontros entre os chanceleres dos países sul-americanos, conforme Gehre (2009b, p. 77), “rumou-se para o estabelecimento da União Sul-Americana (2008)”, e assim, cria-se “o ambiente político e institucional necessários à internalização da ideia de América do Sul”.

De acordo com Cervo (2008, p. 203):

Como a América do Sul torna-se prioridade externa, projetos de integração da infraestrutura, de integração energética, a ampliação do Mercosul mediante adesão de novos membros, o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina, o estímulo a investimentos diretos brasileiros, tudo converge para criar um pólo de poder mediante conformação da unidade política, econômica e de segurança dos países da América do Sul.

O século XX terminou para a América do Sul com várias crises, mas já se começava a identificar, na integração do continente, a solução de longo prazo para histórias marcadas, internamente, pelo flagelo da desagregação social e,

externamente, por rivalidades que, em última instância, nunca apresentaram fundamentos históricos. Enfim, no ano 2000, não apenas os fundamentos da integração sul-americana já se encontravam lançados como, a partir das mudanças de política interna que a sequência de crises engendraria, em pouco tempo, as políticas externas dos países da região passariam a priorizar a integração regional (FONSECA, 2007, p.85).

A construção, no século XX, do componente sul-americano da identidade internacional do Brasil deu-se por meio de uma ação da política externa, trabalhada no eixo das relações de relativa igualdade entre os Estados (LAFER, 2007, p. 66). Destarte, a América do Sul adquire traços próprios e características que a distingue do restante da região denominada América Latina. Com isso, a noção de América do Sul ganhou força como nível de análise para entender a inserção de seus países num “sistema mundo” em crescente globalização (GEHRE, 2009b, p. 66).

Vale notar que, durante o período do Império até o início da década de 1990, ainda que a expressão “América do Sul” pudesse eventualmente fazer-se presente no discurso diplomático brasileiro, o conceito não era usado com fins identitários. No que se refere especificamente às vertentes da identidade brasileira diretamente relacionadas com o conceito de América do Sul, a retórica da diplomacia brasileira, ao longo do período republicano, concebeu o Brasil ora como país americano, ora como país latino-americano. Apenas incidentalmente, porém, como país sul-americano e sem que essa condição tivesse o significado de uma identidade ou de um projeto comum restrito aos doze países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela) que passaram a ser englobados pela expressão América do Sul no discurso corrente após a Segunda Guerra (SANTOS, 2005, p. 16).

1.2 A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no século XXI

Várias são as vozes na academia e na diplomacia brasileira que acreditam

na política externa do governo Lula²⁰ como herdeira da tradição diplomática de Rio Branco. Para tanto, exercitam nos discursos, pelos atos da fala e no jogo da linguagem, a construção de ideias e conceitos que resgatam tradições estabelecidas nas práticas diplomáticas nacionais (GEHRE, 2009b, p. 66). Como já apontado por Onuf (1998, 64), “a repetição constante de discursos e sua aceitação como significante o torna uma convenção que relembrará os agentes, o que eles têm sempre feito”.

A invenção da tradição de sul-americanidade atrelada à política externa brasileira não significa a propagação de uma inverdade, mas a reconstrução do mundo a nossa volta, ou seja, um espaço sul-americano organizado que visa restabelecer o prestígio internacional de seus Estados e afastá-los do estereótipo latino-americano atrasado e subdesenvolvido (GEHRE, 2009b, p. 67)

O autor (idem, p. 67-68) observa que o processo de invenção da ideia de América do Sul passa por três momentos: apropriação e retorno às origens intelectuais, inserção da ideia no discurso diplomático e utilização como conceito para explicar a atualidade da política internacional em seus diferentes meios sociais. Ao mesmo tempo, o processo de invenção sofre influência do mundo acadêmico e intelectual que vai tanto respaldar quanto criticar a sua utilização, colaborando, das duas maneiras, para sua perpetuação como uma tradição.

Assim, a sistemática utilização do conceito de América do Sul nos discursos oficiais e as modificações estruturais iniciadas no ano 2000 na gestão Cardoso, e continuadas pelo governo Lula²¹, no sentido da integração e aprofundamento do quadro institucional regional, revalidam a tradição da ideia de América do Sul, não apenas para a política exterior do Brasil, como também para seus vizinhos.

20 Nem todos os analistas analisam da mesma maneira o período em foco. A respeito das várias interpretações divergentes a respeito da política externa conduzida durante o início do governo Lula, ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma nova ‘arquitetura’ diplomática? – interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). *Rev. Bras. Polít. Int.* 49 (1): 95-116 [2005].

21 Para o Ministro das Relações exteriores Celso Amorim (2004, p. 42-43) haveria uma “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos. Ante as amplas afinidades que nos aproximam e as dificuldades que desejamos superar, a integração da América do Sul apresenta-se como um imperativo. Além do mais, ainda segundo Amorim, o governo Lula procurou demonstrar que os objetivos da diplomacia brasileira podem ser, a um só tempo, universalistas e firmemente ancorados na prioridade sul-americana.

Da mesma forma, a complexidade do mosaico regional torna-se inteligível à luz da sul-americanidade nas noções de identidade e identificação, pelo discurso diplomático e como conceito paradigmático de política exterior (GEHRE, 2009b, p. 69). A definição do projeto de América do Sul dentro da chancelaria brasileira funcionaria, ao mesmo tempo, como resgate das tradições perpetuadas na evolução do relacionamento do Brasil com o restante do continente, bem como reação às novas imposições da ordem internacional do século XXI, na perspectiva de tornar a América do Sul uma referência para as gerações políticas e diplomáticas vindouras (GEHRE, 2009b, p. 77).

Couto (2010, p. 25), argumenta que “mais do que integrar-se à América do Sul, o desafio primeiro é ainda integrar a América do Sul”. Construir um bloco sul-americano que possa fazer sentido além do seu significado geofísico, desenhando uma região política, econômica e socialmente integrada. Nessa linha, iniciativas na área de cultura, educação, saúde, saúde animal, ciência e tecnologia, segurança, comércio, infraestrutura, turismo, são trabalhadas pelo governo brasileiro em um novo horizonte regional (Idem).

Observando além de conceitos abstratos ou orientações gerais, as estratégias de implementação das iniciativas que traduzem a prioridade, retórica ou real, da diplomacia brasileira com relação ao seu entorno regional, pode-se perceber algumas mudanças substantivas (COUTO, 2010, p. 25).

Nessa linha, conforme o autor (idem) ganha destaque a própria aceção de uma estratégia de institucionalização do multilateralismo na região, na proposta da Casa em 2004 e, finalmente, na institucionalização da Unasul em 2008, que deve ser encarada como uma opção estratégica que impõe um marco de diferenciação relevante entre o Governo Lula e o Governo Cardoso no que concerne às suas relações regionais.

Há um debate sobre quais seriam os elementos de continuidade e os elementos de ruptura entre a política externa dos governos Lula e Cardoso. Na concepção de Couto (2010):

Vários autores vêem no momento presente, com germinações na década de 1990, sinais de uma transição nos paradigmas e nas ideias-força que orientam a política externa brasileira. Não há consenso, no entanto, acerca das implicações dessas mudanças sobre a atuação do país com relação ao seu entorno regional.

Identificam-se duas correntes: a primeira, relativa aos autores que percebem uma alteração de intensidade entre a política externa de Lula com relação à empreendida por Cardoso no relacionamento com a América do Sul, mas que ainda destacam as características de continuidade; a segunda, relativa àqueles que percebem que, dentro da continuidade, há mudanças qualitativas mais significativas. No primeiro grupo, pode-se listar Amado Cervo, Alcides Costa Vaz, Cristina Pecequilo e Miriam Saraiva, enquanto no segundo grupo aparecem autores como Tullo Vigevani, Paulo Roberto de Almeida e Luiz A. Souto Maior (COUTO, 2010, P. 25-26).

Almeida (2007, p. 13), por exemplo, argumenta que ainda que a maior parte da agenda diplomática tenha apresentado mais elementos de continuidade do que de ruptura com a política anterior, alguns elementos inovadores devem ser destacados como identificadores das novas ênfases e prioridades: a volta ao “Terceiro Mundo” e a reafirmada vocação integracionista no âmbito sul-americano constituem, claramente, os grandes eixos da diplomacia de Lula.

Em meio à nova postura brasileira frente ao cenário internacional, destacou-se uma maior atenção para a região sul-americana. O entendimento entre os vizinhos do Sul e a procura por um concerto de interesses, junto com a coordenação de posições conjuntas frente aos demais países do mundo, foram adotados como estratégia pelo governo brasileiro com a chegada de Lula ao poder. Mantendo-se fiel ao princípio de não-intervenção, o Brasil passou, ao mesmo tempo, a exercer de forma mais contundente uma posição de liderança no continente (ERTHAL e MAGALHÃES, 2007, p.119).

Conforme Thiago Gehre (2009b, p. 64), o século XX, veria eclodir as origens intelectuais da ideia de América do Sul refletida em duas imagens de alteridade: uma ideológica central, definido pela americanidade e pela vinculação aos Estados Unidos; e uma ideológica periférica, definida pela latino-americanidade e vinculada ao passado colonial.

É neste século, também, que se vê fortalecer a noção de “América do Sul” como uma característica da identidade internacional brasileira. Nos dizeres de Santos (2005), tanto no sistema internacional, como no plano da política interna, as identidades são construídas e evoluem dentro do espaço de relações e

diferenças específicos de cada momento histórico. O autor defende a ideia de que a identidade internacional do Brasil, em cada momento, se faz a partir de um conjunto amplo de variáveis e características: pacífico (que respeita o direito internacional e que busca o desenvolvimento), um país do Terceiro Mundo, ocidental, cristão, subdesenvolvido, americano, ibero-americano, latino-americano, sul-americano, etc. São muitas as variáveis que compõem a identidade brasileira. No entanto, a diplomacia brasileira vem, recentemente, dando grande ênfase ao caráter sul-americano do país (idem, 2005, p. 1).

O discurso diplomático e político passou a reconhecer a América do Sul como a “circunstância do ‘eu’” diplomático brasileiro (Lafer, 2007). E, acompanhando o discurso, o Brasil lança mão de uma série de iniciativas que tanto são fruto dessa inflexão, como vão recorrentemente fortalecendo a noção de um novo entorno regional prioritário no estado brasileiro (COUTO, 2010, p. 24).

Dessa forma, compreende-se que a América do Sul, para além da sua nítida significação geográfica, é uma região a ser construída. Tanto no que diz respeito ao adensamento dos seus fluxos internos, na construção de redes de conexões internas, quanto na intensificação de uma integração social e, inclusive, de criação de identidade própria (COUTO, 2010, p. 32).

De qualquer modo, a América do Sul, para Gehre (2009a, p. 174) é uma ideia brasileira em marcha: viva e constitutiva da identidade internacional do Brasil, que precisou ser reinventada no seio da diplomacia brasileira neste século XXI.

O presidente Lula, reeleito, no seu discurso de 1º de Janeiro de 2007, enfatiza novamente o “entorno sul-americano” como o “centro” da sua política externa, ao dizer que o Brasil “associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana de Nações” (esta última transformada em Unasul, quando de reunião na Venezuela, em abril de 2007) (ALMEIDA, 2007, p. 15).

Nesta primeira década do século XXI, o que ganha mais destaque na política externa na América do Sul é a sistemática tentativa de coordenação política entre os países, através dos mencionados encontros e reuniões com os mais variados objetivos. Todos esses espaços são foros onde a maneira como a comunicação se dá entre os representantes importa. Nesse sentido, analisar a

maneira como a América do Sul é tratada no discurso diplomático nos dá pistas sobre o interesse dos atores envolvidos.

Percebemos que as relações da diplomacia brasileira com a América do Sul passou por vários momentos, desde um afastamento inicial (Brasil monárquico), até a percepção do entorno regional como parte da identidade brasileira (com a proclamação da República). Durante o século XX, os movimentos de aproximação e afastamento em relação à região não foram lineares, variando de acordo com a troca de governos.

No final do Século XX, percebe-se uma valorização do estreitamento das relações políticas com os vizinhos a partir do final do governo de Cardoso, mas tem sua aproximação mais desejada, percebida por meio das declarações, com a posse do presidente Lula em 2003, tornando-se uma “prioridade” de governo.

No capítulo seguinte, discutiremos como a América do Sul foi inserida nos discursos diplomáticos dos dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010).

2 AMÉRICA DO SUL NO DISCURSO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO DURANTE A “ERA LULA” (2003-2010)

Os pronunciamentos utilizados neste trabalho foram coletados no banco de dados *on line*¹ da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, onde encontram-se, arquivados e abertos ao público, os discursos, intervenções em reuniões, declarações oficiais à imprensa nacional e internacional, da Presidência e Vice-Presidência, a partir do dia 01 de Janeiro de 2003, início do primeiro mandato do Presidente Lula, até o final do segundo mandato, em 31 de dezembro de 2010.

No banco de dados, os pronunciamentos são organizados por mês e ano, e listados cronologicamente, sem subdivisões por temas, portanto aqueles que tratam de questões internacionais encontram-se exatamente na mesma listagem dos pronunciamentos que tratam de questões internas².

Para delimitar os pronunciamentos a serem utilizados, optamos, inicialmente, por separar todos os que tratavam de temas internacionais daqueles que tratavam estritamente de temas de política doméstica.

A seguir, dentro do universo escolhido, foram destacados aqueles que tratavam de algum modo do entorno regional do Brasil. Levamos em consideração a presença das palavras-chave: “América do Sul”, “América Latina”, “Mercosul”, “Comunidade Sul-Americana de Nações”, “União das Nações Sul-Americanas” ou variações desses termos, fazendo-se presente, por pronunciamento, uma ou mais referências deste tipo, individual ou em combinação com outros termos. Por exemplo: em vários pronunciamentos há a presença de “América do Sul” e “América Latina”, ou “América do Sul”, “América

¹Disponível em: http://www.imprensa.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata1.cfm

²Nos anexos 1 e 2 ilustro, respectivamente, a caixa de busca do arquivo Secretaria de Imprensa e o modo como a listagem de pronunciamentos do período escolhido é disposta para o pesquisador (o exemplo é do mês de janeiro de 2004).

Latina” e “Mercosul” ou fazendo referência *apenas* a “América do Sul”, chegando a um total de 547 pronunciamentos analisados.

Quadro 1: Distribuição dos pronunciamentos nos dois mandatos do Presidente Lula³

Ano	Pronunciamentos Oficiais	Pronunciamentos com temas internacionais	Pronunciamentos que se referem ao entorno regional
2003	290	95	75
2004	320	101	82
2005	323	85	73
2006	258	47	34
2007	334	85	71
2008	330	95	74
2009	315	91	77
2010	411	105	61
Total Geral	2581	704	547

Dados: Secretaria de Imprensa da Presidência da República (2010)

Na primeira coluna, encontra-se o período considerado. Na segunda coluna (pronunciamentos oficiais), a contabilização, por ano, de todos os pronunciamentos oficiais do presidente Lula. Na terceira coluna, quantos dos pronunciamentos trataram de assuntos internacionais, e na quarta coluna, quantos daqueles se referiram à região. Por exemplo: em 2003, o presidente Lula fez 290 pronunciamentos oficiais, onde 95 trataram de questões internacionais. Dos 95 pronunciamentos, 75 se referiram ao entorno regional.

³ Quadro organizado pela autora, baseado em dados da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Disponível em: http://www.imprensa.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata1.cfm (acesso entre Nov-Dez 2010)

Do total de todos os pronunciamentos do presidente Lula nos seus dois mandatos (2581 pronunciamentos), 704 tratavam de questões internacionais. Destes 704, 547 se referiam ao entorno regional e foram analisados individualmente.

No quadro abaixo, é possível perceber, de modo geral, como as palavras-chave acima citadas apareceram:

Quadro 2: Palavras-chave nos pronunciamentos entre os anos 2003-2006

	2003	2004	2005	2006
1) Só “América do Sul”	31	31	36	15
Central	18	18	19	6
Secundário	12	9	11	5
Citado	1	4	6	4
2) Só “América Latina”	10	18	8	2
Central	1	1	3	1
Secundário	5	7	3	1
Citado	4	10	2	0
3) “América do Sul” e	16	17	19	13
<i>América do Sul</i>				
Central	10	3	11	5
Secundário	3	10	6	6
Citado	3	4	2	2
<i>América Latina</i>				
Central	1	3	0	0
Secundário	4	5	4	5
Citado	12	9	15	8
4) “Mercosul”	18	16	10	6
Central	11	8	2	5
Secundário	4	5	3	1
Citado	3	3	5	0
Total	75	82	73	34

No primeiro espaço do quadro 2, são contabilizados todos os pronunciamentos que trataram ou se referiram *apenas* ao termo “América do Sul”, sem nenhuma menção à “América Latina”. Do mesmo modo no segundo espaço, só que na perspectiva inversa.

No quadro referente ao primeiro mandato (quadro 2), em 2005, por exemplo, do total de 73 pronunciamentos do Presidente Lula onde estavam inseridas menções ao entorno regional, 36 se referiam *apenas* à “América do Sul”, 8 deles mencionavam *apenas* “América Latina”, em 19 ocasiões o texto continha as *duas* perspectivas, cada uma com ênfases diversas (expressas nas classificações das expressões enquanto “centrais”, “secundárias” ou “apenas citadas” dentro do contexto do pronunciamento). No quarto espaço, menções feitas principalmente sobre o Mercosul, onde outras expressões nunca apareceram de forma central ou secundária.

As palavras-chave em análise, dentro do contexto do pronunciamento, foram classificadas como “centrais”, “secundárias” ou “apenas citadas”. Por exemplo: para ser entendida como “central”, a palavra-chave deveria ter sido exclusivamente mencionada, ou ter tido um destaque prioritário, quando na presença de outros temas, como por exemplo em um pronunciamento em uma reunião de Cúpula do Mercosul, ou um pronunciamento na abertura dos trabalhos da União das Nações Sul-americanas.

Como “secundário” foram classificados aqueles temas que dividiam espaço com outros de maior importância. É o caso de quando o Presidente Lula fala das possibilidades de investimento na América do Sul em uma reunião Brasil-Países Árabes, dentro de um universo de outros assuntos.

Ao aparecer apenas “citado”, deve-se considerar que houve apenas uma menção a uma das palavras-chave, sem que haja uma maior importância dentro do contexto geral. É normalmente a situação de quando a “América Latina” é apenas mencionada.

No mesmo sentido, elaboramos um quadro referente ao segundo mandato (quadro 3), com as informações distribuídas assim como no anterior, porém acrescentamos os dados de referência à “Unasul”. Abaixo, o quadro referente ao segundo mandato (2007-2010):

Quadro 3: palavras-chave selecionadas em quantidade de pronunciamentos entre os anos 2007-2010

	2007	2008	2009	2010
1) Só América do Sul	14	17	21	15
Central	4	7	10	8
Secundário	5	5	5	5
Citado	5	5	6	2
2) Só América Latina	16	16	12	8
Central	0	3	1	0
Secundário	3	4	2	1
Citado	13	9	9	7
3) América do Sul e América	29	24	32	27
<i>América do Sul</i>				
Central	11	8	13	7
Secundário	10	9	11	14
Citado	8	7	8	6
<i>América Latina</i>				
Central	2	0	2	0
Secundário	7	5	10	7
Citado	20	19	20	20
4) Mercosul	10	14	9	8
Central	5	5	4	6
Secundário	2	5	3	2
Citado	3	4	2	0
5) Unasul	1	1	3	2
Central	1	1	2	1
Secundário				1
Citado			1	
Total	69	71	74	58

Percebemos a utilização predominante de “América do Sul” ao se referir a questões regionais, demonstrando, a partir do modo de inserção em seu discurso, a clara opção da diplomacia brasileira no período Lula em reafirmar este conceito. Por isso, neste trabalho, optamos por analisar a presença da América do Sul no discurso diplomático brasileiro.

Não há um abandono da utilização do termo “América Latina”, mas na maioria da vezes em que foi empregada sozinha (pronunciamentos que apenas se referiam a “América Latina”) estava situada em contextos específicos, como, em visitas a Chefes de Estado da América Central e do Caribe, e em reuniões de cúpula que englobam a totalidade da América Latina (como a III Cúpula América Latina e do Caribe – União Européia, em 2004 ou a IV Cúpula das Américas, em 2005). Em alguns momentos, ao se dirigir a Chefes de Estado (e/ou seus representantes) de outras regiões, como Europa, Ásia e América do Norte, intercala a referência à “América Latina” com “América do Sul”, ou ainda quando busca dar uma maior amplitude a determinado relacionamento, ultrapassando os limites da América do Sul.

No pronunciamento na sessão solene de posse⁴, o presidente Lula apresentou aquelas que seriam algumas das diretrizes gerais da política externa durante seu mandato, associando os objetivos da política externa, citando os “anseios de mudança que se expressam nas ruas”, declarando que pretendia conduzir as relações exteriores de modo diferente de seu antecessor.

Este primeiro pronunciamento público após a posse foi de grande importância simbólica, pois expõe as características e interesses para a grande quantidade de pessoas que acompanharam a cerimônia, não apenas pessoalmente (membros do Congresso Nacional e população em geral, além de Chefes de Estado e de Governo de outros países que compareceram à cerimônia

⁴ Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acessado em: 19/08/2010

de posse), mas também através da ampla cobertura da imprensa nacional, e neste caso, a especial atenção recebida também pela mídia internacional.

Nesse discurso, o presidente Lula afirmou categoricamente a importância do relacionamento com seu entorno, onde considerou “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” a grande prioridade da política externa de seu governo. Para que isso fosse possível, seria “essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração”.

Destacou ainda o fato de tanto o Mercosul quando a integração da América do Sul serem sobretudo um projeto político, que “repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados”, considerou importantes também as dimensões “social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração”, e se comprometeu em estimular empreendimentos conjuntos e um intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos, além de se comprometer em apoiar “os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul”. Nas situações difíceis e de crise nos países vizinhos declarou buscar contribuir para encontrar soluções pacíficas, “com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país”⁵.

Neste breve resumo do conteúdo do discurso de posse, aparecem alguns dos principais entendimentos do governo brasileiro sobre o modo como o relacionamento com o entorno deve ser conduzido: a priorização da América do Sul na agenda de política externa, a revitalização do Mercosul como importante passo para a integração Sul-americana, além do fortalecimento da sua identidade; a estabilidade política que deveria ser buscada (tão ou mais do que a estabilidade econômica, como poderemos perceber posteriormente); ações em conjunto

⁵ Idem.

(coordenação política); fortalecimento institucional e contribuição do Brasil para a organização regional.

O lugar prioritário conferido ao relacionamento com seus vizinhos sul-americanos não foi somente levado a público em seu pronunciamento inicial, como foi reiterado durante seus dois mandatos.

Relacionamentos com outros países e regiões também foram mencionados no discurso de posse. Ao se referir à relação com os Estados Unidos da América, destacou a necessidade de manter “uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo”. Também demonstrou o interesse em “fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão”.

Com as grandes nações em desenvolvimento (a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras), o interesse declarado foi de aprofundar cada vez mais o relacionamento, além de conferir ao continente africano um interesse especial, reafirmando “os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades”.

O papel do fortalecimento da instância regional para a inserção internacional do Brasil, além de “natural”, conforme o presidente, foi configurado também como estratégico. Os esforços de união regional (ainda quando limitadas à cooperação política) permitiriam uma maior qualidade dos relacionamentos em outras regiões. Os aspectos da ação brasileira no exterior foram também identificados como amplos: a idéia geral foi explorar não apenas “os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional”, mas também “estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea”.

O multilateralismo (valorização das organizações multilaterais, em especial, da ONU), aliás, compreenderia uma das grandes bandeiras da ação internacional do Brasil, baseado na democratização das relações internacionais, sem hegemonias. O presidente Lula defendeu o cumprimento das resoluções do

Conselho de Segurança da ONU, bem como sua reforma (o CSONU deveria representar a realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento de várias regiões do mundo como membros permanentes), e a negociação pacífica de crises internacionais⁶.

Como veremos a seguir, a América do Sul é reconhecida como um elemento estratégico de grande importância para a inserção internacional do Brasil, e o modo como a região aparece no discurso diplomático do Brasil durante a Era Lula nos dá pistas nesse sentido.

É importante ressaltar que ao descrevermos como a América do Sul foi inserida nos pronunciamentos do presidente Lula, não serão utilizados os textos dos pronunciamentos na íntegra. Optamos por fazer uma análise mais geral em vez de centrar em discurso por discurso. Destacamos, então, apenas as passagens de maior relevância por tema, porque muitas vezes as referências feitas ao assunto de nosso interesse são resumidas em um pequeno trecho. Além disso, a transcrição de todos os pronunciamentos em que a relação do Brasil com a América do Sul é tema central, não caberiam, na íntegra neste estudo (no entanto, alguns textos que consideramos centrais estão em anexo).

Por que, então, não analisar apenas um ou outro discurso? Primeiro, porque muito material importante e representativo poderia ficar de fora e prejudicar a percepção de quão ampla é a inserção da América do Sul nos pronunciamentos do presidente Lula. Segundo, porque os discursos não são lineares. Durante este capítulo, o leitor perceberá que apresentamos trechos de discursos de épocas diferentes sustentando um mesmo argumento. O fato é que os temas são intercalados em pronunciamentos variados, e muitos assuntos são repetidos e retomados várias vezes durante os oito anos do governo Lula, por exemplo: a mera informação de que “a América do Sul é prioridade para a política externa” foi repetida praticamente sem alterações durante os dois mandatos, nos diversos tipos de pronunciamentos, além de que em raríssimas exceções um

⁶ Idem

único pronunciamento versava sobre um único tema.

A sucessão de citações de pronunciamentos diversos, em datas diferentes, porém versando sobre o mesmo assunto é proposital e tem o único objetivo de demonstrar como tal ideia foi reforçada pelo discurso diplomático.

Ao analisarmos os pronunciamentos do presidente Lula durante os dois mandatos, identificamos alguns temas que foram destaque em sua fala e que nos permitem compreender melhor a razão pela qual a América do Sul foi considerada central na agenda diplomática brasileira. Apesar da região ser de interesse político em outras gestões anteriores, a impressão geral foi que a priorização da região era uma novidade.

Reconhecemos que vários outros temas foram tratados também como destaque, inclusive assim reconhecido pelo próprio presidente Lula, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, onde defendia que o Brasil teria condições de ser membro permanente, questões econômico-comerciais, com a participação ativa do Brasil em foros como o IBAS, G-20, cooperação sul-sul (onde a América do Sul também se insere) etc., porém a quantidade de vezes que a América do Sul foi inserida nos vários discursos do presidente, chamaram atenção.

Os temas destacados nesse trabalho são os que apareceram mais vezes nos pronunciamentos, especialmente, as declarações da América do Sul como prioridade para a política externa brasileira. Não apenas no discurso de posse, a identificação da região como prioridade foi repetida diversas vezes, para vários tipos de públicos (nacional, regional, internacional), tanto no primeiro quanto no segundo mandato. Foi também destacado em vários momentos o modo como o relacionamento do Brasil com a região (e entre os países da região) deveria ser conduzido.

Um outro ponto considerado foi a declaração de responsabilidade que o Brasil teria com a região: seja por seu tamanho (geográfico, econômico e político), o presidente Lula reconheceu o Brasil como responsável pela defesa dos interesses da região.

Em relação ao lugar do Mercosul dentro do processo de priorização

regional (inclusive com a posterior criação da Casa e da Unasul, que o presidente Lula considerou fortalecer uma “identidade sul-americana”), foi necessário pontuar o lugar que o Mercosul ocuparia, especialmente em seus momentos de crise, onde se questionou se a organização estaria perto do seu fim. A defesa da diplomacia brasileira se deu no sentido de considerar o Mercosul como tão importante ao ponto de ser um “sustentáculo” para a integração sul-americana.

Também foi dado grande destaque para a união entre os países da região: percebemos que a coordenação política foi considerada uma necessidade, já que a união aumentaria a força e o poder de barganha internacional dos países da região.

Finalmente, um outro ponto que obteve bastante destaque na fala do presidente Lula em seus dois mandatos, foi a questão da liderança e hegemonia brasileira. Com a atuação do Brasil “ativa e altiva”, foi necessário defender que o Brasil não buscava um papel “hegemônico”, e o tipo de liderança pretendida precisou ser explicado. Todos estes temas são considerados a seguir:

2.1 A construção discursiva da priorização da América do Sul para a política externa do Brasil no governo Lula

A ampliação do espaço sul-americano, que já havia sido defendido no seu escopo comercial em gestões anteriores, ganha um peso político e estratégico no Governo Lula, se fazendo presente desde antes da posse, quando visitou vários presidentes da região. Na burocracia do Ministério das Relações Exteriores, os reflexos dessa inclinação política puderam ser observados a partir da criação da Sub-Secretaria Geral para América do Sul (SGAS), apenas 6 meses após a posse, que passou a reunir os Departamento da América do Sul (DAS I e DAS II), além do Departamento de Integração, Departamento de Negociações Internacionais e o Departamento de México, América Central e Caribe. Antes, todas as questões que envolvessem a América do Sul eram responsabilidade de um único departamento, o Departamento das Américas.

Em várias ocasiões, o Presidente Lula afirmou que a América do Sul se constituía uma grande prioridade de sua política externa. Dentre os vários interesses nacionais no plano externo, o reforço da importância regional (incluindo a sua condição estratégica) para a inserção internacional do Brasil se fez presente. Indo além da importância econômica/comercial, a articulação política com os outros Estados da região foi apresentada como um especial objetivo a ser perseguido.

Percebemos um cuidado em reafirmar este posicionamento de maneira direta nas suas falas direcionadas (em especial) a Chefes de Estado e representantes diplomáticos de países da América do Sul, como Venezuela⁷, Bolívia⁸, Uruguai⁹, Chile¹⁰, Equador¹¹, Paraguai¹², Peru¹³, além de representantes de outros países, como por exemplo a China¹⁴ e a República Tcheca¹⁵ e em ambientes mais amplos, dirigindo-se a uma quantidade maior de interlocutores de

⁷ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez - Recife - PE, 25 de abril de 2003

⁸ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada - Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 28 de abril de 2003

⁹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Uruguai, Jorge Batlle Ibañez - Palácio do Itamaraty, 12 de maio de 2003

¹⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago-Chile, 23 de agosto de 2004

¹¹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez - Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003

¹² Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos - Palácio Itamaraty, 14 de outubro de 2003

¹³ Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o presidente do Peru, Alan Garcia - Palácio do Planalto, 09 de novembro de 2006

¹⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário "Brasil – China: Um salto necessário" - Bndes – Rio de Janeiro - RJ, 30 de abril de 2003

¹⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao primeiro-ministro da República Tcheca, senhor Jiri Paroubek - Palácio Itamaraty, 03 de março de 2006

várias nacionalidades, como na Conferência da Organização Internacional do Trabalho¹⁶, na Suíça, e na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas¹⁷, nos Estados Unidos, entre outros.

Dentro de um contexto maior de inserção internacional, a América do Sul integrada (física e politicamente), para a diplomacia brasileira, ocupou lugar de destaque no sentido em que foi considerada como principal ideia a ser construída conjuntamente com os outros países da região, passando pela aproximação e coordenação política (percebida nos encontros do presidente Lula com todos os presidentes sul-americanos ainda no primeiro ano de seu mandato).

A defesa da ideia de construção de uma América do Sul unida e coordenada seria vista como uma poderosa base para a inserção internacional do Brasil de modo mais aprofundado, além de contribuir para seu próprio desenvolvimento enquanto nação:

Tenho repetido que a América do Sul será prioridade em meu Governo, pois estou convencido de que o desenvolvimento pleno do Brasil só será possível como parte da integração do continente como um todo. As vastas distâncias e disparidades regionais e sociais do Brasil só serão definitivamente superadas quando se conformar o espaço integrado sul-americano. E se temos uma vocação regional, somos, também, um país global¹⁸.

Na defesa desta ideia, o Presidente Lula destacou que esta preocupação se dá em virtude de que “o futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos”¹⁹, uma vez que “nossa região é a nossa casa”²⁰.

¹⁶ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT - Genebra – Suíça, 02 de junho de 2003

¹⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate Geral da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas - Nova York, 19 de setembro de 2006

¹⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário “Brasil – China: Um salto necessário” - Bndes – Rio de Janeiro - RJ, 30 de abril de 2003

¹⁹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate Geral da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas - Nova York, 19 de setembro de 2006

²⁰ Idem. Ao afirmar que “nossa região é nossa casa” o presidente Lula aparentemente faz um trocadilho com a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), criada em 2004.

O presidente Lula, ainda no início de seu mandato, defende que o discurso da integração não seja apenas sentimental, visto ser uma *política* que deve ser levada a sério, traduzindo-se em real integração com seus vizinhos:

Quero crer que a imprensa brasileira está se dando conta, nesses quatro meses, de quantas reuniões de trabalho nós já fizemos com os países da América do Sul. Possivelmente, no dia 27 de maio [de 2003], terminaremos de conversar com todos os países, o que, na prática, significa que a integração da América do Sul não é mais uma integração sentimental. É uma política que queremos levar muito a sério. E muito mais feliz fico eu, quando percebo que há a concordância com todos os Presidentes com quem até agora conversamos.²¹

Em sua fala, afirma que o discurso da integração latino ou sul-americana já teria sido amplamente utilizado por candidatos na América do Sul²², mas que dificilmente resultaram em real integração política, e reclama para si a decisão de prestar maior atenção ao entorno regional e a outros países em condições semelhantes:

Eu tomei posse na Presidência do Brasil no dia primeiro de janeiro de 2003, e tomei a decisão de que o Brasil precisaria fazer uma inflexão na sua política internacional. O Brasil precisaria ter os olhos para a América do Sul e a América Latina e, ao mesmo tempo, ter outro olho para o continente africano²³.

Neste trecho citado, percebe-se que há uma clara personalização do processo de tomada de decisão referente ao rumo que o Brasil daria a sua política externa. Nesta fase de seu governo muito já se discutia no âmbito

²¹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada - Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 28 de abril de 2003

²² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago - Santiago-Chile, 23 de agosto de 2004

²³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora Salvador-BA, 12 de julho de 2006

acadêmico (por exemplo Cervo, 2004; Couto, 2010; Fonseca, 2007; Santos, 2005; Saraiva, 2007; Souto Maior, 2006) sobre a política externa do Brasil para a América do Sul, inclusive com várias análises sobre as continuidades e rupturas em relação ao governo anterior (Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002).

A opção brasileira, no governo Lula, de institucionalização do diálogo multilateral iniciado por Cardoso adquire relevância especial para a distinção entre as linhas de atuação da diplomacia brasileira na América do Sul e é aqui entendida como uma inflexão marcante com relação ao período anterior (COUTO, 2010, p. 38).

O próprio presidente Lula faz questão de destacar que a orientação de seu governo difere dos governos anteriores:

Nós temos que estar convencidos que mudou a diplomacia brasileira. Ela mudou com os mesmos diplomatas, ela mudou com os mesmos profissionais que nós tínhamos antes. E por que ela mudou? Ela mudou exatamente porque *ela tem uma orientação, ela definiu preferências, ela definiu objetivos*. Nós não poderíamos ficar de costas para a América do Sul vendo os países com fronteira conosco comprando produtos de outros continentes porque nós não temos estradas, porque não temos pontes, porque não temos aviões, não temos aeroportos, não temos portos²⁴ [grifo nosso].

É interessante observar que este comentário foi feito em um pronunciamento dirigido a uma turma de diplomatas (Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco). Como funcionários de carreira, estes profissionais servem ao país independentemente do Presidente da República em exercício, então suas palavras neste tipo de evento contribuem também para enaltecer as características de seu mandato. Neste caso, o presidente Lula pontua que a diplomacia brasileira sob o seu governo “tem uma orientação, ela definiu preferências, ela definiu objetivos”, e assim destaca a aproximação com a

²⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco - Palácio Itamaraty, 01 de setembro de 2005

América do Sul. Como comentamos no capítulo anterior, em outros períodos a região foi de interesse para a política externa do Brasil.

Não foi a primeira vez, no entanto, que percebemos uma tendência à personalização do processo de tomada de decisão com relação aos rumos da política externa. Pelo contrário, desde o primeiro ano de seu governo, este tipo de comentário foi recorrente em diversos pronunciamentos:

Durante a campanha eleitoral do ano passado, eu assumi o compromisso de que a integração da América do Sul passaria de uma relação historicamente paternalista ou sentimentalista, para uma integração mais efetiva, no campo político, cultural e comercial.²⁵

Quero dedicar, se possível, todos os dias do meu mandato para contribuir para essa integração. E peço a Deus que nós e outros Presidentes da América do Sul passemos para a história como aqueles que deram os passos mais importantes para que a integração deixasse de ser um tema sentimental ou sociológico, para ser uma realidade concreta e objetiva²⁶.

Nos quatro anos de mandato que tenho, dedicarei grande parte deles para que a integração na América do Sul, para que o fortalecimento do Mercosul deixe de ser apenas uma peça de discurso feita por muitos de nós em época de eleição. Quero dar a minha contribuição, a contribuição do Brasil, a contribuição do meu Governo para que a gente possa transformar a integração numa política concreta de investimentos e de ajuda mútua²⁷.

²⁵ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Peru, Alejandro Toledo - Palácio do Itamaraty, 11 de abril de 2003

²⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela Recife, PE, 25 de abril de 2003

²⁷ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Uruguai, Jorge Batlle Ibañez - Palácio do Itamaraty, 12 de maio de 2003

Houve a demonstração de um cuidado em buscar fazer com que relações projetem-se além do “mero sentimentalismo”²⁸, fazer com que essa relação seja “prática, objetiva, concisa, concreta”²⁹, bem como preocupação em “ir além do mero discurso”³⁰.

No segundo mandato, reafirmou a prioridade dada à integração do América do Sul e ao Mercosul, afirmando querer “associar o destino do Brasil ao de nosso continente”³¹, externa, e internamente³². Cabe destacar que logo no início do segundo mandato, essa ideia de “prioridade sul-americana” estava ligada à Comunidade Sul-Americana de Nações (denominada *Casa*)³³.

Mantendo o foco na ampliação das relações com outras regiões, a aproximação com o entorno regional imediato do Brasil continuou como algo a ser enfatizado. O presidente Lula chegou a destacar (a respeito das relações “com o mundo inteiro”), que “é importante diversificar, mas é necessário que cada país da América do Sul, cada país Latino-americano faça um esforço incomensurável para explorar a totalidade do potencial que existe entre nós”³⁴.

²⁸ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez - Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003

²⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness - Palácio Itamaraty, 25 de junho de 2003

³⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre Brasil e Paraguai - Foz do Iguaçu – PR, 16 de agosto de 2003

³¹ Discurso do presidente Luís Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul - Rio de Janeiro-RJ, 19 de janeiro de 2007

³² Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas. - Palácio do Itamaraty, 02 de maio de 2007

³³ Discurso de posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Congresso Nacional, 1º de janeiro de 2007 e MENSAGEM 2007. No ano de 2008, em Mensagem ao Congresso nacional, a prioridade da política externa para a América do Sul também é mencionada.

³⁴ Segunda intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão em homenagem ao ex-presidente da Argentina Néstor Kirchner e sessão plenária da XX Cúpula Ibero-Americana - Mar Del Plata-Argentina, 04 de dezembro de 2010

Percebe-se um reforço na ideia de que fortalecer politicamente a região não implicaria em uma limitação do Mercosul³⁵. A contrário: revitalizar o Mercosul seria um grande passo, na opinião do presidente Lula, para fortalecer as relações mantidas entre os Estados da região.

No final do seu segundo mandato, com o estabelecimento da União de Nações Sul-americanas (Unasul), este novo foro político na América do Sul tomou lugar no discurso diplomático do presidente Lula:

O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul. Não podemos sucumbir à tentação de saídas isoladas. Nenhum de nossos países será efetivamente próspero sem que todos sejamos prósperos. Nosso futuro está na união, nosso futuro está na Unasul³⁶.

Politicamente, é durante o período correspondente ao segundo mandato do governo Lula que a América do Sul ganha um maior senso de “unidade” a partir do estabelecimento da Casa (2004), e, posteriormente, com a Unasul (2008), que veio a substituí-la, como se a ideia de integração política tomasse uma forma institucionalizada.

2.2 Modo de condução das relações entre o Brasil e a América do Sul

Ao definir a América do Sul como prioridade de sua política externa, a condução desse relacionamento precisou ser feita de tal modo a não apenas reafirmar essa ideia, mas também a associar os interesses nacionais aos interesses regionais (ou pelo menos criar um ambiente propício a isso), definir valores, aprofundar aproximações já existentes: seria necessário estabelecer um novo modo de se relacionar com seus vizinhos.

³⁵ Mais adiante trataremos da situação do Mercosul em relação à priorização da América do Sul no discurso diplomático do Brasil.

³⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da UNASUL - Georgetown-Guiana, 26 de novembro de 2010

Por considerar o “diálogo transparente e constante entre os Chefes de Estado e de Governo de fundamental importância”³⁷, buscou manter uma postura de diálogos diretos ao se relacionar politicamente com os países vizinhos, definindo esse comportamento com o principal modo de lidar com todos os presidentes da América do Sul e com outros mandatários³⁸.

A construção da confiança entre os países da região seria, portanto, na visão do governo brasileiro, mais bem alcançada pela aproximação entre eles, sustentada em encontros políticos periódicos. Na fala do presidente Lula:

Estamos fazendo essas reuniões, em primeiro lugar, porque acreditamos. Em segundo lugar, porque queremos criar uma outra referência mundial, um outro centro de decisão, nos campos político, econômico, cultural e social³⁹.

Este modo de condução e manutenção das relações políticas com seus vizinhos foi externada no pronunciamento oficial na abertura da Assembléia Geral da ONU no primeiro ano de seu governo, onde falou sobre a política externa do Brasil.

O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria⁴⁰.

³⁷ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez - Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003

³⁸ Idem.

³⁹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Peru, Alejandro Toledo - Palácio do Itamaraty, 11 de abril de 2003

⁴⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU - Nova Iorque - EUA, 23 de setembro de 2003

O estabelecimento da confiança nas relações políticas a partir de uma demonstração de comprometimento do Brasil com o aprofundamento da integração sul-americana, deveria passar por um processo de conhecimento e convencimento.

É preciso transformar essa integração numa coisa concreta e objetiva. E nós começamos a fazer. Primeiro, estabelecendo uma política de confiança. Só para vocês terem idéia, nos primeiros 12 meses de governo (...) nós visitamos praticamente todos os países da América do Sul. E nós recebemos, no Brasil, todos os presidentes dos países da América do Sul, alguns mais de uma vez, *para estabelecer com eles uma relação de confiabilidade; a construção de uma parceria que pudesse fazer com que tivéssemos mais força na nossa relação com os chamados “blocos comerciais ricos”, ou seja, estou falando dos Estados Unidos, estou falando da União Européia, estou falando do Japão*⁴¹[grifo nosso]

O presidente Lula defendeu que o Brasil associa seu desenvolvimento ao desenvolvimento da América do Sul, pois o aprofundamento e a ampliação do processo de integração regional seria, na compreensão brasileira, “elemento fundamental de nosso projeto de desenvolvimento nacional”⁴².

A integração física (e energética) foi considerada o eixo principal da integração sul-americana⁴³, e foi mostrada como uma das principais preocupações logo nas primeiras reuniões com outros governos refletindo nas ações a serem tomadas nos primeiros anos de governo. No entanto, para que a integração física fosse possível, foi necessária a construção de uma aliança, uma

⁴¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago - Santiago-Chile, 23 de agosto de 2004

⁴² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade de Pequim: “Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira” - Pequim-China, 25 de maio de 2004

⁴³ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos - Palácio Itamaraty, 14 de outubro de 2003

“vontade política”, para que “haja confiabilidade política entre os governantes dos países da América do Sul”⁴⁴.

Ao defender um tipo mais objetivo de integração (a integração baseada em obras de infra-estrutura), defendeu também uma integração política, para que a integração física se concretizasse. Sobre a importância da manutenção de boas relações políticas, argumentou o seguinte (em duas ocasiões diferentes, em 2004):

Em política, você não faz senão estabelecer uma relação humana muito forte, para que se possa, através dessa relação humana, estabelecer uma relação política e através da relação política, estabelecer outras relações que serão melhores, se houver uma boa relação política⁴⁵.

Por meio de um diálogo intenso, em que tem prevalecido a convergência de valores e ideais, seguiremos trabalhando em favor da criação de uma América do Sul mais próspera, mais justa e, sobretudo, mais confiante em suas próprias capacidades⁴⁶.

Através do diálogo, a diplomacia brasileira buscou estabelecer relações de confiança, para que os projetos para a região possam ser passíveis de realização, tornando factíveis outros tipos de integração, além da integração física: integração cultural, política, econômica e comercial⁴⁷. Uma integração “que possa fazer com que todos nos sintamos uma única pátria, estando na América do Sul⁴⁸. E todos

⁴⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre Brasil e Paraguai - Foz do Iguaçu – PR, 16 de agosto de 2003

⁴⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o Fórum da Sociedade Civil, na 11ª Unctad - São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

⁴⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul, por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica - Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004

⁴⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial - Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2003

esses tipos de integração propostas estariam intimamente relacionadas.

O aprofundamento das relações políticas tornou-se um fundamento a partir do qual seriam conduzidas as demais relações, pois para o Presidente Lula, em definição própria, “política é relação humana, política é conversa, política é convencimento”⁴⁹, “e não é possível fazer política se não houver confiança entre as pessoas que fazem política”⁵⁰. E defende o poder das relações de convencimento na política ao declarar que “é evidente que riqueza e força militar são expressões de poder. Elas não esgotam, no entanto, a capacidade de ação e de influência de que pode dispor um país”⁵¹.

Os argumentos em defesa de um modo de relacionamento baseado no diálogo e na confiança nos permitem supor que o Governo Lula considera a possibilidade de que a construção e a consolidação de um espaço de debate e negociação dentro da América do Sul poderiam criar um ambiente novo de atuação e inserção internacional, tanto para o Brasil como para os outros países da região, baseada na articulação política. Esse princípio reflete tanto no âmbito regional como no global:

Estamos empenhados em organizar o espaço sul-americano em benefício dos interesses compartilhados por todos os atores regionais. Rechaçamos a violência, a diplomacia é sempre nossa opção. Regional e globalmente, buscamos articular soluções que sejam fruto de consenso, que gozem da legitimidade que só as instituições multilaterais podem garantir⁵².

⁴⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Fórum de Negócios Brasil/Colômbia - São Paulo-SP, 22 de junho de 2004

⁴⁹ Respostas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a questionamentos de participantes da conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial - Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005

⁵⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de trabalho com os presidentes da Colômbia, Venezuela e Espanha - Ciudad Guayana-Venezuela, 29 de março de 2005

⁵¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global” - Paris-França, 13 de julho de 2005

⁵² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006” - Nova Iorque, 19 de setembro de 2006

A abertura política para o entorno sul-americano acaba por servir como um “ponto de partida” e ajuda a sustentar a busca pelo estabelecimento de relações mais próximas com outros países “do sul” da economia e política internacional, e estas relações sul-sul, iniciando com o seu entorno imediato, são defendidas como uma grande fonte de equilíbrio na política externa, e:

Esse equilíbrio é que vai permitir que a gente possa ter forças para que nossas economias cresçam, e para que a gente possa, nas negociações com os países mais ricos, ter uma conquista para garantir que os países emergentes aproveitem o século XXI para fazer o que a Europa fez no século XIX, os Estados Unidos no século XX, se nós não acreditarmos que o século XXI será o século da América do Sul e da América Latina, será o século da África, se nós não acreditarmos, se ficarmos achando que um belo dia vai aparecer o presidente de um país, nos oferecendo todas as vantagens do mundo, sem que a gente decida, estrategicamente, o que nós queremos para o nosso país daqui a 10 ou 20 anos, nós correremos o risco de passar mais um século sendo a esperança da humanidade, sendo país emergente e sendo uma grande maioria de gente pobre⁵³.

Dessa forma, não haveria razão para ter preconceito com países menores ou “ter vergonha de dizer que somos da América do Sul”, que “somos países emergentes”⁵⁴.

O que muita gente ainda não compreendeu é que nós mudamos o perfil político da nossa América. Nós estamos mudando o perfil social da nossa América. Nós, hoje, negociamos com o mundo inteiro, sem vergonha de dizer quem somos, o que queremos e, ao mesmo tempo, nós temos orgulho de nos fazer respeitar enquanto Nação⁵⁵.

O Brasil, de acordo com o discurso do presidente Lula no Fórum Econômico Mundial de Davos, “fez essa opção pela América do Sul, depois o

⁵³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido pelo Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe - Bogotá-Colômbia, 14 de dezembro de 2005

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul - Córdoba-Argentina, 21 de julho de 2006

Brasil fez uma opção de nova integração com a África, com a Ásia, criamos o G-20”, e que, pessoalmente, achava que “ninguém pode falar em comércio exterior no mundo sem levar em conta a existência da América do Sul, a existência do Brasil, a existência da China, a existência da Índia”, porque são países que estão passando por um processo excepcional de transformação⁵⁶.

Destacou, ainda no mesmo encontro, que em seu segundo mandato teria “um outro compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro e com a América do Sul”, e que iria “continuar trabalhando fortemente para a criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações”, e que para isso precisaria “de uma boa política, de bons projetos e de boas políticas de integração”⁵⁷. A integração deveria ser “não apenas física, mas também de mercados”⁵⁸, “dos setores estratégicos de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações)”⁵⁹ e executar os projetos prioritários, em particular no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Parte importante do processo de integração residiria na “implementação de decisões que aumentem os fluxos de pessoas (turistas, empresários, trabalhadores, artistas e estudantes) entre os países sul-americanos”⁶⁰, e posteriormente frisa que “construir a integração significa que os governantes precisam se despojar da questão do Estado eminentemente nacional e pensar nos interesses coletivos da comunidade regional”⁶¹. Para o presidente brasileiro,

⁵⁶ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome - Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2007

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita de Estado do Presidente da República do Equador, Rafael Correa - Palácio do Planalto, 04 de abril de 2007

⁵⁹ Mensagem ao Congresso Nacional Brasileiro - 2007

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Potering - Bruxelas-Bélgica, 05 de julho de 2007

os governos da América do Sul “sabem que é preciso consolidar a integração, inclusive como uma ferramenta de nosso próprio desenvolvimento nacional”⁶².

O modo de relacionamento, conforme fala do presidente Lula, deveria ser feito a partir da aceleração da integração da América do Sul (que vem sendo defendida desde o primeiro ano de governo), “reforçando a identidade internacional da Casa”⁶³, apesar de não discutir como isto poderia ser feito.

Um outro passo de condução do relacionamento com os países da região seria através da ação de “consolidar a Área de Livre Comércio Sul-americana, aprofundando a convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile”.

Esta modificação no modo de relacionamento com os países vizinhos viria da percepção de que a possível parceria com estes países não foi devidamente explorada em sua total potencialidade:

Todo mundo sabe que a integração sul-americana não é para mim um jogo de palavras para ser utilizado em discursos acadêmicos ou em época de campanha. Eu acredito firmemente e nós, países da América do Sul, ainda não descobrimos o potencial que existe entre nós para a integração completa no campo do comércio, da política, da cultura, da ciência e tecnologia, da agricultura, da saúde⁶⁴. Porque, muitas vezes, durante décadas e décadas, todos nós estávamos com os olhos voltados para o chamado continente rico. Olhávamos com muito carinho e com muita ambição para a Europa, olhávamos com muito carinho e com muita ambição para os Estados Unidos, olhávamos com muito carinho para o Japão e para outros asiáticos mais ricos, e olhávamos com um certo desprezo para nós mesmos⁶⁵.

⁶² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de boas-vindas na chegada à Cidade do México - Cidade do México - México, 06 de agosto de 2007

⁶³ Mensagem ao Congresso Nacional - 2007

⁶⁴ Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos com o governo do Chile - Palácio de la Moneda - Chile, 26 de abril de 2007

⁶⁵ Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia

Um dos pontos defendidos pelo presidente do Brasil em seus pronunciamentos é que os países sul-americanos se percebam com os olhos no século XXI, sem brigas originadas em conflitos do passado.

E, agora, as trilhas que se apresentam, vão obrigar a América do Sul a entender que o Brasil não pode brigar com a Argentina, e que a Argentina não pode brigar com o Chile, e que o Chile não pode brigar com o Equador, que não pode brigar com o Paraguai. Nós não podemos ficar remoendo os problemas do século XVIII ou XIX, nós temos que pensar é nas soluções do século XXI para que a gente possa garantir às nossas crianças um mundo melhor do que aquele que nós recebemos dos nossos pais⁶⁶.

O presidente Lula afirmou que havia um “compromisso pessoal de associar o destino do Brasil ao destino de nosso continente⁶⁷”. Destacou que é necessário olhar o mundo a partir da visão dos países que tem problemas de crescimento econômico⁶⁸, e não absolutamente privilegiar as relações com Europa e Estados Unidos.

Mais uma vez, percebemos que há uma defesa do não-preconceito em relação aos “países do sul”, especialmente os países sul-americanos: reforçou a importância deles, econômica e estrategicamente, além de argumentar que os países da região não precisariam aprofundar a dependência em relação aos países ditos ricos.

A lógica que predominava aqui na América do Sul era a lógica de quem era mais amigo da Europa ou de quem era mais amigo dos Estados Unidos. Eu me lembro que a Argentina tinha um presidente, e o Brasil tinha outro, que ficavam disputando quem

de assinatura de atos com o governo do Chile - Palácio de la Moneda - Chile, 26 de abril de 2007

⁶⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007

⁶⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula do Mercosul - Assunção, 29 de junho de 2007

⁶⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial “Brasil-Países Baixos, Oportunidades de Negócios” - Haia-Holanda, 11 de abril de 2008

conversava mais com os governantes da Europa e dos Estados Unidos. Nós não precisamos disso⁶⁹.

A América do Sul deveria buscar as soluções de seus próprios problemas, sem depender da tutela dos países desenvolvidos: “não nos cabe pôr a culpa nos outros por nossas próprias dificuldades”. Deveríamos “resolver nossos próprios problemas com responsabilidade, discernimento e apoio da sociedade”⁷⁰.

O presidente Lula foi bastante enfático na defesa da não-subordinação dos países da América do Sul às chamadas “potências” (se refere principalmente aos países europeus e aos Estados Unidos). No entanto, devemos deixar claro que não houve, de modo algum, a defesa de um afastamento desses países.

A priorização dos países do sul, conforme explicitado pelo presidente Lula em declaração à imprensa na Colômbia⁷¹, não prescinde a manutenção do relacionamento com os EUA e União Européia:

Eu lembro, presidente Uribe, em 2003, quando tomei a decisão de que nós iríamos priorizar as nossas relações com a América do Sul, alguns ficaram assustados, outros ficaram incrédulos: “Como é que o Brasil iria priorizar a América do Sul, a começar fortalecendo o Mercosul, e deixar de lado os Estados Unidos e a União Européia?” Nós não só reforçamos a nossa relação com os Estados Unidos e com a União Européia, porque a nossa balança comercial cresce, em todo esse tempo, a uma taxa média de 20%, mas certamente a nossa balança comercial cresceu muito mais com os países da América do Sul e da América Latina, com os países da África, com os países do Oriente Médio e com os países asiáticos⁷².

Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais⁷³. (...) Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem

⁶⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - San Miguel de Tucumán – Argentina, 1º de julho de 2008

⁷⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de acordo - Riberalta-Bolívia, 18 de julho de 2008

⁷¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa - Bogotá-Colômbia, 19 de julho de 2008

⁷² Idem.

⁷³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque-EUA, 23 de setembro de 2008

intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs⁷⁴.

A integração, em todas as instâncias, na América do Sul deveria ser conduzida “sem abrir mão da soberania de cada país, fazendo os acordos bilaterais que cada país entenda ser melhores⁷⁵”. Isso, de acordo com o presidente Lula, não seria discutido porque “a soberania dos países é intocável, os interesses soberanos de cada Estado são intocáveis, mas poderemos construir muitas coisas juntos”⁷⁶.

Em linhas gerais, o que percebemos a partir dos pronunciamentos do presidente Lula é que o modo de relacionamento com os países da América do Sul seria pautado pela busca de uma maior aproximação política e estabelecimento da confiança entre os países da região; pela integração física (além das integrações energética, cultural, política, econômica e social – somente possíveis se a confiança for estabelecida); e pelo reconhecimento e aceitação dos países da sua condição de “países do sul”, sem preconceitos.

O que é defendido, então, não é a abdicação das relações com outros países, mas a preponderância das relações entre a América do Sul⁷⁷ (e outros “países do sul”).

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina, com a presença da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner - Buenos Aires-Argentina, 04 de agosto de 2008

⁷⁶ Idem. O respeito à soberania também é considerado em pronunciamento durante a cerimônia de comemoração dos 10 anos do Fórum Social Mundial - Porto Alegre - RS, 26 de janeiro de 2010

⁷⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da 39ª Reunião de Cúpula do MERCOSUL e sessão de trabalho - San Juan-Argentina, 03 de agosto de 2010

2.3 Declaração de responsabilidade que o Brasil tem com a América do Sul e defesa dos interesses regionais no plano internacional

Em várias ocasiões no seu governo, o presidente Lula claramente reconheceu a responsabilidade do Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento da América do Sul, especialmente ao justificar a sua relação com pretensões “não-hegemônicas”, ou “não-imperialistas”. A região, então, apareceu no discurso diplomático como um ambiente em constante construção, que apesar de estar em um ótimo momento ainda não atingiu seus objetivos de integração. Reiteradas vezes, o governo brasileiro se colocou como legítimo responsável pela consecução de uma política mais ousada para a América do Sul, calcado em uma relação de parceria.

O Brasil, de acordo com o presidente Lula, “tem a obrigação de ter uma política mais ousada para a América do Sul, e uma política que não seja de hegemonia do Brasil em relação aos outros países, mas uma relação em que a parceria predomine”⁷⁸.

Esta responsabilidade que o Brasil clamou para si, seria fundada, principalmente, na condição brasileira de “ser o maior país da América do Sul, de economia mais forte”⁷⁹, maior indústria e população, devendo “ter gestos de generosidade para com seus parceiros”, “ser mais companheiro e generoso”⁸⁰ inclusive tendo que “tomar a iniciativa, até de financiamento de alguma obra nos

⁷⁸ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Suriname, Runaldo Venetiaan - Palácio Itamaraty, 22 de julho de 2003

⁷⁹ As “responsabilidades” com a América do Sul são também mencionadas no Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Cúpula do Mercosul - Assunção-Paraguai, 20 de junho de 2005; nas Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira Georgetown-Guiana, 15 de fevereiro de 2005; e no Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente do Chile, Ricardo Lagos - Santiago-Chile, 23 de agosto de 2004

⁸⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da ponte “Wilson Pinheiro” – Integração Brasil/Bolívia - Brasília/AC, 11 de agosto de 2004

países que menos podem”⁸¹, e “fazer com que as coisas aconteçam”⁸².

Por outro lado, a responsabilidade foi entendida, antes de tudo, como uma extensão da responsabilidade nacional, pois o projeto de desenvolvimento do Brasil “não é apenas nacional”, pois “Inclui também e necessariamente a dimensão regional. A prosperidade do Brasil tem de ser a prosperidade de nossos parceiros na região”⁸³, que por sua vez, estaria “disposto a assumir crescentes responsabilidades na promoção da estabilidade mundial”⁸⁴, pelo fato de ser um país com vocação “humanista e universalista”⁸⁵. No seu primeiro ano de governo já havia declarado que tanto o Brasil quando os outros países da América do Sul haviam aceitado plenamente suas responsabilidades, “certos de que as soluções mais adequadas para os nossos problemas dependem – antes de mais nada – de nós mesmos”⁸⁶.

Quando o presidente brasileiro afirmou ter responsabilidade com a América do Sul, que se dispunha a “atuar em favor dos interesses dos países em desenvolvimento e, em particular, dos países da região”⁸⁷, e não foi questionado a este respeito por nenhum outro país sul-americano, acabou por compreender ter o que poderíamos chamar de uma “legitimação tácita” para falar em nome da América do Sul.

⁸¹ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com estudantes brasileiros - Residência de Protocolo do Conselho de Estado “La Mansión” - Havana – Cuba, 27 de setembro de 2003

⁸² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil” - Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004

⁸³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Reunião de Cúpula do Mercosul - Porto Iguazu - Argentina, 08 de julho de 2004

⁸⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil - Genebra-Suíça, 29 de janeiro de 2004

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do XVIII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio- Cusco – Peru, 24 de maio de 2003

⁸⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita de Estado do presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez - Palácio do Planalto, 01 de abril de 2005

Esta intenção aparece já no início do mandato, quando se compromete a levar os interesses da região aos foros onde, da região, apenas o Brasil participa, como no caso do diálogo ampliado da reunião de Cúpula do G-8⁸⁸, na França (onde o Brasil participou como um dos doze convidados):

Daqui a dias estarei em Evian, na França, para participar na reunião do G-8 ampliado. Nos meus encontros (...) terei presentes os interesses e as aspirações de todos os países da América do Sul, na linha do que temos defendido e reiterado⁸⁹.

E sobre todas as viagens internacionais oficiais que estava fazendo, afirmou que tinha como objetivo:

Não apenas mostrar o Brasil enquanto país que pode se tornar parceiro no campo comercial, industrial, cultural, científico e tecnológico, mas também mostrar a potencialidade da América do Sul. Têm como objetivo mostrar o que significa para o futuro do nosso continente e, sobretudo, o que significa para a América do Sul, neste século, a integração física que estamos buscando⁹⁰.

E neste sentido, de acordo com o Presidente Lula, para promover os interesses da América do Sul, ao visitar a África, propôs a realização de um encontro que unisse em negociação países das duas regiões, onde pudessem examinar as “modalidades de concertação, sobretudo em foros internacionais, em assuntos da agenda internacional de interesse comum”, além de “colocar as afinidades entre nossas populações a serviço de uma cooperação mais intensa”, não apenas na área “econômico-comercial”, mas, também “nas esferas

⁸⁸ Grupo formado pelos países mais ricos do mundo (Alemanha, Estados Unidos, França, Canadá, Reino Unido, Itália e Japão), mais a Rússia.

⁸⁹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez - Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003

⁹⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do seminário “Integração da América do Sul: Desafios e Oportunidades” Hotel Sheraton – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

diplomática, científico-tecnológica, social e cultural”⁹¹.

Da visita à África seguiu-se uma visita ao Oriente Médio, onde a América do Sul foi apresentada como uma ótima oportunidade de investimento, e no ano seguinte, em viagem à Índia (GARCIA, 2005, p. 281), foi celebrado um acordo básico de preferências comerciais entre o país asiático e o Mercosul. Em visita à China, reivindica “uma nova geografia do comércio mundial”, com destaque para os países do sul. Sobre a ampliação do número de parceiros comerciais, considerou o seguinte:

Muita gente pode medir isso apenas pelo volume do crescimento da nossas exportações ou do nosso superávit comercial, mas eu acho que, embora isso seja relevante, não é o principal. O principal é o grau de referência que o nosso país passou a ser junto aos nossos parceiros, seja na América do Sul, na África, no Oriente Médio, e em países importantes como China, Índia, África do Sul, e como a Rússia, que têm, sistematicamente, nos informado que querem estabelecer com o Brasil uma parceria estratégica⁹².

E para que também a América do Sul cresça na cena internacional, é que defendeu “fazer com que a política externa, não apenas para o Brasil, mas para a América do Sul, seja mais plural, que a gente abra um leque de países negociadores”⁹³.

Durante o segundo mandato, a tendência de inserir a América do Sul em parte dos seus pronunciamentos exteriores continuou. Tomemos o exemplo de um pronunciamento em um encontro com um grupo de empresários no México⁹⁴:

⁹¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário sobre Negócios e Investimentos - Hotel Le Méridien - Damasco – Síria, 03 de dezembro de 2003

⁹² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas - Palácio do Itamaraty, 20 de abril de 2004

⁹³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil” - Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004

⁹⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com

ao destacar o Brasil (e o próprio México), em termos de tamanho e influência regional, aparentemente buscou demonstrar que também reconhece os vizinhos como importantes:

Todo mundo sabe a importância do México e a importância do Brasil, mas todo mundo sabe também que temos outros países na América do Sul, países importantes que produzem petróleo, países importantes industrialmente. E nós poderíamos construir, no século XXI, as parcerias que não fomos capazes de construir no século XX⁹⁵.

No decorrer do pronunciamento, percebe-se um tom conciliador e de “atenção para o todo” no discurso do presidente Lula: destacou a atenção que deve ser destinada ao Brasil, ao mesmo tempo em que sustenta que o “todo regional” não deva ser perdido de vista para os investidores.

No mesmo mês, em um Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste⁹⁶, retomou a ideia de que o Brasil pode atuar como um “representante” dos interesses regionais:

No próximo mês, vou para cinco países, quatro países nórdicos mais a Espanha, e em outubro vou para mais cinco países africanos. Tenho uma dívida imensa com os países asiáticos, porque eu quero conhecer alguns que eu ainda não conheço. E tentar não apenas levar as coisas que nós temos na América do Sul, no Mercosul, na América Latina, no Brasil, mas também trazer de vocês as coisas que vocês têm⁹⁷.

O presidente Lula, ao utilizar-se de expressões como “levar” e “trazer”, deixou muito clara a intenção de se fazer de “elo” entre as duas partes.

empresários do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimentos e Tecnologia - Cidade do México - México, 06 de agosto de 2007

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal) - Brasília - DF, 22 de agosto de 2007.

⁹⁷ Idem.

Em reunião entre Brasil e Nigéria⁹⁸, afirmou ambos os países como respectivos representantes de suas regiões; em posterior encontro entre Brasil e Angola⁹⁹, os representantes dos países reconheceram a necessidade de construir uma ordem internacional mais justa e equânime, e que “a reforma das instituições globais não pode ignorar a crescente importância da África e da América do Sul”; em encontro com a Alemanha em 2007¹⁰⁰ e em 2009¹⁰¹, em especial neste último, ao comentar o caráter estratégico da parceria, declarou que nas negociações econômicas que estão em pauta entre os dois países, “sabem os alemães que não é apenas o Brasil. É todo um contingente de países que faz fronteira com o Brasil aqui na América do Sul, que podem se beneficiar dessa estratégia”.

O presidente brasileiro estava, nesta fala, demonstrando que as relações econômicas que a Alemanha (e, por conseguinte, a União Européia) mantiver com o Brasil, poderiam se estender para o conjunto de países da América do Sul. Vejamos que ainda que as relações de um país não se transfiram automaticamente para seus vizinhos, dentro da estrutura argumentativa do chefe de Estado brasileiro, relações com o Brasil estariam bastante próximas de uma negociação com a América do Sul.

O presidente brasileiro falou também em nome da América do Sul em outras ocasiões, com ao falar a respeito problema do aquecimento global e a importância que ganha a manutenção das florestas no mundo, ou ainda como no G-20, onde destacou que “o Brasil busca expressar as demandas da América Latina e do Caribe”. Argumentou que “tem proposto iniciativas para engajar as

⁹⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita oficial do presidente da Nigéria, Umaru Yar’Adua - Palácio Itamaraty – Brasília-DF, 29 de julho de 2009

⁹⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao presidente de Angola, José Eduardo dos Santos - Palácio Itamaraty, 23 de junho de 2010

¹⁰⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 25º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha e da 34ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha - Blumenau-SC, 19 de novembro de 2007

¹⁰¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 27º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) - Vitória-ES, 1º de setembro de 2009

instituições multilaterais no financiamento de programas sociais e de infraestrutura nos países em desenvolvimento”¹⁰².

Esta postura em se colocar como “responsável” e principalmente, como “representante e defensor” dos interesses da América do Sul, muitas vezes passou uma imagem de desejo de liderança, ou até mesmo de uma hegemonia regional, que não agradou a algumas lideranças regionais. Adiante, destacaremos a discussão sobre liderança/hegemonia como uma das implicações da política externa do Brasil para a região.

2.4 O lugar do Mercosul: um “sustentáculo” para a América do Sul?

A criação de organismos que tinham como objetivo a coordenação política na América do Sul (inicialmente a Casa e em seguida a Unasul), levou ao questionamento da importância do Mercosul para a política externa brasileira. A defesa do Mercosul foi então realizada, a partir do reconhecimento de que seria de grande valor para a sustentação da integração sul-americana.

O papel estratégico do Mercosul na convergência direta com outros blocos, principalmente na América do Sul, com as negociações entre Mercosul e Comunidade Andina de Nações, é apresentado como fundamental para acelerar o processo de integração física e política da região:

Compartilhamos a visão de que o Mercosul é um meio de consolidar o crescimento sustentável da região, com melhores condições de distribuição de renda e de inclusão social, e de

¹⁰² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação e primeira Sessão Plenária da Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom) - Palácio Itamaraty, 26 de abril de 2010

fortalecer a presença sul-americana no plano internacional. Consideramos importante, portanto, procurar ampliar o Mercosul, através de uma maior aproximação com (...) membros da Comunidade Andina¹⁰³.

A articulação desses dois blocos teria a função estratégica de aproximar a quase totalidade dos países (Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai na sua formação inicial, Venezuela em processo de adesão, e como Estados associados o Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – e a Comunidade Andina de Nações, composta por Peru, Venezuela, Equador e Colômbia), criando um mercado grande o suficiente para ter a capacidade de atrair maiores investimentos, além de aumentar o poder de barganha internacional advindo da coordenação política¹⁰⁴.

O presidente Lula em seus pronunciamentos defendeu que o Mercosul precisa ter a dimensão de toda a América do Sul e que esta será criada pela conexão entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações¹⁰⁵. Demonstrou uma confiança de que “poderemos tornar o Mercosul a pedra angular de uma verdadeira comunidade de países Sul-americanos, como parte da família de nações latino-americanas¹⁰⁶, sendo “um pilar da nova geografia econômica que estamos construindo”¹⁰⁷.

O Mercosul, segundo Amorim, seria a célula original da integração da

¹⁰³ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner - Palácio da Alvorada, 11 de junho de 2003

¹⁰⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade de Pequim: “Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira” - Pequim-China, 25 de maio de 2004. Ver também: Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde - Praia-Cabo Verde, 29 de julho de 2004.

¹⁰⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

¹⁰⁶ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos - Palácio Itamaraty, 14 de outubro de 2003

¹⁰⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde - Praia-Cabo Verde, 29 de julho de 2004

América do Sul (2010, p. 227), “persegue a integração da América do Sul e é seu núcleo propulsor. Mas para cumprir esse objetivo deve ganhar mais conteúdo”¹⁰⁸, pois “o fortalecimento interno do Mercosul é imprescindível para levar adiante as negociações com outros países e blocos”¹⁰⁹, e “a partir da América do Sul, construir uma relação forte com o resto do mundo”¹¹⁰.

Na primeira reunião de Cúpula do Mercosul na qual o Presidente Lula participou como chefe de Estado, destacou o comprometimento pessoal e o firme empenho do governo brasileiro pela retomada e revitalização do projeto original do Mercosul¹¹¹, além de garantir se dedicar para “para consolidar o sonho da integração do Mercosul, da América do Sul e da América Latina”¹¹².

Demonstrou acreditar que o bloco regional seria de fundamental importância para garantir a “presença soberana no mundo”¹¹³. O Presidente Lula afirmou que a redefinição do lugar do Brasil no mundo¹¹⁴ foi buscada por sua política externa, e para isso, foi necessário impulsionar o processo de reconstrução do Mercosul e de aproximação com o conjunto da região (o que teria levado à constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações).

Reconhece o Mercosul como “o projeto político de maior envergadura da história da nossa região”¹¹⁵. Quanto às dificuldades (especialmente as

¹⁰⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Reunião de Cúpula do Mercosul - Porto Iguazu - Argentina, 08 de julho de 2004

¹⁰⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

¹¹⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil” - Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004

¹¹¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul - Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial, Granja do Torto, 10 de dezembro de 2004

¹¹⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno do MERCOSUL - Caracas-Venezuela, 04 de julho de 2006

burocráticas) que às vezes surgem dentro de cada um dos países membros para que decisões que dizem respeito ao Mercosul sejam tomadas, argumentou que “os desafios que temos diante de nós são proporcionais às nossas ambições”, que os países têm um “forte compromisso com a democracia e com os preceitos de pluralismo político, respeitamos os processos de cada país. É por isso que também temos o direito de exigir que não haja ingerência de nenhum tipo em nossa região”¹¹⁶.

Em sua fala, o Presidente Lula buscou enfatizar que tem dedicado “atenção prioritária à plena realização do Mercosul” pois “é o núcleo em torno do qual pensamos que deva ser levada adiante a tão sonhada integração da América do Sul¹¹⁷, e chama atenção para o fato de que o Brasil não seria o único país a pensar dessa maneira, pois:

Em todos os contatos que mantive com meus colegas Presidentes constatei profunda coincidência de visões sobre a importância do Mercosul como projeto estratégico de integração regional e como instrumento indispensável para o desenvolvimento econômico e social de nossos países¹¹⁸.

Para a consumação de um espaço político, cultural, econômico e comercial comum na América Sul, afirmou que fez questão de convidar para a reunião de Cúpula do Mercosul realizada em Ouro Preto, em dezembro de 2004, não apenas os representantes dos países-membros da organização, mas todos os presidentes sul-americanos¹¹⁹, buscando integrar os presidentes de fora do bloco às discussões.

Na 59ª Assembléia Geral da ONU, o Presidente Lula reafirmou estar “empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável,

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de Cúpula do Mercosul - Ouro Preto-MG, 17 de dezembro de 2004

próspera e unida, a partir do fortalecimento do Mercosul e de uma relação estratégica com a Argentina”¹²⁰, e em outro momento sugeriu que “o surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural”¹²¹.

Considerou o Mercosul como “a pedra de toque da Comunidade Sul-americana de Nações que pretendemos construir, junto com os países andinos e amazônicos”. E para o desafio de um mundo globalizado, é por meio da integração regional, que estariam “criando as condições para assegurar que o Brasil e seus vizinhos sul-americanos possam encontrar respostas democráticas e solidárias”¹²².

Além de fundamentar as relações com os outros países da América do Sul, ao reunir-se com o presidente da Coreia do Sul, destacou que o Mercosul pode também ser um “fator de aprofundamento das relações comerciais entre nossas regiões”, propondo “iniciar um exercício negociador entre o Mercosul e a Coreia [do Sul]”¹²³.

Em outros momentos, o presidente Lula chamou atenção para os avanços das negociações com a Índia, a União Aduaneira da África Austral (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia - SACU¹²⁴), e o Caribe¹²⁵ (Caricom) com o Mercosul. Alegou querer que o Mercosul “não perca de vista a sua relação com

¹²⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU - Nova Iorque, 21 de setembro de 2004

¹²¹ Idem.

¹²² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em homenagem ao Presidente da Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun - Palácio Itamaraty, 16 de novembro de 2004

¹²³ Idem.

¹²⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade de Pequim: “Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira” - Pequim-China, 25 de maio de 2004

¹²⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento. Tóquio-Japão, 26 de maio de 2005

a União Européia e com os Estados Unidos, que são os nossos maiores parceiros comerciais”¹²⁶. Segundo o presidente “nós não podemos perder de vista, nunca, a importância que a China tem na relação com o Mercosul e com a América do Sul”¹²⁷, não podendo “perder de vista as relações entre o Mercosul e países árabes, entre o Mercosul e outros países asiáticos”.

A respeito do papel que o Mercosul desempenharia para a integração da América do Sul, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, declarou saber que:

O crescimento dos fluxos comerciais não é tudo, mas é evidente que sem o Mercosul continuaríamos de costas uns para os outros. O Mercosul iniciou um processo de transformação de nossa região. Exerceu atração sobre todos os países da América do Sul. Estamos abertos ao diálogo no contexto de nosso processo de integração, mas pedimos que as críticas venham acompanhadas de alternativas viáveis para nossos países¹²⁸.

Notamos que há um cuidado em defender o Mercosul como um agente importante no processo de integração regional, como um “ponto de partida”¹²⁹, apesar de suas limitações.

Em seus 16 anos de história, o Mercosul, certamente ainda não é o que nós sonhamos, mas já ajudou de forma excepcional na nossa integração, gerando oportunidades para os países. É importante lembrar que o Mercosul é um processo em construção e levará alguns anos ainda para que possamos atingir um modelo de união que possa contemplar todos nós. Por isso, precisamos

¹²⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das chaves da cidade de Montevideu - Montevideu-Uruguaí, 16 de dezembro de 2003

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Celso Amorim, em fala na Reunião de Cúpula do Mercosul, dentro do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul - Rio de Janeiro-RJ, 19 de janeiro de 2007

¹²⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula do Mercosul - Assunção, 29 de junho de 2007

continuar a aprofundá-lo, com criatividade e ambição, levando em consideração os interesses de todos os seus membros¹³⁰.

Na mensagem do presidente Lula ao Congresso Nacional do ano de 2008, ao tratar sobre a condução das relações internacionais do Brasil no ano anterior, examinou o papel do entorno regional, e considerou que o Mercosul “constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional¹³¹”. Posteriormente, na Argentina, associou ao Mercosul a ideia da recém constituída Unasul:

Temos a vontade compartilhada de construir um grande e generoso projeto conjunto de integração, tendo um Mercosul ampliado, como pilar, e uma União Sul-Americana como construção comum¹³².

Além do auxílio na integração regional, o Mercosul também foi reconhecido em pronunciamento oficial como “cada vez mais um instrumento fundamental para a inserção de nossos países nos fluxos mundiais de comércio e investimento”¹³³, contribuindo “não somente para reforçar e garantir os processos democráticos”, mas constituindo “também fator de paz e estabilidade na região¹³⁴, inclusive ajudando a região a lidar melhor com as adversidades econômicas no momento de crise, já que “garantiria maior autonomia econômica em relação aos grandes centros capitalistas”¹³⁵.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Texto introdutório da mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional - 2008

¹³² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina - Buenos Aires - Argentina, 22 de fevereiro de 2008

¹³³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula do Mercosul - Assunção, 29 de junho de 2007

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de encerramento da Cúpula Social do Mercosul - Foz do Iguaçu-PR, 16 de dezembro de 2010

2.5 Defesa da união e coordenação política dos países da América do Sul nos foros multilaterais

Um dos principais argumentos, desde o início do governo, que justificaria a necessidade de realizar esforços no sentido de estabelecer debate e coordenação política na América do Sul, seria a possibilidade de aumento de força e peso desses países nos foros e negociações multilaterais. Neste sentido, defendeu-se que os benefícios advindos da coordenação política não seriam positivos apenas para o Brasil, mas também para toda a região.

No Brasil, o presidente Lula afirmou que o país “precisa ter consciência de que será muito mais forte diante dos países ricos e daqueles que competem comercial e intelectualmente com o Brasil, se estivermos irmanados em torno de um projeto de América do Sul”¹³⁶.

No âmbito regional (seja enquanto “América do Sul”, “Mercosul” ou “Unasul”), ao longo dos dois mandatos do governo Lula, muitas foram as declarações no sentido de fortalecer a ideia de coordenação política com base na possibilidade real de fortalecimento enquanto grupo, como nos exemplos a seguir:

A unidade do Mercosul é também fundamental para permitir a consistência de posições comuns, condição necessária para fortalecer a capacidade negociadora do bloco junto a outros parceiros comerciais, como a União Européia e os Estados Unidos¹³⁷.

Se juntarmos os interesses de Argentina e Brasil, mais os interesses de países emergentes como nós, os interesses da América do Sul – temos que construir os consensos no limite do possível para andar juntos no mundo, defendendo a mesma

¹³⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de transmissão do cargo de diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, do engenheiro Antônio José Correia Ribas para o engenheiro Jorge Miguel Samek - Auditório do Canal da Música – Curitiba - PR, 23 de janeiro de 2003

¹³⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul - Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

bandeira – nós poderemos fazer diferença nas negociações internacionais¹³⁸.

Nossa atuação conjunta nos foros regionais é vital para o encaminhamento das questões de interesse comum, inclusive no âmbito da Unasul, com respeito à soberania e à pluralidade de pontos de vista¹³⁹.

Em vários outros encontros esses argumentos foram reforçados, como com o Presidente da Venezuela, onde em declaração à imprensa¹⁴⁰, o presidente brasileiro confirmou a coordenação de posições com os demais países da América do Sul na Organização Mundial do Comércio e no processo de conformação da Alca; a disposição de coordenação de posições na OMC e na Alca foi também ressaltada em declarações à imprensa em conjunto com os presidentes da Bolívia¹⁴¹, Equador¹⁴² e Suriname¹⁴³.

Quero dizer a vocês que um país sozinho na América do Sul é frágil. Mas se nós determinarmos os nossos pontos de convergência e agirmos de comum acordo, mirando os interesses da América do Sul, podem ficar certos de que nós teremos muito mais força nas nossas relações internacionais¹⁴⁴.

¹³⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina, com a presença da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner - Buenos Aires-Argentina, 04 de agosto de 2008

¹³⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos - Palácio Itamaraty, 1º de setembro de 2010

¹⁴⁰ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez - Recife - PE, 25 de abril de 2003

¹⁴¹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada - Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 28 de abril de 2003

¹⁴² Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez - Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003

¹⁴³ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Suriname, Runaldo Venetiaan - Palácio Itamaraty, 22 de julho de 2003

¹⁴⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela - Recife, PE, 25 de abril de 2003

O Brasil também defendeu a importância de estender a união regional e coordenação política para negociações com a União Européia¹⁴⁵ e no Conselho de Segurança das Nações Unidas¹⁴⁶.

O presidente Lula, a respeito de questões internacionais, declarou não acreditar que haja saída individual para qualquer país da América do Sul¹⁴⁷. As ações coordenadas dos países sul-americanos nos foros multilaterais os permitiriam assumir uma postura mais assertiva, e como consequência, seriam mais “respeitados nas negociações comerciais e nas tratativas com países mais poderosos se estivermos unidos¹⁴⁸”, pois pouco poderiam fazer se permanecessem isolados.

Aqui identificamos um dos principais interesses brasileiros na política externa do governo Lula: a busca pelo respeito e reconhecimento internacional do Brasil e a abertura para uma participação protagonista nas relações internacionais. Com este objetivo, fica claro que a consolidação da América do Sul, no entendimento do governo brasileiro, seria um processo chave na qualidade da inserção internacional do Brasil:

A experiência de negociação nos leva a entender que ninguém respeita subalternos. Ninguém respeita a pessoa que vai negociar de cabeça baixa, ninguém respeita um pedinte. Nós temos que chegar lá com força. Por isso, nós estamos consolidando a América do Sul¹⁴⁹.

Defendeu também em vários momentos, no mesmo sentido, que “um Mercosul unido, apto a falar com uma voz única nas negociações comerciais

¹⁴⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão do Parlamento argentino em homenagem ao Brasil - Congresso da Nação Argentina – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre Brasil e Paraguai - Foz do Iguaçu – PR, 16 de agosto de 2003

¹⁴⁸ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência de Imprensa com o Presidente Álvaro Uribe - Cartagena das Índias - Colômbia, 16 de setembro de 2003

¹⁴⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Palácio do Planalto, 04 de setembro de 2003

internacionais”¹⁵⁰ poderá trazer vários benefícios para os que dele fazem parte, lembrando da oportunidade de a partir da coordenação, “nos fóruns internacionais, como as Nações Unidas e a OMC [somar] vozes para ajudar a modificar as regras e procedimentos que não respondem aos interesses de nossa região”¹⁵¹, já que o Mercosul foi considerado pelo presidente Lula como “um foro de diálogo e cooperação entre sócios, uma plataforma democrática de construção de consensos e promoção de interesses comuns”¹⁵².

Muito enfaticamente¹⁵³ chamou atenção para o fato de que comportar-se de maneira subserviente em negociações internacionais só trazem prejuízos para os Estados menores e desrespeito por parte do “mundo desenvolvido”¹⁵⁴. Julgou que apenas os próprios sul-americanos poderiam defender seus interesses e se fazer respeitados, buscando não mais que igualdade política¹⁵⁵; defendeu também que “temos que mostrar que na América do Sul nós não somos seres inferiores, nós temos condições de competir em igualdade de condições”¹⁵⁶. Declarou ainda ser prioridade de seu governo a integração com países e regiões vizinhas. A união de forças e o compartilhamento de objetivos faria com que esses países fossem “mais respeitados política e economicamente”, para serem

¹⁵⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez - Palácio do Planalto, 16 de março de 2006

¹⁵¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno do MERCOSUL - Caracas-Venezuela, 04 de julho de 2006

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela - Recife, PE, 25 de abril de 2003. Ver também Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre Brasil e Paraguai - Foz do Iguaçu – PR, 16 de agosto de 2003

¹⁵⁴ Idem

¹⁵⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Iº Seminário de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável - Grand Bittar Hotel – Brasília, DF, 25 de junho de 2003

¹⁵⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial - Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005

capazes de “melhor nos inserir neste mundo em que vivemos e mudar a relação de forças internacional atual”¹⁵⁷.

As relações prioritárias com o entorno sul-americano defendidas pelo governo petista ocuparam grande parte do interesse (e dos pronunciamentos) internacional do Brasil desde o início do governo, buscando a consolidação e aprofundamento durante todo o mandato. A união frente aos desafios regionais e globais, assim como a busca pela coordenação das políticas dos Estados, foi defendida como premissa da inserção do Brasil (e da região) em outros relacionamentos fora da América do Sul. Desta forma, o governo também declarou, paralelamente, a intenção de “ir além e não parar na América do Sul”¹⁵⁸; o tipo de relacionamento construído foi destacado como prioritário, não exclusivo.

Todos os esforços políticos para co-constituir um ambiente sul-americano e todos os argumentos construídos de modo a legitimar a posição do Brasil como uma possível “voz” da América do Sul serviriam como uma plataforma político-diplomática para uma inserção em outras dinâmicas regionais como potencial parceiro comercial/político, em especial as parcerias sul-sul. A construção das relações com os países da América do Sul, especialmente os esforços para fazer a integração ir além do mero discurso sem real comprometimento, foram constantemente utilizados como referência nas falas dirigidas aos países africanos, como nas visitas feitas a Moçambique¹⁵⁹, Namíbia¹⁶⁰, Guiné-Bissau¹⁶¹ e

¹⁵⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 16ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe – Caricom - Paramaribo-Suriname, 16 de fevereiro de 2005

¹⁵⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da 35ª Feira Nacional do Calçado – Franca 2003 - Anhembi – SP, 08 de julho de 2003

¹⁵⁹ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique - Maputo, Moçambique, 05 de novembro de 2003

¹⁶⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Namíbia - Windhoek Country Club- Windhoek, Namíbia, 07 de novembro de 2003

¹⁶¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião ampliada com o Presidente de Guiné-Bissau, Henrique Rosa Bissau-Guiné Bissau, 13 de abril de 2005

Senegal¹⁶², durante o primeiro mandato do Governo Lula.

Em viagem à África¹⁶³ e ao mundo Árabe¹⁶⁴, ainda no primeiro mandato, também havia defendido as vantagens da cooperação sul-sul, utilizando como exemplo o êxito da coordenação política da América do Sul (na OMC e nas negociações da Alca citadas anteriormente, por exemplo). Por isso procurou “estretar os laços do Brasil com outros países em desenvolvimento, a começar pela América do Sul¹⁶⁵. A não união desses países semelhantes poderia levá-los a passarem ainda “muitas décadas sendo vítimas de uma política internacional, no campo econômico e no campo comercial, injusta, que protege apenas os países mais ricos”¹⁶⁶.

A defesa da união e coordenação política dos países da América do Sul não determina o encerramento das relações com parceiros do mundo desenvolvido (que inclusive são de grande importância para o Brasil), “não significa brigar com a União Européia ou com os Estados Unidos¹⁶⁷”. O que a diplomacia do governo Lula defende é que haja sim melhora das relações com eles, porém baseadas no argumento de que:

¹⁶² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Ilha de Gorée - Ilha de Gorée-Senegal, 14 de abril de 2005 e Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira residente no Senegal, Dacar-Senegal, 14 de abril de 2005.

¹⁶³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma - Windhoek - Namíbia, 06 de novembro de 2003

¹⁶⁴ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no plenário da Assembléia Nacional Libanesa - Beirute - Líbano – 05 de dezembro de 2003

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 8ª Conferência Ibero-Americana de Cortes Supremas e Tribunais Superiores - Superior Tribunal da Justiça, 02 de fevereiro de 2004

¹⁶⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos 20 anos de relançamento da Câmara Nacional de Comércio Brasileiro-Boliviana. - Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 08 de julho de 2004

Teremos muito mais possibilidade de melhorar essas relações, tanto com a União Européia quanto com os Estados Unidos, se eles perceberem que nós não precisamos tanto deles quanto eles pensam que precisamos, se eles perceberem que nós não precisamos tanto deles como eles pensam; se perceberem que nós temos nossos parceiros; se perceberem que tem outros países interessados em comprar coisas da Bolívia, em fazer investimento na Bolívia; e se nós descobirmos que tem, também, pessoas interessadas em comprar produtos brasileiros e fazer investimentos no Brasil¹⁶⁸.

Apesar da fala do presidente ser em outro país (na Bolívia, no caso), seu pronunciamento também responderia críticas brasileiras: uma possível modificação nos parceiros comerciais durante o governo Lula levou ao receio de que o fato de privilegiar o estreitamento com as ditas “nações do sul” provocaria um distanciamento dos parceiros norte-americanos e europeus.

O presidente Lula defendeu que países do sul significam a possibilidade de um novo mundo para quem queira fazer os seus investimentos, para quem queira contribuir com a geração de riqueza e a geração de emprego para o nosso povo¹⁶⁹, e desta forma, as relações com nações desenvolvidas seriam baseadas muito mais na cooperação e complementaridade do que na dependência.

Aos críticos ou “temerosos” a respeito das iniciativas de coordenação política propostas pelo governo brasileiro, responde o seguinte:

Não temos porque temer essa unidade, quando as decisões são tomadas por mandato soberano de nossos povos. Perderemos soberania se nos mantivermos isolados, sem capacidade de ação e negociação coletiva. A estreita coordenação entre nossos países, sobretudo em temas econômicos e comerciais, é que nos transformará em ator competitivo e respeitado no mundo crescentemente globalizado¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na instalação do Tribunal

A fala do Presidente Lula demonstra um amplo caráter regionalista, e explicita uma característica sua, ao afirmar que ele vê “o mundo com olhar múltiplo: brasileiro, sul-americano, latino-americano e caribenho”¹⁷¹. Esta condição acabaria passando para o modo de condução da política externa ao privilegiar a busca soluções para questões regionais dentro da própria região, a despeito de interferências externas: “tenho dito que a resposta para os problemas do Mercosul é mais Mercosul. Do mesmo modo, a resposta para os desafios da América do Sul é mais América do Sul”¹⁷².

E tudo que eu quero mostrar ao mundo é que nós, na América do Sul, somos capazes de controlar nossos assuntos, de pensar em nosso desenvolvimento, de combater o terrorismo, de combater o narcotráfico, de combater o crime organizado. E nós somos capazes de realizar o sonho de esperança que cada um dos nossos habitantes têm e que, muitas vezes, o tiveram frustrado¹⁷³.

O discurso em defesa da unidade política entre os países da América do Sul continua forte no segundo mandato do presidente Lula. Durante todo o seu governo, e em relação às relações entre os países da América do Sul, este ponto se configura, possivelmente, senão como o mais importante, como um dos mais insistentemente destacados: a necessidade da coordenação política entre os países sul-americanos decorre da percepção de que a América do Sul estaria mais forte dentro da dinâmica internacional se estiver politicamente articulada. Unidos, os Estados sul-americanos e se tornariam mais fortes em qualquer

Permanente de Revisão do Mercosul - Assunção-Paraguai, 13 de agosto de 2004

¹⁷¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio - Rio de Janeiro-RJ, 04 de novembro de 2004

¹⁷² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul - Cusco-Peru, 08 de dezembro de 2004

¹⁷³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de trabalho com os presidentes da Colômbia, Venezuela e Espanha - Ciudad Guayana-Venezuela, 29 de março de 2005

reunião ou negociação internacional, o que já estaria dando alguns resultados: estaria sendo vista como “importante interlocutor em temas centrais da agenda internacional”, e “contribuindo para uma ordem internacional mais democrática e equitativa”¹⁷⁴.

As referências à ideia de que para nenhum país da América do Sul haverá a possibilidade de real desenvolvimento solitário (“sozinhos, não haverá saída para nenhum país da América do Sul”¹⁷⁵), perpassaram todo o segundo mandato, assim como o primeiro, onde declarou que “nós estamos percebendo que estamos no mesmo barco, estamos percebendo que tem política de complementaridade que, se nós fizermos juntos, todos nós ganharemos”¹⁷⁶.

A história e a proximidade geográfica entre os países sul-americanos é elemento imutável e naturalmente os une, e os argumentos em favor da extensão dessa união em caráter de coordenação política defendem que isto poderia ser determinante no futuro da região. Uma real articulação política coesa entre os Estados garantiria uma melhor participação no cenário internacional.

Para que a união entre os Estados da América do Sul aconteça, a primeira atitude seria não dar as costas uns aos outros¹⁷⁷, pois “o futuro de cada um dos países da região depende do futuro dos demais”¹⁷⁸. A integração, desta forma, se

¹⁷⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de encerramento do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007

¹⁷⁵ Por exemplo, no discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul - Rio de Janeiro-RJ, 18 de janeiro de 2007 e no discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião dos governadores e prefeitos da Rodada de Integração Produtiva do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul (FCCR): Eixo Sul - Foz do Iguaçu-PR, 07 de novembro de 2008

¹⁷⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007

¹⁷⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de assinatura da Declaração de La Paz sobre o Corredor Interoceânico e declaração à imprensa - La Paz - Bolívia, 16 de dezembro de 2007

¹⁷⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro

torna cada vez mais importante, por que “não haverá desenvolvimento verdadeiro no Brasil sem uma integração crescente com nossos vizinhos no continente”¹⁷⁹.

Houve a percepção da necessidade de ajustar os discursos políticos da América do Sul, “respeitando a soberania de cada país, respeitando a situação da liberdade de expressão de cada presidente... O que precisamos é ter um discurso comum para enfrentar um problema comum a todos nós”¹⁸⁰.

Este modo de agir se estendeu, assim como para a América do Sul, para o Mercosul: “no momento em que nos preparamos para retomar negociações com outros blocos, é fundamental que o Mercosul possa falar com uma só voz no mundo”¹⁸¹, uma vez que “unidos e coesos, multiplicamos nossas complementaridades e encontramos respostas próprias para nossos problemas”¹⁸².

Durante a 36ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul em dezembro de 2008, o presidente Lula chamou atenção para a necessidade de “aprofundar nossas propostas para enfrentar a grave crise da economia global”¹⁸³, mas já vê, “com satisfação, que nossos países têm dado, nacionalmente, respostas muito coincidentes”¹⁸⁴. Cerca de um mês depois, declarou que “pela primeira vez na história começamos a coordenar respostas e mobilizar forças regionais para os

de Governadores da Frente Norte do Mercosul - Belém-PA, 06 de dezembro de 2007

¹⁷⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina - Buenos Aires - Argentina, 22 de fevereiro de 2008

¹⁸⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - San Miguel de Tucumán – Argentina, 1º de julho de 2008

¹⁸¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o almoço em homenagem à presidente da Argentina, Cristina Kirchner - Palácio Itamaraty, 08 de setembro de 2008

¹⁸² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar para a entrega da condecoração da insígnia de ouro da “America’s Society” (Sociedade das Américas) e do “Council of the Americas” (Conselho das Américas) - Nova Iorque-EUA, 22 de setembro de 2008

¹⁸³ A crise econômica de 2008-2009 foi um desdobramento da crise financeira internacional, precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, no processo também conhecido como “crise dos subprimes”.

¹⁸⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 36ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul - Costa do Saúpe-BA, 16 de dezembro de 2008

desafios da conjuntura internacional”¹⁸⁵.

Isto seria visto, mais tarde, como um “amadurecimento coletivo da região”, pois as políticas se guiam “pelo respeito à diversidade, e estamos corrigindo assimetrias que prejudicam os parceiros menores”, e que a “integração das Américas supõe diálogo político e cooperação para o desenvolvimento”¹⁸⁶, baseando todos relacionamentos em um espírito de fraternidade, que posteriormente definiu como “a base indispensável de uma América do Sul mais unida, próspera e justa”¹⁸⁷.

Desta coordenação política desenvolvida entre os países da região, como acima citados, decorreriam vários benefícios que repercutiriam não só na própria América do Sul, como também nos foros multilaterais dos quais participa.

Para a própria região, foi destacado que “juntos seremos mais fortes para enfrentar o protecionismo que ameaça um acordo justo na Rodada Doha” e que “unidos podemos demonstrar a solidez de nossas instituições”¹⁸⁸. Destacou também que “nossa integração nos faz mais fortes, respeitados e independentes”¹⁸⁹, e que “estamos construindo uma união sul-americana baseada na solidariedade para garantir presença soberana no mundo”¹⁹⁰.

¹⁸⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos trechos Arroyo Concépcion-El Carmen e El Carmen-Roboré do Corredor Bioceânico - Arroyo Concépcion-Bolívia, 15 de janeiro de 2009

¹⁸⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Sessão Plenária da 5ª Cúpula das Américas - Porto de Espanha – Trinidad e Tobago, 18 de abril de 2009

¹⁸⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após ser homenageado com a condecoração Ordem de Excelência, concedida pelo Governo da Guiana - Georgetown-Guiana, 25 de novembro de 2010

¹⁸⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina - Buenos Aires - Argentina, 22 de fevereiro de 2008

¹⁸⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - San Miguel de Tucumán – Argentina, 1º de julho de 2008

¹⁹⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o almoço em homenagem à presidente da Argentina, Cristina Kirchner - Palácio Itamaraty, 08 de setembro de 2008

2.6 Liderança/hegemonia do Brasil em relação à América do Sul

Em relação à América do Sul, a condição de “líder” foi, a princípio, declarada como algo natural, não sem ser, posteriormente, contestada. No início do mandato, ainda no primeiro mês, o presidente Lula afirmou, no Brasil, que percebia um “pedido” para que o país se porte como líder regional:

Eu já tive encontros, nesses 20 dias, com o Presidente da Argentina, com o Presidente do Uruguai, com o Presidente do Paraguai, com o Presidente da Bolívia, com o Presidente do Chile, com o Presidente do Equador, com o Presidente da Venezuela, com o Presidente da Colômbia. *É impressionante como todos esses países estão quase a exigir que o Brasil lidere a América do Sul*, porque eles têm uma relação de respeito com o Brasil, porque têm dimensão da grandeza e do potencial econômico do Brasil.¹⁹¹ [grifo nosso]

Essa visão seria corroborada por algumas características (objetivas e subjetivas), destacando o tipo de liderança que o Brasil deveria ser:

E é exatamente pelo fato de o Brasil ser a maior economia do nosso continente, a maior extensão territorial, a maior população e, possivelmente, um país com uma dimensão maior do ponto de vista intelectual e cultural, e com mais universidades, que teria que ser generoso, e deveria, efetivamente, assumir, não o papel daquele país líder que tenta transformar os outros em subservientes, mas deveria ser um parceiro, aquele que defende os interesses da América do Sul, aquele que elabora projetos junto com os países da América do Sul, aquele que pensa na integração da América do Sul e aquele que pensa no desenvolvimento da América do Sul¹⁹².

Na metade do primeiro ano de governo, reafirmou que “o Brasil, por ser

¹⁹¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de transmissão do cargo de diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, do engenheiro Antônio José Correia Ribas para o engenheiro Jorge Miguel Samek - Auditório do Canal da Música – Curitiba - PR, 23 de janeiro de 2003

¹⁹² Idem.

grande, por ser o maior país, as pessoas sempre entenderam que ele tinha que liderar¹⁹³”. Defendeu ainda que “liderança não se impõe. Liderança se conquista. E não se conquista liderança com arrogância, com prepotência. Isso é ditadura¹⁹⁴”. Observou que a “liderança se conquista com muita humildade, com muita tranqüilidade e, necessariamente, nem sempre o maior é o líder. Às vezes, é o mais competente. Às vezes, é o mais inteligente. Às vezes, é o mais humilde. Às vezes, é o menos pretensioso”¹⁹⁵.

Na mesma ocasião, no entanto, tentou não criar constrangimentos diplomáticos a respeito do posicionamento do Brasil a respeito da questão de liderança e completa com o seguinte argumento: “depois de todas as reuniões que fiz, ninguém disputa liderança, ninguém quer ter hegemonia. Nós queremos ter parcerias”¹⁹⁶.

No mesmo dia, em outro pronunciamento, porém dentro do mesmo tema, minimizou a ideia de um “desejo de liderança” brasileira, e especialmente em relação à Argentina, expondo o seguinte:

E eu entendi que um dos problemas da América do Sul era a rivalidade que foi criada historicamente entre os países. O Brasil e a Argentina disputavam a liderança quando não havia porque disputar liderança; os dois só foram se tornar humildes quando chegaram ao fundo do poço. (...) A Argentina descobriu que não era Primeiro Mundo, que era um país pobre do Terceiro Mundo e o Brasil descobriu que não liderava nada, porque ninguém obedecia às ordens do Brasil. Hoje, essa relação, pela primeira vez na história da América do Sul, se dá de forma muito efetiva¹⁹⁷.”

Há uma substituição da “defesa” da liderança, para uma afirmação da necessidade de “união”.

¹⁹³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness - Palácio Itamaraty, 25 de junho de 2003

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Iº Seminário de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável - Grand Bittar Hotel – Brasília, DF, 25 de junho de 2003

O posicionamento do Brasil na região acaba por criar um receio de que haja, por parte do Brasil, um desenvolvimento de uma hegemonia regional. Com o objetivo de modificar essa percepção, o governo brasileiro trata de incluir em seu discurso oficial a referência a uma postura “não-hegemônica”, para não abalar as relações de confiança que foram construídas. Afirma que busca, sim, ocupar um espaço maior nas negociações internacionais, mas que isto não implica em uma automática conversão em *hegemon*.

Em um pronunciamento em Havana¹⁹⁸, com estudantes brasileiros, reconheceu considerar que “chegou o momento de o Brasil ocupar o espaço que lhe é de direito no mundo”, sem, no entanto “estabelecer nenhuma relação de hegemonia com nenhum país”.

O presidente Lula buscou deixar claro que o que o Brasil deseja estabelecer é uma “relação de parceria, de companheirismo, sendo generoso com quem é mais pobre do que a gente, sendo leal com quem é maior do que a gente e sendo, na verdade, parceiro de todos os países do mundo”, e declarou que possivelmente essa “nova dinâmica da nossa política internacional é que tem dado ao Brasil um destaque que tem deixado muita gente assustada”. Complementou que queria dizer isso aos estudantes porque estão “virando internacionalistas e é importante saber que a vocação do Brasil não é de ficar encolhido na América do Sul, como se fosse um país insignificante¹⁹⁹”. Acrescentou ainda que “a nossa vocação é, com muito respeito e com muita generosidade pelos outros, querer ocupar um espaço político, comercial e cultural maior do que a gente ocupa, até agora²⁰⁰, sem hegemonismos²⁰¹”.

¹⁹⁸ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com estudantes brasileiros - Residência de Protocolo do Conselho de Estado “La Mansión” - Havana – Cuba, 27 de setembro de 2003

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita de Estado do presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez Palácio do Planalto, 01 de abril de 2005

O Presidente ainda repetiu esta ideia de que o Brasil “não quer ter nenhuma vocação hegemônica sobre qualquer país da América do Sul”, mas que quer a “construção de parcerias em que todos tenham igualdade de crescer, se desenvolver e distribuir renda”²⁰², e que a ligação com a América do Sul é diferente de qualquer outra, porque “com os outros, nós temos relações comerciais, relações culturais mas, entre nós, estamos ligados como uma criança está ligada à mãe pelo cordão umbilical”²⁰³.

A partir das possíveis interpretações de “pretensões hegemônicas” aparentemente demonstradas pelo discurso brasileiro, notamos o surgimento de uma preocupação em não causar esta impressão, refletida em seus pronunciamentos a partir de então: sua comunicação com interlocutores (especialmente sul-americanos) se torna bastante cuidadosa, e, na sua visita a África, tratou de frisar em sua fala que, antes de tudo, não quer “ter supremacia sobre absolutamente ninguém”, que “queremos ter igualdade nas nossas relações”²⁰⁴, que o “Brasil quer uma relação de parceria. Nós não queremos hegemonia, em nenhuma hipótese”²⁰⁵.

No processo de integração (ao tratar do Mercosul), segundo o Presidente, “não há lugar para hegemonismos, nem podem prevalecer interesses imediatos e visões de curto prazo”, onde todos deveriam estar dispostos a ceder algo em prol do desenvolvimento coletivo²⁰⁶. A intenção maior é que o Brasil, neste processo,

²⁰² Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos - Palácio Itamaraty, 14 de outubro de 2003

²⁰³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encontro com o Presidente Néstor Kirchner - Palácio do Governo – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

²⁰⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB) - Maputo - Moçambique, 04 de novembro de 2003

²⁰⁵ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da viagem a África do Sul - Pretória – África do Sul, 08 de novembro de 2003

²⁰⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Cúpula do Mercosul - Assunção-Paraguai, 20 de junho de 2005

não seja interpretado como “imperialista²⁰⁷”.

Queremos fazer com que cada país da América do Sul acredite que o Brasil é um parceiro de verdade, porque muita gente tem medo do Brasil, muita gente achava que o Brasil era imperialista. Nós estamos mostrando que nós não queremos ter uma relação de hegemonia com ninguém. Nós queremos ter uma relação de parceria, nós queremos ser companheiros, fazer políticas de complementaridade, definindo em que o Brasil pode ajudar e em que o Brasil pode ser ajudado²⁰⁸.

E contra qualquer tipo de “hegemonismos”, ou “imperialismos”, “o Brasil tem procurado contribuir para fortalecer a estabilidade democrática da América do Sul, e o faz com o espírito fraterno, respeitoso da autodeterminação dos povos e da soberania nacional²⁰⁹”.

O Presidente ainda insiste que, no que depender do Brasil, “não haverá interferência, mas tampouco indiferença para com a sorte de nossos irmãos”, pois o Brasil “continuará a estender sua mão, em favor do fortalecimento desse patrimônio de liberdade. Mas a democracia não é apenas uma aspiração isolada de cada país. É também uma tarefa a ser realizada nas relações entre os países²¹⁰”.

Curioso notar que as alusões a um tipo de liderança brasileira baseada na parceria, deixando claro não ter pretensões imperialistas se deram em reuniões com representantes de alguns países da América do Sul, como Bolívia²¹¹,

²⁰⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 23º Encontro Nacional de Comércio Exterior - Centro de Convenções do Hotel Glória - Rio de Janeiro-RJ, 28 de novembro de 2003

²⁰⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago - Santiago-Chile, 23 de agosto de 2004

²⁰⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global” - Paris-França, 13 de julho de 2005

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado do Presidente da Bolívia, Evo Morales - Palácio do Planalto, 15 de fevereiro de 2007

Uruguai²¹², Venezuela²¹³, Colômbia²¹⁴ e Peru²¹⁵. Na Bolívia, a respeito da pretensa liderança brasileira na região ter um caráter de “imperialismo regional”, o presidente Lula argumentou o seguinte:

Não somos os imperialistas que alguns dizem que somos, não somos hegemônistas como alguns querem que sejamos mas, sim, somos um país que tem a compreensão de que, pela sua dimensão, geográfica, pela sua importância econômica, pelo seu desenvolvimento científico e tecnológico, não tem que disputar espaço com nenhum país irmão²¹⁶.

Destacou, em cerimônia de acordo bilateral com a Venezuela, que não há a intenção em transformar a América do Sul em um espaço de disputa de poderes entre o Brasil e aquele país:

Os exemplos que Venezuela e Brasil podem dar com esses acordos são, na verdade, um incentivo para que outros países da América do Sul se sintam fortalecidos e dispostos a participarem dessa parceria. Aqui não existe disputa entre dois países, nós fomos formados politicamente para respeitar a soberania de cada país, respeitar a cultura de cada país e respeitar, sobretudo, as decisões soberanas que cada país toma sobre os seus problemas²¹⁷.

A interpretação, por parte de alguns países da América do Sul, de que o Brasil estaria buscando estabelecer na região uma zona sob sua hegemonia

²¹² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa Montevideu - Uruguai, 26 de fevereiro de 2007

²¹³ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos com o governo da Venezuela - Manaus-AM, 20 de setembro de 2007

²¹⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia - Bogotá-Colômbia, 19 de julho de 2008

²¹⁵ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de visita oficial ao Peru - Lima-Peru, 11 de dezembro de 2009

²¹⁶ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado do Presidente da Bolívia, Evo Morales - Palácio do Planalto, 15 de fevereiro de 2007

²¹⁷ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos com o governo da Venezuela - Manaus-AM, 20 de setembro de 2007

“imperialista”, poderia levar ao medo de uma expansão brasileira e um endurecimento da relação entre os países sul-americanos. Esta interpretação errada, de acordo com presidente Lula, precisa ser corrigida.

Alguns presidentes de países da América do Sul com quem eu conversava no começo do mandato, diziam para mim: “Nós fomos, praticamente, educados a ter medo do imperialismo brasileiro”. (...) O incompreensível para mim é como é que um empresário sul-americano tem medo do imperialismo brasileiro e não tem medo do imperialismo americano, do imperialismo, eu diria, europeu, ou de qualquer outro imperialismo? É porque por detrás disso estava colocada também uma divergência geopolítica, uma divergência, eu diria, até na esfera militar, que durante tanto tempo nos colocou de sobreaviso contra o outro. (...) Somente com uma visão integradora da América do Sul, sem barreiras, sem fronteiras, respeitando a soberania de cada país, é que nós poderemos construir esse novo marco de desenvolvimento do nosso continente²¹⁸.

Ainda sobre a questão do “medo” de uma hegemonia brasileira, chamou atenção para o fato de que este sentimento que se aplicava ao Brasil, mas não se aplicava do mesmo modo aos Estados Unidos, por exemplo, real hegemonia na região.

E houve um tempo em que os países menores da América do Sul tinham um medo muito grande do Brasil. Eu dizia ao presidente Alan García que, numa reunião com o presidente Calderón e com os empresários mexicanos, os empresários mexicanos tinham medo dos empresários brasileiros e não tinham medo dos empresários americanos. É fantástico, mas era assim: parecia que os empresários brasileiros eram os que representavam o grande império, e não os empresários americanos²¹⁹.

Notamos que há uma grande preocupação em reforçar a ideia de que o Brasil não nutria pretensões hegemônicas na região. Como apresentamos em vários momentos durante esta parte, os discursos do presidente Lula estiveram

²¹⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia - Bogotá-Colômbia, 19 de julho de 2008

²¹⁹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de visita oficial ao Peru - Lima-Peru, 11 de dezembro de 2009

repletos de menções à não-intenção hegemônica do Brasil. Esta necessidade de repetição se dá, aparentemente, pela urgência em convencer os países da região de que o Brasil não busca esse tipo de relação hierárquica, e para, inclusive, facilitar o processo de coordenação política comentado anteriormente. Seria também o caso de desfazer qualquer tipo de desconfiança advinda desta ideia (errônea, de acordo com o governo brasileiro) de que o Brasil teria pretensões de se tornar um *hegemon*.

2.7 Casa e Unasul: Institucionalização da ideia de integração política e a construção de uma identidade sul-americana

O surgimento da Comunidade Sul-americana de Nações e o posterior surgimento da União das Nações sul-americanas são importantes por se configurarem como a institucionalização da ideia de uma política externa que priorize as relações com os vizinhos.

Os princípios e a orientação política básica da Casa estão contidos na Declaração de Cusco²²⁰ (de 08 de agosto de 2004) e na Declaração de Ayacucho²²¹ (de 09 de dezembro do mesmo ano).

A Comunidade Sul-americana de Nações se formou, de acordo com a Declaração de Cusco²²², tomando em conta a história, o pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade sul-americana compartilhada e valores comuns, tais como: a

²²⁰ Disponível em: <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-cusco>

²²¹ Disponível em: <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-ayacucho>

²²² Disponível em: <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-cusco>

democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias compartilhada e solidária de nossas nações.

A questão da construção de uma “identidade” sul-americana foi pontuada pelo presidente Lula em vários momentos como algo necessário, embora não tenha discutido o sentido desta afirmação, algumas vezes, inclusive, tratando do assunto como algo que não acontecia antes. No discurso de posse garantiu que o Brasil apoiaria “os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul²²³”.

Destacou a importância deste tema para as relações internacionais no seguinte aspecto: “queremos uma América do Sul com identidade própria, que emergirá nas relações internacionais como um pólo irradiador de paz, prosperidade, justiça social e democracia²²⁴”, declarando que a região teria um destino comum: “precisamos criar uma identidade regional genuína, um sentimento de que compartilhamos – em meio à riqueza de nossas diferenças - um destino comum²²⁵”.

É importante, aqui, discutirmos que na fala do presidente Lula, a “identidade” sul-americana aparece como uma ideia defendida, assim como a união entre os países da região e a coordenação de suas políticas para defender os interesses sul-americanos se daria também em decorrência desta ideia.

²²³ Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional - Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

²²⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene extraordinária do Congresso Nacional do Equador - Quito-Ecuador, 25 de agosto de 2004

²²⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da reunião de Cúpula do Mercosul - Ouro Preto-MG, 17 de dezembro de 2004

De acordo com a Declaração de Ayacucho²²⁶, os Presidentes que ali se fizeram presentes reiteraram os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade que “sustentaram a luta pela independência de nossos povos”. Sobre a base da constatação de uma cultura e história compartilhadas, de uma continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração, e se comprometeram a promover uma cultura de paz que torne viáveis sociedades plurais e identificadas com propósitos comuns.

Em relação às possibilidades de manutenção de relações com outros países e organizações, foi destacado que a criação da Casa não tinha intenção de ser excludente, mas complementar:

Nossa integração se dá em diferentes planos. Somos membros do Mercosul, do Tratado da Bacia do Prata e do Tratado de Cooperação Amazônia. Pertencemos ao Grupo do Rio e à Aladi. Temos afinidades históricas e estreitos vínculos econômicos com a Comunidade Andina de Nações. Somos solidários com o destino dos países centro-americanos e caribenhos. [...]A Comunidade Sul-Americana não substitui esses esforços. Devemos valorizar os mecanismos de integração existentes, com a plena participação de todos os países sul-americanos. Devemos, também, consolidar a atuação internacional da América do Sul²²⁷.

O presidente Lula declarou a importância de diversificar os parceiros em relações internacionais, e neste sentido, argumentou que:

A gente pode manter relações com o mundo inteiro, é importante diversificar, mas acho que é necessário que cada país da América do Sul, cada país latino-americano faça um esforço incomensurável para explorar a totalidade do potencial que existe entre nós²²⁸.

²²⁶ Disponível em: <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-ayacucho>

²²⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) - Cochabamba-Bolívia, 08 de dezembro de 2006

²²⁸ Segunda intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão em

No que diz respeito à ampliação das relações entre os Estados da América do Sul (e dentro da dinâmica de cooperação sul-sul), o presidente Lula defendeu que a institucionalização das relações políticas entre os países era algo que “parecia impossível”²²⁹, mas que foi alcançado durante seu governo, apesar das dificuldades iniciais de funcionamento. O que deveria ficar claro, de acordo com a fala do presidente Lula, é que “nós precisamos dizer ao mundo que nós não precisamos de ninguém para tomar conta dos problemas que são nossos”²³⁰.

A ideia da necessidade de união entre os países da região foi reforçada em pronunciamento na reunião de cúpula da Casa, em 2006:

A América do Sul é uma das últimas regiões do mundo a se articular politicamente em torno de um projeto de integração. [...] O mundo atual é cada vez mais complexo e competitivo. Não há espaço para o isolamento. Nenhum país, por maior que seja, por mais expressiva que seja a sua economia, consegue promover seus objetivos nacionais isoladamente. O fortalecimento de nossa coesão ampliará nosso peso negociador e nossa capacidade de inserção internacional. [...] Quero dizer para vocês que mais uma reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações que me dá a certeza que temos muitas coisas para acertamos, temos muitas divergências, mas temos muitas convergências. [...] Não há saída individual para nenhum país da América do Sul ou América Latina. Ou nós nos juntamos e fazemos da integração uma integração política, uma integração econômica, uma integração comercial, uma integração industrial, uma integração cultural, ou nós não temos muita possibilidade. O mundo avançou e nós, durante muito tempo, retrocedemos²³¹.

homenagem ao ex-presidente da Argentina Néstor Kirchner e sessão plenária da XX Cúpula Ibero-Americana - Mar Del Plata-Argentina, 04 de dezembro de 2010

²²⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Seminário de Alto Nível da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) - Brasília-DF, 1º de junho de 2010

²³⁰ Idem.

²³¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) - Cochabamba-Bolívia, 09 de dezembro de 2006

Na 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, em 16 de abril de 2007, na Venezuela, os governantes dos 12 países da região aprovaram a mudança de nome do bloco de Comunidade Sul-Americana de Nações para União de Nações Sul-Americanas, sob a sigla Unasul (Unasur, em espanhol).

O surgimento da Unasul aconteceu dentro desse contexto de defesa de uma maior parceria política entre os Estados da região, passando a ser vista como uma institucionalização da ideia de coordenação política. E foi exatamente assim que a Unasul iniciou suas atividades: como um espaço de discussão política dos temas de interesse da América do Sul, sendo a fundação da Unasul inclusive, de acordo com o presidente Lula, “um passo decisivo na construção do sonho de integração dos povos da América do Sul”²³², destacando que “o futuro de cada um dos países da região depende do futuro dos demais”²³³.

Em visita à América Central, o presidente Lula buscou definir o papel da Unasul ao afirmar que a organização “é um espaço privilegiado e uma demonstração clara de que os países da América do Sul estão compreendendo que juntos nós seremos muito mais soberanos, seremos muito mais fortes”²³⁴.

Ao analisarmos os pronunciamentos do presidente Lula no período da formação da Unasul, percebemos uma certa euforia em relação à organização que se formava, uma forte crença, em sua opinião, de que seria um passo decisivo na institucionalização da América do Sul. A Unasul surgiu com uma grande carga de otimismo por parte do governo brasileiro, embora o Poder Legislativo tenha tardado em ratificar a participação do Brasil na Unasul²³⁵.

A institucionalização de um espaço onde os vários países da região pudessem discutir questões políticas, econômicas e sociais foi considerada algo

²³² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul - Belém-PA, 06 de dezembro de 2007

²³³ Idem.

²³⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura de encontro empresarial, com a presença do presidente de El Salvador, Elias Antonio Saca - São Salvador-El Salvador, 29 de maio de 2008

²³⁵ Na verdade, o Brasil só ratificou a Unasul após o final do mandato do presidente Lula, já na gestão de Dilma Rouseff, em julho de 2011.

que faria a América do Sul não ser considerada “um mero conceito geográfico”, mas uma realidade institucional, devendo ser construída pelos países vizinhos “como parte dos projetos nacionais de desenvolvimento”. Afirmou que para seu governo, “essa tem sido a orientação do meu governo desde o primeiro dia”, pois “o Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul”, uma vez que “nenhum de nossos países pode, sozinho, aspirar à prosperidade”²³⁶. A este respeito, comentou dias depois que:

Na abertura da Conferência da Unasul, observei que a América do Sul afirma a sua presença no plano internacional, renova a confiança em si mesma e na capacidade de seus povos construir um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz. Nossa região torna-se um interlocutor cada vez mais indispensável, à medida em que o mundo se vê diante de necessidades de compatibilizar segurança alimentar, suprimento energético adequado e preservação do meio ambiente²³⁷.

As relações entre os países da Unasul de veria ser amistosa, com confiança e sinceridade, caso contrário “em vez de estarmos criando uma instituição de integração, nós estaremos criando um clube de amigos cercados de inimigos por todos os lados. Então, isso não funciona, não dá certo”²³⁸.

Em reunião com os demais Chefes de Estado e Governo da Unasul, comentou a então condição da Unasul:

Chegar onde nós chegamos não foi brincadeira. Com muita adversidade, e tenho certeza de que em quase todos os países não faltaram manchetes para dizer que a Unasul era um fracasso,

²³⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações – UNASUL - Brasília-DF, 23 de maio de 2008

²³⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de abertura do XX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE - Rio de Janeiro – RJ, 26 de maio de 2008

²³⁸ Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura da 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) - Quito-Equador, 10 de agosto de 2009

que a Unasul não resolveria nada, que a Unasul era um bando de gente que não se gostava e que não se compreendia. E nós estamos sobrevivendo. Eu não me preocupo, porque na minha vida tudo o que eu conquistei foi na base do sacrifício. Nunca, nunca alguém deu nada de graça e não vão dar para a Unasul, não vão dar. O que eu tenho consciência é que a Unasul, no século XXI, pode fazer uma mudança radical do que aconteceu no século XX, descolonizar a mente intelectual de boa parte da nossa elite e começar a acreditar que a solução de nossos problemas está em nós e não está fora do nosso continente²³⁹.

No último ano de seu governo, declarou estar determinado a “fazer da Unasul um instrumento da vontade coletiva do nosso continente, para a realização de seu vasto potencial”²⁴⁰.

Na 4ª Reunião Ordinária de Chefes de Estado da Unasul²⁴¹, realizada em novembro de 2010, o pronunciamento do presidente Lula ocorreu em tom de despedida. Seu mandato estava chegando ao final, e em sua fala fez um balanço da participação do Brasil e do papel da Unasul para a política regional e global. Mostrou-se honrado em ter colaborado para a criação da Unasul, mas pediu desculpas pelo Poder Legislativo brasileiro tardar em ratificar a participação brasileira. Em suas palavras, “pelo que ele [o Brasil] representa na América do Sul, já deveria ter aprovado”.

No mesmo pronunciamento opinou que com a Unasul, “a América do Sul deixa de ser apenas um conceito geográfico. Passa a ser ator global, articulando-se em torno de um projeto amplo de integração, uma realidade política”²⁴².

²³⁹ Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) - Bariloche-Argentina, 28 de agosto de 2009

²⁴⁰ Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicada no jornal La Diaria, do Uruguai, por ocasião da posse do presidente José Mujica - Publicada em 25 de fevereiro de 2010

²⁴¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da Unasul - Georgetown-Guiana, 26 de novembro de 2010

²⁴² Idem.

Considerou ainda ser importante a articulação política da região pois a América do Sul pode e deve “afirmar sua presença no plano internacional e renovar a confiança em si mesma e na capacidade de seus povos construírem um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz”²⁴³. A Unasul seria “a expressão política desse projeto”.

O presidente Lula ainda destacou a importância da tomada de decisões dentro da organização se dar por meio de consenso, refletindo a diversidade e pluralismo das opiniões, já que as decisões são tomadas sempre por consenso, “que nasce do compromisso comum com a democracia e que se constrói na harmonia e no respeito mútuo”²⁴⁴.

No próximo capítulo, buscaremos traçar uma relação entre alguns acontecimentos internacionais que refletiram no discurso do presidente Lula, além de analisar alguns resultados políticos dos temas levantados neste capítulo, contrapostos aos pronunciamentos. Proporemos uma análise da inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no período a partir da ideia de “correção de modelo” e do aprofundamento do paradigma logístico - propostos por Cervo (2008), e também da ideia de “continuidade de parâmetros de política externa” e do conceito de diplomacia presidencial - propostos por Danese (2009). Buscaremos ainda atentar para algumas continuidades e mudanças de argumentos percebidos ao comparar os mesmos temas nos dois mandatos, especialmente na tentativa de construção de políticas e consensos da América do Sul e para a América do Sul.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.

3 ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO DISCURSO DIPLOMÁTICO EM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL

Ao revisarmos o histórico de aproximações e afastamentos da política externa brasileira em relação à América do Sul, discutimos brevemente algumas características dos mandatos de Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), apontando que o aprofundamento do enfoque regional já se configurava como uma tendência da política externa brasileira. Importa destacar que alguns acontecimentos entre as eleições de Cardoso e Lula ajudaram a impulsionar este movimento de priorização da América do Sul entre o final do século XX e o início do século XXI.

No governo Cardoso, após um primeiro mandato (1995-1998) com destaque para a tentativa de reconfiguração da economia nacional a partir do sucesso do Plano Real, podemos mencionar um segundo mandato (1999-2002) marcado pelos desafios de lidar com os efeitos das crises econômicas (crise financeira asiática em 1997 e crise russa em 1998) para a economia brasileira (desvalorização do Real em 1999), além da crise argentina (entre 1999 e 2002) e dos atentados de 11 de setembro de 2001. Durante esses dois mandatos, o Brasil ainda tinha que lidar com o interesse norte-americano de criação da Alca.

A combinação destes acontecimentos levou a uma revalorização das relações regionais. As crises econômicas que atingiram principalmente os países emergentes tiveram um grande impacto na fuga de capitais especulativos, obrigando o país a recorrer ao Fundo Monetário Internacional¹. O espaço de atuação internacional do Brasil nessas condições ficaria sensivelmente prejudicado.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* em Nova York, EUA, fizeram com que a agenda internacional fosse tomada novamente pela priorização das questões relativas à segurança. Se o momento pós-Guerra Fria abriu espaço na pauta da agenda internacional para o

¹ Pelo menos duas vezes, em 1998 e 2002, com saques entre este período. Para um histórico do relacionamento entre Brasil e FMI entre 1944 e 2005, ver <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1422RelaBrFMI1944-2005.pdf>

aprofundamento de vários temas (ALBUQUERQUE, 2008, p. 35-55) – como os direitos humanos, meio ambiente, temas sociais, em modo amplo (como saúde, trabalho, pobreza etc), cooperação econômica e política, entre outros, criando novos espaços de participação de países “do sul” – o pós-11 de setembro sinalizou para uma revalorização do *hard power*, e a segurança internacional passa a ocupar novamente lugar de destaque amplo e privilegiado nos foros internacionais.

A conjuntura internacional colocava o governo de Cardoso diante da necessidade de reorganizar as suas ações políticas externas e redefinir o modo de inserção internacional do Brasil. Alcides Vaz² destaca que no segundo mandato de Cardoso, a ação diplomática brasileira estivera definida em torno de três grandes linhas (definidas pelo autor com base em um pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores do governo Cardoso, Celso Lafer): “(i) a definição de um projeto regional brasileiro, (ii) a obtenção de melhores condições de acesso e abertura de novos mercados e (iii) a construção de novas parcerias internacionais”. Poderíamos encaixar o interesse em uma maior aproximação dos países da América do Sul nestas três linhas mencionadas pelo autor .

Vaz (idem) destaca, no primeiro caso, que a realização do I Encontro dos Presidentes Sul-Americanos “representou um marco histórico ao mesmo tempo em que definiu os principais eixos articuladores da integração sul-americana”. O Mercosul “por força de inconsistências próprias e das dificuldades econômicas que todos os quatro países membro atravessavam”, não estava cumprindo o “papel dinamizador da pretendida integração sul-americana”.

Havia uma grande expectativa em relação ao governo Lula, haja vista a instabilidade gerada ainda no período de campanha eleitoral, pela indicação de sua vitória nas urnas: o mercado financeiro não demonstrava confiança na eleição de um presidente oriundo de um partido de esquerda, onde supostamente haveria a possibilidade de declaração de moratória e de não cumprimento dos acordos internacionais assinados. Houve uma evasão do capital especulativo elevando o risco-Brasil e a consequente desvalorização da moeda brasileira. Com a atenção

² “Governo Lula: uma nova política exterior?”. Disponível em: http://www.forumibsa.org/publicacoes/O_Governo_Lula_uma_nova_pol%C3%ADtica_exterior.pdf, acesso, 15 de Janeiro de 2011.

voltada para o pronunciamento de posse, as diretrizes apontadas pelo presidente Lula ganharam grande destaque. No mesmo ano, era prioridade que o presidente fosse à reunião anual do Fórum Econômico Mundial realizada na cidade de Davos, na Suíça, com o objetivo de se apresentar e tranquilizar a comunidade internacional.

A seguir, a partir da sucessão presidencial (de Cardoso a Lula), consideraremos dois aspectos da condução da política exterior brasileira nesse período de transição: a ideia de uma “correção de modelo” associada a uma “mudança de paradigma” - sugerida por Amado Cervo (2003 e 2006); e a existência de parâmetros de continuidade (na transição de governos) associada à constância e aprofundamento da “diplomacia presidencial” - sugerida por Sérgio Danese (2009). Observaremos que a existência de “parâmetros de continuidade” não exclui uma “mudança de paradigma”, e que em relação à América do Sul, estas características são percebidas nos pronunciamentos do presidente Lula.

3.1 Paradigma logístico e diplomacia presidencial: entre a “correção de modelo” e a manutenção de “parâmetros de continuidade”

Desde a campanha presidencial durante o ano de 2002, que o então candidato Lula destacou a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento econômico e social e a inserção internacional do Brasil, buscando marcar diferenças em relação ao mandato do presidente Cardoso.

Amado Cervo (2006, p. 25) ao analisar algumas características da política externa do presidente Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) considera a existência de três tendências de fundo: o “neoliberalismo subserviente e destrutivo em relação ao patrimônio da nação”, a “promoção do desenvolvimento associado às forças do capitalismo” e a “competição perante a égide do livre mercado”. O autor (idem) considera que houve uma correção de modelo a partir de 2003 (com a troca de governo), apontando o sentido e a intensidade na qual essa mudança

ocorreu. Conforme o autor (2006, p. 25):

A mudança de modelo foi concebida em dois sentidos: sua face interna se propunha a inclusão social de mais de 30 milhões de excluídos e sua face externa a superação da vulnerabilidade produzida pelos déficits do comércio exterior e da balança de pagamentos, responsáveis pela enorme dívida externa.

Para analisar o modo como a “correção de modelo” ocorreu, Cervo (2006 e 2008) chama atenção para um “método” de compreensão das fases históricas da política externa brasileira, dividindo-as em “paradigmas”.

A análise “paradigmática” da trajetória da política externa brasileira, baseada na divisão a partir da conceituação de Cervo (2008), nos ajudaria a compreender as grandes linhas de condução da política externa, e assim situar o “lugar” desta política durante os mandatos do presidente Lula .

O autor (2008, p. 65) considera paradigmas como modelos, como os grandes delineamentos de uma política durante um determinado período de tempo, e a construção de um paradigma pode ser compreendido a partir de três pressupostos, definidos abaixo (idem, p. 66-67).

Em primeiro plano (idem), por trás do paradigma, verificamos a “ideia de nação que o povo – ou seus dirigentes – faz de si mesmo e a visão que projeta do mundo”, bem como o modo como percebe a relação entre esses dois elementos. Esse pressuposto nos leva ao conjunto de valores cultivados, ou seja, à identidade cultural, que condiciona os desígnios duradouros da política externa. O paradigma comporta uma cosmovisão, a imagem que determinada formulação conceitual projeta dos outros povos, nação ou do mundo todo.

Em segundo plano, ainda segundo Cervo (idem), o paradigma inclui “percepção de interesses”. A leitura que os dirigentes fazem dos interesses nacionais – sociais, políticos, de segurança, econômicos, culturais – modifica-se como a mudança de paradigma. Em terceiro plano, o paradigma envolve “elaboração política”. Condiciona tendências de médio ou longo prazos, e também explica suas rupturas. Envolve o modo de relacionar o interno ao externo e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e orientar a decisão (idem).

Partindo desses três pressupostos, Cervo (2008, p. 67) considera que as relações internacionais do Brasil deram origem a quatro paradigmas: o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o paradigma do “Estado normal” e o logístico (que “corrigiria” o modelo anterior).

O “paradigma liberal-conservador”, presente entre o séc. XIX até 1930, implementado pelos países da América Latina depois de suas independências, baseada no liberalismo de matriz européia (determinava o modo de se organizar a produção, de se fazer comércio e de se portar com o exterior, nas finanças e no comércio), onde dirigentes confundiam os interesses nacionais com os próprios interesses (grupo socioeconômico hegemônico), e percebia-se a existência de uma “diplomacia da agroexportação”.

Posteriormente, tomou lugar o “paradigma desenvolvimentista”, inaugurado com a eleição de Vargas em 1930, indo até o final da década de 1980. No paradigma desenvolvimentista, de acordo com Cervo (2008, p. 71-76) os dirigentes rompem com a diplomacia da *agroexportação*, baseada na doutrina européia de mercado, e “conferem nova funcionalidade ao Estado, contando com o apoio do pensamento diplomático, da imprensa e da opinião pública”. Houve a “transição de um mercado aberto, exportador de produtos primários e busca por prestígio político para um quadro em que conferiu-se à política externa a tarefa de trazer insumos concretos para o desenvolvimento nacional”.

A promoção do desenvolvimento pressupôs a autonomia decisória e a “busca pelo desenvolvimento tornou-se vetor da política externa” (industrialização e crescimento econômico), e a política externa passava a ter um papel fundamental no apoio de esforços internos de desenvolvimento, buscando capital complementar à poupança nacional, cooperação em ciência e tecnologia e a abertura de mercados externos para a produção brasileira.

O paradigma do Estado normal (também chamado de “neoliberal”), para Cervo (*idem*) presente entre os anos de 1990-2002, seria o período onde as regras fixadas pelas estruturas hegemônicas do capitalismo voltaram a ser aceitas e se incorporaram ao processo de tomada de decisão nacional (tanto interna, quanto externamente). Para o autor (*idem*), este paradigma teria sido fruto da “inteligência latino-americana”.

Entre o final da década de 1980 e o início de 1990, elegeram-se

presidentes neoliberais em todos os grandes Estados da América Latina (em sua maioria com formação norte-americana). O endividamento latino-americano dos anos 1980, cujo aumento deveu-se a desequilíbrios anteriores do balanço de pagamento e à elevação das taxas de juros, reforçou a histórica condição de “esmoleiros internacionais” que ostentavam os países da região, e a diplomacia da maioria dos países era pautada pela busca por recursos externos. Havia-se de seguir as instruções do centro capitalista ou ficar sem “empréstimos de salvação”. Entre as instruções, baseadas no Consenso de Washington, estariam a disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, adoção de juros e câmbio de mercado, promoção da abertura comercial e investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e reconhecimento do direito à propriedade intelectual.

Ser “normal³” significaria cumprir esse conjunto de instruções e converteu-se na aspiração de praticamente todos os governos latino-americanos a partir de 1983-90, e percebeu-se a adoção de “tratamentos de choque”, como mudança de moeda, confisco de poupança, congelamento de preços, paridade monetária com o dólar, diminuição tempestiva das tarifas alfandegárias, como características do período. As políticas externas dos países tinham como objetivo a aceitação internacional (especialmente do centro capitalista).

O paradigma logístico (Cervo, 2008, p. 82-90), é inaugurado na virada do milênio, onde uma onda de presidentes, em geral oriundos da dita “esquerda política” subiram ao poder. A ideologia do paradigma do Estado logístico associa um elemento externo (o liberalismo) a outro interno (o desenvolvimentismo). Busca recuperar a autonomia decisória da política exterior, “sacrificada” pelos ditos “normais”, e transita em um mundo “interdependente” (modelo de inserção pós-desenvolvimentista). Busca também “a superação de assimetrias entre as nações e elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas”.

Neste paradigma, as estratégias de relações internacionais “agregam o país naturalmente às estruturas hegemônicas do capitalismo”, embora “afaste-se

³ A denominação deste paradigma faz uma referência possivelmente irônica a uma expressão de Domingo Cavallo, Ministro de Relações Exteriores da Argentina entre 1989-1991, que declarou que “*Nosotros queremos ser normales*”.

da fé na capacidade do livre-mercado de prover por si o desenvolvimento”. Tem como características ainda o aprofundamento do multilateralismo, internacionalização econômica, integração e busca por novos mercados e parceiros comerciais e políticos, demonstrando preferência por mercados emergentes (opção estratégica), destacando a ideia de um “país protagonista”, no caso do Brasil.

Segundo Cervo (idem), não podemos, no entanto, separar cada um dos paradigmas – desenvolvimentista, “normal” (ou neoliberal) e logístico – em fases totalmente distintas, pois eles estariam coabitando, de 1990 até hoje, “embora com prevalências diferenciadas e descompassadas”. No Brasil, por exemplo, um “ensaio” da introdução do paradigma logístico se deu durante o governo Cardoso, especialmente no final do segundo mandato, porém o paradigma logístico firmase em termos operacionais, segundo o autor (idem) durante o governo Lula (com grande característica desenvolvimentista).

Cervo (2008, p. 89) chama atenção para o fato de que a linha de ação externa logística baseada na opção pelos países emergentes é importante, pois esses países reúnem, no início do Século XXI, mais de cinquenta por cento da população, do comércio internacional, do consumo e das finanças do mundo, se caracterizando como uma escolha estratégica para o Brasil. Considera também (idem) que os países emergentes “não formam um bloco e são menos unidos do que a Europa e os Estados Unidos”, todavia estaria reservada a eles a “hegemonia do século XXI”, assim como no século XIX a hegemonia foi européia e no século XX foi norte-americana.

O fortalecimento da aproximação com a América do Sul, assim como a extensão dessa aproximação aos outros países “do sul” (todas as estratégias de cooperação sul-sul) seriam exemplos claros do paradigma logístico durante o período do governo Lula.

Em seu pronunciamento de posse⁴, o presidente Lula tratou da importância das negociações comerciais, vitais para o desenvolvimento nacional, além de mencionar alguns foros de negociações comerciais (em especial) e o

⁴ Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional, Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

modo como o Brasil deveria se portar em cada um deles durante o seu governo: em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, entre outros. O Brasil, de acordo com o presidente Lula, “combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento”.

Classificou os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos como “escandalosos”, e que “prejudicam nossos produtores”, sendo o essencial em todos esses foros “a preservação dos espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico”, não perdendo de vista que “o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações”, pois “pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo”⁵.

Nesse discurso, o presidente empossado defendeu que em seu governo, “a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional”, devendo contribuir com a “melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos”, por meio “do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos”.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como Presidente da República, a declaração da América do Sul como prioridade corrobora uma tendência já assinalada, embora de modo muito mais enfático (mesmo sem tomar posse, mas como presidente eleito, em 2002, já havia feito algumas viagens a países sul-americanos para conversar com alguns chefes de Estado).

No que diz respeito ao plano político regional, a ascensão ao poder de lideranças de esquerda na América Latina (podemos citar Chile, Venezuela,

⁵ Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional, Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

Bolívia e Argentina) poderia ser considerada também um fator facilitador da aproximação entre o governo Lula e os governos regionais (embora não possamos considerar como maior fator decisivo, já que a busca pela manutenção de boas relações foi em direção a todos os governos da região, a identificação política centro-esquerdista na região deve ser destacada).

O Presidente Lula, ao mencionar o papel da política externa para o país, atribui a esta política pública um papel significativo, que passa a ter importância crescente, pois “é um instrumento decisivo de nossa projeção no mundo e de defesa de nossos interesses nacionais”, e a defesa desses interesses nacionais “será mais efetiva na medida em que formos capazes de construir sólidas alianças regionais”⁶.

Em suas palavras, a política externa é como um espelho “que reflete a imagem e a auto-estima de um país. Mas é também um espelho quando se reflete o futuro, aquilo que a Nação fará de si mesma”. A política externa de seu governo, defende, “espelha e espelhará, cada vez mais, o Brasil confiante e solidário que queremos construir”⁷.

Percebe-se, em um primeiro momento, que o governo que se inicia compreende que as ações externas estão inequivocamente relacionadas a objetivos internos, que devem gerar benefícios para a população nacional, e deixa isso claro ao associar a política externa ao desenvolvimento nacional, algo constante em seus pronunciamentos, fortalecendo a ideia de que uma correção de modelo estaria sendo feita.

Apesar de percebermos elementos de ruptura com o governo anterior, e de concordarmos que o paradigma logístico se aprofunda a partir do primeiro ano do governo Lula (2003), alguns parâmetros permaneceram inalterados, visto serem produto do acumulado histórico da diplomacia brasileira, não sendo substituídos por uma mera mudança de governo.

⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no VI Fórum Global sobre Reinvenção do Governo - Seul-Coréia, 24 de maio de 2005

⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas - Palácio do Itamaraty, 20 de abril de 2004

O momento de troca de lideranças no Brasil (de Cardoso para Lula) foi muito delicado. A existência de alguns parâmetros que garantissem uma certa “continuidade” da política externa brasileira, segundo Danese (2009, p. 130-140), foi de fundamental importância para o tipo de inserção internacional que o Brasil pretendia.

Danese (idem) define dez parâmetros que, em momento de renovação da liderança do país, “garantem a consolidação da política externa brasileira como uma política de Estado e ajudarão a priorizar ou a descartar propostas, assegurando às que passem no teste a probabilidade de converterem-se em instrumentos úteis da ação internacional do Brasil”, são eles:

- 1) A ligação estreita entre a diplomacia e o país real por trás dela;
- 2) A consciência de que não basta confiar em mudanças na estrutura internacional ou no papel da diplomacia para melhorar a inserção internacional brasileira;
- 3) A consciência de ser uma política de Estado, suprapartidária e nacional;
- 4) O caráter não excludente em relação a parceiros, temas e processos negociadores de interesse global e regional;
- 5) A vocação de ser uma diplomacia multidirecional, capaz de abrigar diferentes esferas de interesses da sociedade brasileira;
- 6) O caráter pragmático e não ideológico da diplomacia brasileira;
- 7) O caráter reflexivo e não errático da nossa diplomacia, avesso a improvisações e sensacionalismo;
- 8) A importância da memória histórica;
- 9) A consciência de ser uma diplomacia de país em desenvolvimento e sul-americano (é em torno dessas duas identidades básicas, segundo o autor, cuidadosamente construídas ao longo do século XX, com a ajuda da diplomacia, que o Brasil pode ter uma política externa que faça sentido nos dias de hoje, tendo em vista que essas são identidades definidoras do caráter e dos interesses nacionais nos planos internacional e regional e balizadoras da nossa ação e da nossa inserção externa) e;
- 10) A necessidade de ter alguns projetos diplomáticos de fôlego, organizadores da agenda (o autor cita como exemplos o Mercosul, e a integração sul-

americana).

O autor considera que nenhuma diplomacia de relevo dentro do conjunto das políticas públicas de um Estado “pode conceber a sua tarefa como a de apenas administrar a rotina ou reagir aos desafios ou estímulos do mundo exterior” (2009, p. 139-140). As diplomacias “precisam de uma vertente prospectiva e proativa que lhes oxigene o corpo e lhes permita contribuir verdadeiramente para a mudança qualitativa do Estado a que serve”, em particular no caso de um país em desenvolvimento (idem).

A observância desses dez parâmetros, contudo, não esgotam a discussão sobre a política externa nas mudanças de governo, porque dela fará parte, necessariamente, “uma outra dimensão da ação diplomática, de caráter operacional na sua superfície, mas de grande conteúdo político-diplomático na sua profundidade” (Danese, 2009, p. 142). O autor (idem) se refere à “diplomacia presidencial”, que “é marca da diplomacia contemporânea, queira-se ou não”, e defende que este tipo de ação presidencial foi atualizada como instrumento de ação diplomática no governo de Cardoso, que dela fez extenso uso, e “elevada à sua máxima expressão no governo Lula”.

Ao articular os dois conceitos (diplomacia tradicional com a diplomacia presidencial), Danese (idem, p. 144), conclui que:

O que se deseja é uma boa combinação: de um lado, uma diplomacia de princípios, axiomas e parâmetros – como os dez enunciados -, que assegurem à política externa brasileira ser área de consenso interno no país e um instrumento sólido e confiável de promoção externa do interesse brasileiro; de outro, uma diplomacia presidencial bem concebida, usada em sentido de economicidade e sem preconceitos ou exageros que a diminuam como instrumento de política internacional do Brasil. É uma fórmula genérica de sucesso para que o Brasil fale no exterior, cada vez mais, com voz firme e serena, defendendo os seus interesses e exercendo, onde couber, um papel seja de liderança suave, seja de mediador de consensos e aproximador de posições.

Danese (2009, p. 219-238), considera que a diplomacia presidencial se divide em quatro modalidades, que mostram que vai muito além da “diplomacia de visitas”: 1) condução pessoal do processo decisório da política externa; 2) diplomacia das iniciativas (que o mandatário propõe e assume como próprias); 3)

diplomacia das doutrinas (quando há declarações unilaterais sobre formas virtuais de procedimento que um país adotará em função de certos desenvolvimentos potenciais nas relações internacionais – por exemplo, no caso das Doutrinas Monroe e Truman); e 4) a diplomacia dos encontros e dos deslocamentos e visitas (que seria o traço mais forte, visível e às vezes “preocupante da diplomacia de cúpula contemporânea”).

As características 1, 2 e 4 são facilmente percebidas ao analisarmos os pronunciamentos do presidente Lula em seus dois mandatos, especialmente naqueles que tem como objeto assuntos relacionados à América do Sul.

A condução pessoal do processo decisório da política externa pode ser reconhecida a partir da sua participação direta em foros multilaterais do qual o Brasil faz parte, além da realização constante de reuniões com representantes dos países vizinhos. Discursivamente, expressões como “eu defendo”, “eu me comprometo”, “farei de tudo”, “no que depender de mim”, foram muito utilizadas pelo presidente Lula ao falar pessoalmente com outros Chefes de Estado sul-americanos.

Em relação à diplomacia de iniciativas, também consideramos a iniciativa do presidente Lula de estabelecer contato direto com os representantes da região, como a demonstração de interesse em estabelecer foros específicos de discussão, ao participar da proposta de criação da Comunidade Sul-americana de Nações, ou ainda o diálogo América do Sul-Países Árabes, por exemplo.

A questão da diplomacia dos encontros e dos deslocamentos e visitas decorre dos outros dois citados. Ao conduzir pessoalmente vários aspectos da política externa, a presença do presidente nos foros multilaterais, além das reuniões de cúpula, se transformou em algo muito comum durante a gestão do presidente Lula. Notamos, a partir da análise de seus pronunciamentos, que para o presidente Lula, a política externa tem um papel fundamental em seu governo (inclusive de inclinação desenvolvimentista). Consideramos a política externa, conforme Pinheiro (2004, p. 7), a conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação. Como citado anteriormente, dentre as várias diretrizes orientadoras da política externa, a priorização das relações regionais ocupa um grande espaço nos esforços de

inserção internacional do país.

Em relação à priorização da América do Sul, Danese (2009, p. 90) chama a atenção para o fato de que “ao contrário do que se poderia supor em uma abordagem superficial, a diplomacia sul-americana com que o Brasil abre o novo século não é um ato de improvisação ou um impulso repentino”, mas sim a “coroação de uma longa história de aproximação do país com seus vizinhos sul-americanos”. O autor (2009, p. 112-113), acrescenta que:

Foram as mudanças na estrutura do poder mundial no decorrer dos anos 1980 que valorizaram aos olhos do Brasil a sua identidade sul-americana e os trunfos que poderiam permitir ao país aspirar a uma política regional solidamente baseada em interesses concretos e ligadas a um projeto nacional bem concebido, de que são expressões iniciativas como a criação e consolidação do Mercosul ou ações como as que marcaram a atuação brasileira nas negociações com a Alca ou do Mercosul com a União Européia, a convocação e realização da reunião presidencial sul-americana de Brasília e o forte impulso sul-americano da diplomacia brasileira com o presidente Lula, além de iniciativas como as seguidas participações do presidente Lula em reuniões de cúpula de outras geometrias sub-regionais (Comunidade Andina, Caricom, Comunidade Centro-Americana etc.).

Entre essas mudanças, aparece em primeiro lugar a força com que o binômio globalização-regionalização passou a estruturar as relações internacionais contemporâneas, ao mesmo tempo que ficava patente que o Brasil não estaria preparado para jogar o jogo da abertura econômica e da globalização se não se valesse antes de uma plataforma sub-regional para exercitar-se. Seriam o Mercosul e, num círculo imediatamente concêntrico, a América do Sul que permitiriam esse exercício, inclusive porque os países vizinhos, a seu modo, davam-se conta de desafios proporcionalmente semelhantes.

Conforme Couto (2010, p. 23-24), desde a primeira metade da década de 1990, “a América do Sul passa a se delinear como a principal referência regional da identidade internacional do Brasil”. A América do Sul se constitui (idem) como a “plataforma primeira a partir da qual o país se lança na arena internacional, tornando-se prioridade na agenda da política externa brasileira”, principalmente a partir do início do século XXI, e “de latino-americano, o Brasil redefine seu horizonte regional e a *sul-americanidade* passa a compor sua identidade

internacional”.

No que diz respeito aos temas centrais na política externa do governo Lula, Almeida (2007, p. 7) considera que apesar da maior parte da agenda diplomática “ter apresentado mais elementos de continuidade do que de ruptura com a política anterior”, alguns elementos inovadores deveriam ser “destacados como identificadores das novas ênfases e prioridades”.

O autor (*idem*) percebe uma forte ênfase no multilateralismo político, tradicional na diplomacia brasileira, mas destaca que no período Lula adquire uma evidente inclinação “anti-hegemonista”, “contra o unilateralismo americano”, percebendo que a “preferência recai nitidamente na diplomacia Sul-Sul” e no grande empenho “em ver reforçado e ampliado o Mercosul, como a base de uma integração política e de consolidação de um espaço econômico unificado na América do Sul”.

Almeida (2007, p. 7-8) aponta ainda que junto com a intensa busca de uma cadeira permanente no CSNU e a eleição de alguns parceiros privilegiados como “aliados estratégicos” – nominalmente a África do Sul, a Índia e a China, com a eventual inclusão da Rússia, para alguns temas –, a volta ao “Terceiro Mundo” e a reafirmada vocação integracionista no âmbito sul-americano constituem, claramente, os grandes eixos da diplomacia de Lula.

A inclinação “contra o unilateralismo americano” mencionada pelo autor seria o correspondente a uma busca por alternativas de ação internacional fora da dinâmica do *hard power* (centrada na segurança internacional), privilegiando a busca por novos parceiros comerciais e políticos (citadas por Almeida como a preferência pela “diplomacia sul-sul”). A priorização da América do Sul para a diplomacia brasileira estaria dentro dessa dinâmica.

Ao questionar qual seria a base real dessa política sul-americana do Brasil, antes de mais nada, Danese (2009, p. 116-118) enfatiza que essa política nada tem – nem pode ter – de “voluntarista ou de ideológica”, tendo “pressupostos muito concretos”.

O autor (*idem*) menciona dez pressupostos: 1) a extensão territorial brasileira; 2) a centralidade geográfica do país na América do Sul; 3) a variedade e riqueza dos seus ecossistemas (que fazem do Brasil ao mesmo tempo um país amazônico, platino e sul-atlântico, próximo do Caribe ao norte e dos Andes a

oeste; 4) o grande número de estados brasileiros com vocação internacional, em especial em razão de seu contato ou proximidade com países vizinhos; 5) a extensão e penetração continental de suas bacias hidrográficas (que faz parte de duas grandes bacias internacionais, a do Prata e a do Amazonas); 6) a intensidade e a diversidade econômica brasileira, que fizeram do país um polo econômico e um mercado atraente para as economias vizinhas; 7) os numerosos “tabuleiros diplomáticos” onde o país atua e que fazem dele um parceiro regional e internacional de relevância relativa; 8) os numerosos desafios que o país enfrenta nas áreas da consolidação democrática, do desenvolvimento sustentável e da justiça social e que criam uma rede de identidades e um amplo domínio de cooperação com os vizinhos; 9) a forma pela qual os problemas político-institucionais, sociais e econômicos enfrentados pelos vizinhos do Brasil repercutem sobre nosso país e os interesses pontuais de empresas que atuam nos países da região ou lhe afetam a inserção regional e internacional, “em um mundo que tende a confundir a imagem dos países individuais com a das suas regiões” e; 10) o volume cada vez maior de interesses econômicos e comerciais diretos do Brasil nos países sul-americanos, que têm sido uma plataforma importante na internacionalização de empresas brasileiras.

Segundo Danese (2009, p. 119), com base nesses 10 pressupostos, a ninguém seria dado, em “sã consciência, negar a existência de um claro e multifacetado interesse nacional brasileiro na consolidação de uma política sul-americana que tenha como contraface a própria integração sul-americana”. A cúpula de Brasília de 2000, e o lançamento de uma política sul-americana integrada e sustentada como prioridade da política externa brasileira pelo governo Lula, que culminou com o lançamento da Unasul em 2008, concluem um século de aproximação entre o Brasil e seus vizinhos (idem, p. 125).

Percebemos então que apesar de aparentemente diferentes, a defesa de uma “correção de rumos” e pleno desenvolvimento do paradigma logístico de Cervo (2006 e 2008), não exclui a percepção de parâmetros de continuidade (incluindo a diplomacia presidencial) propostas por Danese (2009), e que todos esses elementos podem ser associados à política brasileira para a América do Sul.

No capítulo anterior, destacamos o modo como os seguintes pontos foram inseridos no discurso diplomático brasileiro entre 2003 e 2010: a construção discursiva da América do Sul enquanto prioridade da política externa brasileira, o modo de relacionamento com o entorno regional, a declaração de responsabilidade do governo brasileiro na defesa dos interesses sul-americanos, o papel do Mercosul como um “sustentáculo” para a integração da América do Sul, a defesa da união e coordenação política dos países da região e a construção da Casa e posteriormente da Unasul, além da questão da liderança/hegemonia brasileira na região. Neste momento, resgataremos essas questões, relacionando-as com alguns aspectos da trajetória política internacional do Brasil no período em análise.

3.2 Análise dos temas referentes à América do Sul nos pronunciamentos do presidente Lula

Apesar da priorização da América do Sul nos pronunciamentos do presidente Lula, percebemos a preocupação em destacar que o espaço geográfico de atuação brasileira no exterior se daria de forma ampla, não demonstrando limitação, de nenhuma ordem, à atuação meramente regional. Ao mesmo tempo em que reforçou a importância das relações com os tradicionais grandes parceiros comerciais brasileiros (Estados Unidos e países da União Européia), sendo conduzido por meio de um diálogo igualitário, também valorizou as possibilidades de relacionamento com os países de economias (e peso internacional) equivalentes e até de menor porte, visando os benefícios não apenas econômicos, mais sociais, culturais, e, sobretudo, políticos, ampliando e diversificando a área de atuação brasileira no exterior.

A cooperação internacional, associada aos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional, foi defendida como o meio legítimo de enfrentamento dos desafios internacionais atuais. O Brasil se comprometeu, em seguida, a apoiar os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às

desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

O Brasil, então, inauguraria um modo de se relacionar com o mundo de maneira mais ativa:

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração⁸.

Em relação ao modo de condução das relações entre os países da América do Sul, os argumentos em defesa de um modo de relacionamento baseado no diálogo e na confiança nos permitem supor que o Governo Lula considerou a possibilidade de que a construção e a consolidação de um espaço de debate e negociação dentro da América do Sul poderiam criar um ambiente novo de atuação e inserção internacional, tanto para o Brasil como para os outros países da região, baseado na articulação política.

Uma das principais linhas de argumentação é a de que as relações exteriores do Brasil muitas vezes demonstraram preconceito em relação a países da América do Sul, assim como os países africanos, justificando os esforços de fortalecimento dessas relações com nações “sul” como fundamentais para o desenvolvimento brasileiro.

O que percebemos a partir dos pronunciamentos do presidente Lula é que o modo de relacionamento com os países da América do Sul seria pautado pela busca de uma maior aproximação política e estabelecimento da confiança entre os países da região; pela integração física (além das integrações energética, cultural, política, econômica e social – somente possíveis se a confiança for estabelecida); e pelo reconhecimento e aceitação dos países da sua condição de “países do sul”, sem preconceitos.

⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acessado em: 19/08/2010

De acordo com Miriam Saraiva (2010, p. 155), ao contrário da política externa do governo de Cardoso, os esforços diplomáticos autonomamente orientados de Lula procuraram mais estratégias diretas para impulsionar a autonomia brasileira nas suas ações, enquanto reforçam um universalismo através das iniciativas de cooperação sul-sul e em fóruns multilaterais, e fortalecendo o papel proativo do Brasil nas relações internacionais. No que diz respeito à América do Sul, o governo Lula demonstrou a vontade política de aumentar o nível de coordenação entre os países da região, com o Brasil no centro.

Durante o segundo mandato, a visão sobre o modo de relacionamento com o entorno regional permanece inalterado: o presidente Lula argumenta que o modo de se relacionar, tanto no Mercosul quanto na Casa, deve ser baseado na busca por “soluções consensuais” e no “respeito às opções de cada país”, e que “devemos continuar construindo uma identidade sul-americana que complemente e reafirme nossas identidades nacionais”⁹.

No entanto, apesar de tal orientação, no segundo mandato, de acordo com Almeida (2007, p. 19-20), a diplomacia foi conduzida por meio de procedimentos mais cautelosos e mais realistas, por causa, principalmente, de “realidades políticas distintas” em relação aos seus vizinhos. Por isso o presidente Lula destaca o respeito às opções de cada país, como citado acima.

Há uma demonstração, então, de que a América do Sul, apesar de ocupar um espaço prioritário na agenda brasileira, não é o único foco em política externa. Relacionar-se com os vizinhos sul-americanos faz parte de um desejo de buscar aprofundamento de uma dinâmica “ao sul”, *a partir* da América do Sul, e não se limitando a ela.

Ao tratar a América do Sul como um dos principais interesses da política externa do Brasil em discurso na formatura de novos diplomatas brasileiros, a colocação do Presidente Lula abriu espaço para que fosse defendida uma postura diplomática “sem preconceitos”¹⁰. Compreendemos que aqui o presidente se

⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul - Rio de Janeiro-RJ, 19 de janeiro de 2007

¹⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco - Palácio

refere a uma condução da política externa fora da priorização tradicional do eixo “EUA-Europa”, abrindo espaço para a conformação de alianças com outros países, como os da América do Sul.

Um elemento bastante repetido na fala do presidente Lula é que as relações exteriores do Brasil muitas vezes demonstraram preconceito em relação a países da América do Sul, assim como os países africanos, justificando os esforços de fortalecimento dessas relações com nações “sul” como fundamentais para o crescimento brasileiro.

O presidente Lula destacou que “jamais seremos uma grande Nação, se deixarmos de prevalecer dentro de nós duas coisas que torna a alma humana menor, que torna a consciência medíocre, que é a subordinação e o preconceito”¹¹.

Ao destacar que a América do Sul deveria buscar as soluções de seus próprios problemas, sem depender da tutela dos países desenvolvidos, e que “não nos cabe pôr a culpa nos outros por nossas próprias dificuldades”, considerou que deveríamos “resolver nossos próprios problemas com responsabilidade, discernimento e apoio da sociedade”¹². O presidente Lula foi bastante enfático na defesa da não-subordinação dos países da América do Sul às chamadas “potências” (se refere principalmente aos países europeus e aos Estados Unidos, mas, no entanto, devemos deixar claro que não houve, de modo algum, a defesa de um afastamento desses países).

Em várias ocasiões no seu governo, o presidente Lula claramente reconheceu a responsabilidade do Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento da América do Sul, especialmente ao justificar a sua relação não com pretensões “hegemônicas” ou “imperialistas”. A região, então, apareceu no discurso diplomático como um ambiente em constante construção, que apesar de estar em um ótimo momento, ainda não atingiu seus objetivos de integração. Reiteradas vezes, o governo brasileiro se colocou como legítimo responsável pela

Itamaraty, 01 de setembro de 2005

¹¹ Idem.

¹² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de acordo - Riberalta-Bolívia, 18 de julho de 2008

consecução de uma política mais ousada para a América do Sul, calcado em uma relação de parceria.

Tivemos a impressão, ao analisarmos alguns pronunciamentos em foros onde defendia o investimento no Brasil (e na região, conseqüentemente), que, ao declarar a suposta “responsabilidade” do Brasil com a região sul-americana, o presidente brasileiro busca construir uma imagem que se assemelharia a de um defensor dos interesses da América do Sul nas reuniões em que participa.

Durante o segundo mandato, a tendência de inserir a América do Sul em parte dos seus pronunciamentos exteriores continua. Percebemos que o discurso diplomático destaca a responsabilidade e capacidade do Brasil na região por sua dimensão geográfica e estratégica, e paralelamente tenta chamar a atenção para a importância dos seus vizinhos, especialmente em um período onde o Mercosul apresenta sinais de crise, iniciada ainda nos primeiros anos do seu governo.

A construção da priorização da América do Sul para a diplomacia do Brasil, associada a um Mercosul que enfrentava os efeitos da crise da Argentina (entre 1999 e 2002), a desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar em 1999 e os conflitos comerciais entre seus membros (ver Camargo, 2006, p. 59) foram elementos que contribuíram para que houvesse questionamentos sobre o lugar do Mercosul dentro da dinâmica da política externa no governo Lula.

Sonia de Camargo (2006, p. 57) questiona se a crise pela qual passou o Mercosul seria uma crise de crescimento ou uma “crise terminal”. Miriam Gomes Saraiva (2010, p. 163), por exemplo, fala em um “relativo enfraquecimento do Mercosul”. O governo brasileiro reconhece a crise, porém defende a revitalização e crescimento do Mercosul para que a organização desempenhe um papel de sustentação da integração sul-americana.

Neste sentido, notamos que as defesas mais claras e enfáticas da revitalização do Mercosul se deu em foros do próprio Mercosul ou onde estejam presentes seus membros (a maior parte das vezes, em reuniões de cúpula da organização). Nessas ocasiões, o presidente Lula reforça a importância de priorizar a América do Sul, mas com base na reconstrução e crescimento do Mercosul.

Apesar de colocar como objetivo duas ações diferentes (reconstrução do Mercosul e aproximação com os outros países), várias vezes percebemos que a

revitalização do Mercosul é declarado pelo governo brasileiro como um dos fundamentos-chave para a organização do espaço regional, como um agente importante no processo de integração regional, como um “ponto de partida”¹³, apesar de suas limitações.

O destaque do Mercosul como um sustentáculo da integração da América do Sul é desenvolvido em um período de crise interna do bloco. Rubens Barbosa (2008, p. 16-18) lembrou as frustrações do governo brasileiro com a lentidão no processo de tomada de decisões e com as razões alegadas para as dificuldades por que passa o Mercosul. Com propriedade e concordando com os críticos do funcionamento das instituições do Mercosul, Lula disse que “o Mercosul tem inimigos internos e externos”. “Os inimigos internos”, continuou, “são o corpo técnico e burocrático; dentro de nossos governos, de nossas burocracias, há gente que não assimila o Mercosul”. Por isso, segundo o autor (idem), para o presidente Lula “a vontade política deve prevalecer sobre as decisões técnicas”.

Barbosa (idem) reconhece que “o discurso oficial registra a grande intensificação do diálogo político, econômico e comercial” e que o “Mercosul ocupa, a exemplo dos governos anteriores, um lugar de relevo na política externa do governo do PT e é a base da estratégia visando a fortalecer uma união política e econômica da América do Sul”. Destaca o fato de que a novidade, no atual governo, “reside no fato de que o fortalecimento do Mercosul está no centro de uma visão geopolítica segundo a qual o Brasil deve atuar no sentido de influir para evitar a vinculação da região aos interesses estratégicos dos EUA” e favorecer a gradual evolução de um “sistema internacional unipolar, para um sistema multipolar”.

O autor (idem) critica o suposto “êxito” na integração regional, a partir de uma “breve recapitulação dos principais acontecimentos políticos e econômicos recentes, relacionados com a integração regional”, que mostraria que “ao invés da união entre os países da região, o que ocorreu foi um acelerado movimento de fragmentação e desintegração”, e argumenta que “não existe, atualmente, entre os países da América do Sul, sequer um mínimo de convergência de objetivos

¹³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula do Mercosul - Assunção, 29 de junho de 2007

quanto aos supostos desejos de integração comercial”. Para justificar sua opinião, cita como exemplos: os problemas por conta da instalação de duas fábricas de papel e celulose na fronteira entre Argentina e Uruguai; a saída da Venezuela formalmente da Comunidade Andina de Nações; o protesto da Bolívia e da Venezuela contra a assinatura de um acordo de livre-comércio entre a Colômbia e o Peru com os EUA ; o fato de o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ter tido desentendimentos com o México, a Colômbia e o Peru, além de manter disputa de fronteira com a Guiana; a nacionalização dos recursos petrolíferos pelo governo boliviano, expropriando os ativos da Petrobrás; o fato de que o Peru e o Chile continuarem na disputa sobre os limites do respectivo mar territorial; a invasão de território do Equador pela Colômbia para o combate a guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que provocou grave crise diplomática entre esses países, com o rompimento das relações por parte do Equador.

Apesar de considerarmos que os acontecimentos destacados por Rubens Barbosa indicam que as relações entre os países da América do Sul não são perfeitamente resolvidas sem problemas diplomáticos, não podemos negar que a busca pela aproximação política entre os vizinhos pode minimizar possíveis resultados ruins na política sul-americana. O estabelecimento da tentativa da resolução de conflitos pacificamente através da discussão política pode trazer um estreitamento das relações internacionais entre os países, ao invés do seu afastamento.

Concordamos com Fonseca (2007, p. 101), para quem pode-se afirmar que um dos principais êxitos da integração pretendida na América do Sul (o autor trata de Mercosul, no caso) encontra-se em seu aspecto político, pois, independentemente das muitas imperfeições e desequilíbrios em seu funcionamento, os países-membros têm logrado, nos mais distintos foros internacionais, a concertação diplomática e a tomada de posições conjuntas.

Quando o presidente Lula se esforçou em defender a necessidade e os benefícios que poderiam advir da coordenação política e da união entre os países da América do Sul, notamos o cuidado em deixar claro que não defende uma modificação dos parceiros comerciais, mas uma modificação no modo de agir em relação a eles. Com isso, o presidente aparentemente se apressa em antecipar

possíveis críticas à diminuição da importância das relações comerciais com os países da Europa e os Estados Unidos, defendendo a ampliação das possibilidades comerciais com o aumento dos parceiros (em especial aqueles do sul – começando pela região sul-americana), e não uma substituição dos parceiros tradicionais.

Apesar da fala do presidente nesse sentido se dar normalmente em outros países da região, seu pronunciamento também responderia a críticas brasileiras: uma possível modificação nos parceiros comerciais durante o governo Lula levou ao receio de que o fato de privilegiar o estreitamento com as ditas “nações do sul” provocaria um distanciamento dos parceiros norte-americanos e europeus.

A oposição brasileira ao governo Lula defendia, nesse momento, que os esforços diplomáticos privilegiassem as relações com parceiros “tradicionais”, como argumenta Maria Regina Soares de Lima (2006, p. 1):

Certamente, o grau de continuidade de qualquer política externa é razoável em vista de sua natureza como questão de Estado e por envolver longos processos de negociação que podem perdurar por mais de uma década. Nas últimas eleições presidenciais, porém, a política externa foi alçada à condição de tema partidário, introduzida pela candidatura da oposição. *De modo geral, as críticas concentraram-se na necessidade de se abandonar os arroubos terceiro-mundistas do governo Lula e se retornar às relações com os países desenvolvidos, em particular Estados Unidos e União Européia.* [grifo nosso]

Lima (idem), percebe que na orientação externa do atual governo não se encontravam indícios de um afastamento com relação nem a uns, nem à outra, até porque “a estrutura diversificada do relacionamento econômico externo não aconselharia uma concentração em qualquer um dos grandes parceiros”. O que ocorreu no governo Lula, assim como no governo Cardoso, é que a política externa brasileira “não se mobilizou com relação à constituição da Alca, no que, de resto, foi acompanhado pelos Estados Unidos, nem conseguiu fechar um acordo Mercosul/União Européia, novamente por dificuldades de ambos os lados”. A defesa foi feita em favor da ampliação da quantidade de parceiros comerciais e políticos, e não a substituição de um grupo (EUA e países da Europa) por outro (países “do sul”).

Ainda justificando a união entre os países da América do Sul, o presidente

Lula defendeu em seus pronunciamentos que a região teria condições de “encontrar respostas próprias para desafios comuns”¹⁴, e que “nossa inserção no mundo globalizado será mais competitiva e sustentável por meio de uma América do Sul unida, democrática e socialmente justa”, pois “não nos interessa ser ilhas de prosperidade no oceano de insatisfação e frustração”¹⁵. As diversidades da região existem, mas o que se deseja é “que a articulação de nossa diversidade seja um fator de multiplicação de nossa força”¹⁶. Os múltiplos desafios devem “unir e não dividir-nos”¹⁷.

Esta união pretendida teria benefícios claros no tipo de inserção internacional da região, conforme advoga o governo brasileiro, apesar de não ser uma tarefa fácil:

É verdade que a nossa região enfrenta desafios e deficiências enormes, mas o potencial para superá-los é extraordinário. Reagimos à crise e a encaramos como oportunidade. O Mercosul une sua voz para afirmar que o momento é de superação e de inovação. Vamos nos integrar cada vez mais para vencer as dificuldades¹⁸.

Tem um período de construção, de maturação, de elaboração de novas doutrinas para que a gente possa construir as nações sul-americanas com uma cabeça sul-americana, pensando no desenvolvimento do nosso continente¹⁹.

Apesar dos argumentos favoráveis à coordenação política entre os países sul-americanos, inclusive discutindo a possível força da união desses Estados em

¹⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Itacutú - Boa Vista-RR, 14 de setembro de 2009

¹⁵ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente do Chile, Sebastián Piñera, ao Brasil - Palácio Itamaraty, 09 de abril de 2010

¹⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 2ª Cúpula América do Sul-Países Árabes - Doha - Catar, 31 de março de 2009

¹⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África - Isla de Margarita-Venezuela, 26 de setembro de 2009

¹⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na plenária de abertura do Fórum Econômico Mundial-América Latina - Rio de Janeiro-RJ, 15 de abril de 2009

¹⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos em conjunto com o presidente do Peru, Alan García - Manaus-AM, 16 de junho de 2010

foros multilaterais, essa coordenação, na prática, teve alguns obstáculos na região.

Lima (2006, p. 2) admite que uma das inovações que poderia ser apontada na política externa do governo Lula seria uma “maior assertividade no plano internacional”. Esta assertividade teria se manifestado na “quebra de certos dogmas da diplomacia brasileira, como a disposição ao ativismo na região sul-americana, transpondo a fronteira convencional entre assuntos domésticos e internacionais”.

A autora citada reconhece, no entanto, que essa “ousadia” (idem), fez com que o Brasil se expusesse mais:

Foi o caso da candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança, que figurou como prioridade estratégica da política externa e motivou uma ampla investida rumo aos países do Sul, *mas acabou tendo impacto negativo sobre a capacidade de coordenação regional*. Faltou apoio às postulações brasileiras a cargos de direção na OMC e no BID (LIMA, 2006, p. 2) [grifo nosso].

O impacto negativo sobre a capacidade de coordenação regional sentido a partir do episódio mencionado acima gerou alguns questionamentos inclusive em relação a uma postura de “liderança” ou até mesmo de “hegemonia” regional por parte do Brasil.

A autora também comenta a relação do governo brasileiro com a ascensão dos governos ditos de esquerda na América do Sul. Ao contrário do que imaginava-se de início, “a chegada ao poder de governos de esquerda na América do Sul não gerou necessariamente alinhamentos automáticos” (idem). De acordo com a autora, as dificuldades de cooperação regional foram ampliadas “na medida em que esses governos, ao contrário dos governos conservadores, tendem a ser mais sensíveis ao atendimento das demandas de suas respectivas sociedades”, independentemente do “efeito que suas ações possam ter sobre a cooperação regional” (idem). O caso mais emblemático, citado pela autora foi a eleição de Evo Morales na Bolívia e a nacionalização dos hidrocarbonetos, em maio de 2006, “atingindo diretamente os interesses da Petrobras naquele país”. Contudo, entende que a resposta brasileira de procurar o diálogo e não a

confrontação, “como queriam setores ponderáveis da opinião pública”, “representou um dos pontos altos da política externa do governo Lula ao preservar um relacionamento estratégico para o País”²⁰.

Lima (2006, p. 2-3) pondera ainda que as dificuldades de coordenação regional também foram influenciadas por outros fatores, como a falta de articulação de uma posição comum com a Argentina na questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU (ainda que os dois países tenham reconhecido a legitimidade das postulações recíprocas); a nova ordem geopolítica sul-americana com o crescente protagonismo de Hugo Chávez, em particular após sua vitória no plebiscito revogatório de 2002; a oferta pelos Estados Unidos de acordos bilaterais, no formato de Acordos de Livre Comércio, aos países menores da região; o descompasso entre as altas expectativas dos vizinhos e as ofertas cooperativas brasileiras; a percepção generalizada na região do enfraquecimento político do governo Lula; e a autoproclamada liderança regional brasileira (LIMA, 2006, p. 2).

No entanto, em alguns casos, os problemas de coordenação foram gerados pela falta de ações mais ousadas - a política externa custou a reconhecer a necessidade de medidas atenuadoras da assimetria estrutural entre os sócios menores no Mercosul, Uruguai e Paraguai, e os maiores, Brasil e Argentina, e ausência brasileira na crise entre Uruguai e Argentina²¹, para preservar o relacionamento estratégico com a última (idem).

Essas questões poderiam ter sido responsáveis pela dificuldade em colocar em prática as intenções de coordenação política. Não quer dizer que os passos em direção à coordenação política tenham sido irrisórios, mas que não foi um processo tão tranquilo quanto poderia imaginar o governo brasileiro, inclusive com o presidente tendo que se manifestar em alguns momentos a respeito de uma suposta busca pela “hegemonia” regional nesse período.

²⁰ Nesse episódio, evidenciou-se o descompasso entre o peso regional do País e sua influência de fato, agravado pela própria assimetria estrutural que reacendeu antigos temores de hegemonia na América do Sul (Lima, 2006)

²¹ No contencioso originado pela instalação das processadoras de celulose perto da fronteira do Uruguai.

Vários pronunciamentos relacionados ao tipo de liderança pretendida pelo Brasil, bem como a negação da intenção de atuar “hegemonicamente”, foram feitos. As pretensões do Brasil de uma maior inserção na política internacional (por exemplo, a defesa de uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o país estaria disposto a brigar por um assento permanente), seu papel na criação do G-20, o ativismo na busca por novos parceiros, por exemplo, deixou a impressão de que desde o início do governo Lula, a política externa seria marcada pela articulação política e pela busca da afirmação da sua posição de “líder” da região.

Sobre o novo posicionamento assumido pela política externa brasileira, Almeida (2007b, p. 7) aponta que:

A nova liderança política, aparentemente, acreditou que estava na hora de o Brasil assumir uma postura mais afirmativa, inclusive num sentido positivo, de estender financiamentos oficiais para certos projetos de interesse integracionista e, também, em um sentido certamente mais controverso: o de unificar as posições negociadoras dos países da região em determinados foros comerciais – era o caso da Alca, por exemplo, mas o mesmo poderia ser aplicado à Rodada Doha, da OMC – para reforçar as demandas próprias e obter melhores condições de “barganha”. Tratava-se, igualmente, de superar a fase puramente técnica de concepção e implementação de grandes projetos de integração física em escala sul-americana – que eram conduzidos com a assessoria do INTAL-BID no quadro da IIRSA, iniciativa de integração regional sul-americana – para inaugurar um projeto considerado como prioritário pela atual diplomacia brasileira: a criação da chamada Casa, ou Comunidade Sul-Americana de Nações, que deveria administrar, politicamente, a rede de acordos de liberalização comercial próprios à região e os novos projetos de integração física regional. O fato é que a “liderança brasileira” enfrentou resistências ou indiferença, inclusive por uma questão de escassez de meios efetivos à disposição para o seu exercício.

A liderança brasileira na região foi considerada natural, desde os primeiros pronunciamentos, pelo presidente Lula. No entanto, de acordo com Almeida (2007b, p. 7), o conceito de “liderança regional” sempre foi uma “espécie de tabu na história das relações com os demais vizinhos geográficos”. Este seria o motivo, ainda de acordo com o autor, do fato de que a “diplomacia profissional jamais inscreveu essa palavra em qualquer texto que tivesse a ver com nossas relações regionais”. No início do mandato, ainda no primeiro mês, o presidente Lula afirma,

no Brasil, que percebe um “pedido” para que o país se porte como líder regional:

Eu já tive encontros, nesses 20 dias, com o Presidente da Argentina, com o Presidente do Uruguai, com o Presidente do Paraguai, com o Presidente da Bolívia, com o Presidente do Chile, com o Presidente do Equador, com o Presidente da Venezuela, com o Presidente da Colômbia. *É impressionante como todos esses países estão quase a exigir que o Brasil lidere a América do Sul*, porque eles têm uma relação de respeito com o Brasil, porque têm dimensão da grandeza e do potencial econômico do Brasil.²² [grifo nosso]

Almeida (2007b, p. 19) classifica esse tipo de liderança como “liderança não-consentida” na região sul-americana, que apesar de não assumida plenamente, foi “ainda assim real, em termos de mercados, de investimentos brasileiros crescentes e de projetos de obras transfronteiriças de infra-estrutura”.

Essa visão seria corroborada por algumas características (objetivas e subjetivas), destacando o tipo de liderança que o Brasil deveria ser:

E é exatamente pelo fato de o Brasil ser a maior economia do nosso continente, a maior extensão territorial, a maior população e, possivelmente, um país com uma dimensão maior do ponto de vista intelectual e cultural, e com mais universidades, que teria que ser generoso, e deveria, efetivamente, assumir, não o papel daquele país líder que tenta transformar os outros em subservientes, mas deveria ser um parceiro, aquele que defende os interesses da América do Sul, aquele que elabora projetos junto com os países da América do Sul, aquele que pensa na integração da América do Sul e aquele que pensa no desenvolvimento da América do Sul²³.

Colocar o Brasil como “maior” em vários aspectos, pode ter sido responsável por alguns comentários negativos em relação à uma intenção de exercer uma hegemonia regional (algo não desejado pelos vizinhos sul-americanos). Para Souto Maior (2006, p. 57):

²² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de transmissão do cargo de diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, do engenheiro Antônio José Correia Ribas para o engenheiro Jorge Miguel Samek - Auditório do Canal da Música – Curitiba - PR, 23 de janeiro de 2003

²³ Idem.

É normal que um país com as dimensões territorial, demográfica e econômica alcançadas pelo Brasil aspire a ter, na cena internacional, um papel mais marcante do que aquele que lhe tem cabido até agora. Dentro da mesma ordem de idéias, é ainda mais natural que, pelo seu peso relativo, se perceba na posição de *primus inter pares* na América do Sul. Em última análise, tal situação objetiva não é contestada sequer pelos nossos vizinhos, embora, como já assinalado acima, isso seja freqüentemente motivo de preocupação e ressentimento. Em tais circunstâncias, arrogar-se ostensivamente uma posição de liderança sul-americana será sempre contraproducente, ainda que procurar discretamente exercê-la na prática, não necessariamente o seja. Trata-se, portanto, de ter uma noção muito clara daquilo que uma ainda hipotética liderança regional brasileira poderia ser e – ainda mais importante – daquilo que não deveria ser nem parecer ser.

A inserção do conceito de “liderança” no discurso diplomático do Brasil é decorrente da premissa de que a firmação do Brasil como líder político na América do Sul, conforme Souto Maior (2006, p. 54), “deveria facilitar, no âmbito mundial, o exercício de uma política de potência emergente”. Souto Maior (idem) afirma que a adoção desta linha de conduta levou ao afastamento da “prática tradicional brasileira de negar qualquer aspiração de liderança no subcontinente”, e com isso “aceitamos o risco de acirrar rivalidades e ressentimentos latentes em relação ao Brasil²⁴”.

No entanto, a questão da liderança regional brasileira se tornou bastante confusa e delicada logo no primeiro ano. Apesar de suas ações demonstrarem que o Brasil resolveu tomar a frente dos encontros e coordenações políticas dentro da América do Sul, sugerindo reuniões de trabalho e propondo temas para a agenda, em reuniões inter-regionais (inclusive falando em nome da América do Sul), e se portanto de maneira proativa nos foros onde participa, o termo “líder” acabou criando alguns constrangimentos na diplomacia regional.

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao buscar explicar estas questões em relação à liderança brasileira, é claro ao defender uma diferença entre “liderança” e “hegemonia”, e tenta esclarecer que o que o Brasil

²⁴ Exemplificativamente, as resistências regionais a nossa aspiração a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e o escasso apoio à candidatura de um brasileiro à direção da Organização Mundial de Comércio são sintomáticas de tal situação (SOUTO MAIOR, 2006, p. 54).

não quer é uma “liderança hegemônica”.

Às vezes nos perguntam se o Brasil quer ser líder. Nós não temos a pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se nosso desenvolvimento interno, se nossas atitudes (...) de respeito ao direito internacional, da busca da solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusa-la. E seria, certamente, um erro, uma timidez injustificada (AMORIM, 2003, p. 77).

Almeida (2007b, p. 7) argumenta que “ainda que a retórica sobre a liderança brasileira no continente tenha amainado bastante ao longo do primeiro mandato, essa pretensão foi de certo modo afirmada, mesmo que indiretamente, em seu início”. O autor (idem) lembra que “o presidente Lula chegou a falar em diplomacia da generosidade”, a partir do “tamanho e do poder industrial do Brasil”, recomendando, aos importadores nacionais que “comprassem mais dos países vizinhos, mesmo que a preços relativamente desvantajosos no plano dos negócios, como forma de equilibrar os fluxos de comércio e contribuir para a prosperidade comum na região”.

Num sentido amplo, de acordo com Almeida (2007b, p. 8), as autoridades diplomáticas e políticas brasileiras tinham a propor aos parceiros regionais e a outros países em desenvolvimento exteriores à região uma coalizão do Sul para “mudar as relações de força no mundo” (ou o “eixo da política mundial”), bem como para viabilizar a criação de uma “nova geografia comercial”, feita bem mais de intercâmbio no sentido Sul-Sul do que de uma suposta “dependência” do comércio “desigual” com o Norte.

O posicionamento do Brasil na região acaba por criar um receio de que haja, por parte do Brasil, um desenvolvimento de uma hegemonia regional. O autor (idem) destaca que o que os países cortejados pelo Brasil de fato perceberam foi, “de um lado, a busca prioritária de uma cadeira permanente no CSNU” e, de outro, o “desejo de imprimir sobre a América do Sul a marca dos interesses econômicos brasileiros”, ou seja, “dois objetivos nacionais apresentados como sendo a expressão de uma nova ordem multilateral contemplando o interesse de todos”. Almeida (idem) considera que em ambos os aspectos, “os resultados foram bastante modestos, para não dizer frustrantes, a

despeito dos grandes investimentos diplomáticos realizados”.

Com o objetivo de modificar essa percepção, o governo brasileiro tratou de incluir em seu discurso oficial a referência a uma postura “não-hegemônica”, para não abalar as relações de confiança que foram construídas. Afirma que busca, sim, ocupar um espaço maior nas negociações internacionais, mas que isto não implica em uma automática conversão em *hegemon*.

Entendemos que chegou o momento de o Brasil ocupar o espaço que lhe é de direito no mundo. Nós não queremos estabelecer nenhuma relação de hegemonia com nenhum país. Nós queremos estabelecer relação de parceria, de companheirismo, sendo generoso com quem é mais pobre do que a gente, sendo leal com quem é maior do que a gente e sendo, na verdade, parceiro de todos os países do mundo. Essa nova dinâmica da nossa política internacional é que tem dado ao Brasil um destaque que tem deixado muita gente assustada. Num primeiro momento, fizeram muita crítica e, agora, as pessoas estão compreendendo que o jogo está sendo feito com a maior seriedade do mundo²⁵.

Observamos que o principal meio de se defender da crítica segundo a qual a política brasileira para a região tinha uma conotação hegemônica se deu por meio do discurso diplomático. Como apresentamos no capítulo anterior, o presidente Lula, através dos seus pronunciamentos, buscou convencer seus interlocutores de que as pretensões brasileiras nada tinham de “imperialistas” ou “hegemônicas”, e que ainda que se desse o exercício de uma liderança brasileira, ela jamais desrespeitaria a soberania dos povos. Esse tema é um exemplo de como um assunto pode ser criado e se desenvolver por meios discursivos²⁶ e ter consequências práticas (como uma possível dificuldade de relacionamento decorrente da desconfiança).

A respeito desse tema, três diferentes conceitos foram utilizados ao denominar a ação brasileira na região: liderança, hegemonia e imperialismo. Os

²⁵ Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com estudantes brasileiros

Residência de Protocolo do Conselho de Estado “La Mansión” - Havana – Cuba, 27 de setembro de 2003

²⁶ Ver Kratochwil (1989) ou Nicholas Onuf (1989), interessados em explicar como regras sociais fazem os processos pelos quais pessoas e sociedade se co-constituem, através da ênfase no discurso e seu poder de construir a realidade social.

dois últimos (hegemonia e imperialismo) foram negados pelo governo brasileiro. A carga negativa que estas palavras poderiam trazer para a ação brasileira na região fez com que em vários pronunciamentos o presidente Lula destacasse o seu desinteresse por esse tipo de prática. A “liderança” foi reconhecida como algo até buscado pelo Brasil, porém destituído de imposições. A liderança reconhecida seria aquela baseada na cooperação e união.

Faz-se necessário, aqui, dar o devido destaque a um pronunciamento do Presidente Lula na abertura do colóquio “Brasil: Ator Global²⁷”, realizado na França em 2005, pois compreendemos ser esclarecedor a respeito de várias questões relativas a questões de liderança, lugar do Brasil (que ocupa e que quer ocupar), comportamento do Brasil em relação aos outros Estados, nos dando a ideia, inclusive, de como pretende ser visto em suas relações internacionais.

O Presidente busca responder ao questionamento a respeito do sentido e das possibilidades da presença e ação do Brasil no cenário internacional e responde de modo pessoal e direto, chegando até a alterar uma ideia sobre a liderança regional presente em pronunciamento anterior (citado no início deste tópico).

Logo nos primeiros meses do seu mandato, afirmou que o fato de ter maior território, economia e população, por exemplo, seria motivo para o exercício de liderança na região. No pronunciamento feito neste colóquio, admite que “pensar que o Brasil, somente por possuir vasto território, abundantes recursos naturais e população numerosa, terá *automaticamente* papel de relevo na esfera internacional”, é um equívoco²⁸, e que o Brasil “não concorda com essa visão determinista”. Mas ao mesmo tempo, afirma que o Brasil tem consciência de que tem responsabilidades no cenário internacional e que dispõe de força para promover mudanças, não baseado no poder militar, mas em um exercício de convencimento. Qualquer liderança deve ser, então, construída.

Durante o segundo mandato, percebeu-se que o tema de liderança do Brasil apareceu em tom conciliador, normalmente atribuindo um caráter

²⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global” - Paris-França, 13 de julho de 2005

²⁸ Idem.

cooperativo e de parceria e não “hegemonista”, nas palavras do presidente Lula.

Em termos de liderança regional, o discurso do presidente Lula no segundo mandato se desenvolve em duas principais linhas: a primeira, mencionada nos parágrafos anteriores, busca refutar a visão de que o Brasil teria pretensões hegemônicas na região, e defende que as relações entre os Estados sul-americanos sejam mantidas com base na cooperação e na parceria. A segunda linha parte de uma promoção do protagonismo brasileiro, tanto na região, como no mundo. A promoção do protagonismo brasileiro estaria coadunado com as características do paradigma logístico descrito por Cervo (2008).

Através do discurso diplomático, o presidente brasileiro busca desmistificar a ideia de “intenção de se tornar uma hegemonia regional” e defende o Brasil como um verdadeiro protagonista regional e mundial. O reconhecimento como uma liderança regional teria papel de destaque nesse objetivo. De acordo com Prado (2009, p. 21):

Percebe-se que a priorização da integração regional revela outras intenções, muito além da tentativa de reformular o Mercosul e intensificar as relações entre os países vizinhos. O governo brasileiro, ao pretender ampliar o espaço do país no mundo, em busca de maior projeção internacional, encontra na consolidação da liderança regional a maneira mais direta de galgar posições no sistema internacional, uma vez que o poder de negociação do país seria maior, já que representaria os interesses sul-americanos.

Reconheceu que “o Itamaraty tem tido um papel de destaque na construção de um novo projeto de nação”, e que a diplomacia brasileira “não é apenas um instrumento de projeção externa do país, mas um elemento constitutivo de nosso projeto coletivo de desenvolvimento”, destacando que os objetivos que norteiam essa política externa “são a defesa do interesse nacional e a solidariedade continental, visto que “não podemos nos acomodar à inércia e à inação, menos ainda à submissão pregada por alguns poucos em nome de um discutível realismo²⁹”.

Ainda a respeito das características da política externa no seu governo, destaca que “alcançou um novo nível de maturidade”, que “não estamos mais

²⁹

Idem

limitados por fronteiras imaginárias ou fórmulas prontas”, portanto, “estamos explorando oportunidades de diálogo, cooperação e negócios, onde quer que elas existam”, e declara que “o Brasil está assumindo um papel de crescente relevo no cenário internacional, articulando seus interesses com base no diálogo e em nome de valores universais, democráticos e humanistas³⁰. “Em suma, o Brasil se afirma como nação que toma as rédeas de seu destino. Um país que ouve e é ouvido”³¹.

A forma “ativa e altiva” de sua política externa aproximou o Brasil de seus vizinhos³² e a “atuação decisiva do Brasil, na constituição do G-20, confirma a *capacidade* de liderança que estamos demonstrando”³³. O presidente defende as características da política externa de seu governo e esclarece que estabeleceu uma “estratégia de política externa onde prevalece a ousadia do Brasil em ser um ator privilegiado e não um coadjuvante à espera das sobras das negociações praticadas pelos chamados países desenvolvidos”³⁴. Demonstra em sua fala o desejo do Brasil de “ter uma participação na política mundial mais exitosa”, e com a “consciência da nossa importância na América do Sul, temos consciência do papel que podemos exercer no mundo com muita humildade, mas, ao mesmo tempo, com muita altivez”³⁵.

Fazendo um balanço do seu papel ativo nas relações internacionais, expõe para um público brasileiro (em Mensagem ao Congresso Nacional) suas

³⁰ Idem

³¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco - Palácio Itamaraty, 01 de setembro de 2005

³² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista - Transamérica Expo Center, São Paulo, 27 de outubro de 2003

³³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de alto nível com investidores estrangeiros - Nova Iorque-EUA, 23 de junho de 2004

³⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de alto nível com investidores estrangeiros - Nova Iorque-EUA, 23 de junho de 2004

³⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante brinde em homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac, em jantar no Palácio do Itamaraty - Brasília, 25 de maio de 2006

atividades no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul na II Cúpula América do Sul-África (ASA), realizada em Isla Margarita, Venezuela, em setembro de 2009³⁶. Destaca ainda que o Brasil teve papel igualmente protagonista nessa Coordenação Regional, tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), Doha³⁷.

Notamos que há uma grande preocupação em reforçar a ideia de que o Brasil não nutre pretensões hegemônicas na região. Como apresentamos em vários momentos durante este capítulo, os discursos do presidente Lula estiveram repletos de menções à não-intenção hegemônica do Brasil. A necessidade de repetição se dá, aparentemente, pela urgência em convencer os países da região de que o Brasil não busca esse tipo de relação hierárquica. Seria também o caso de desfazer qualquer tipo de desconfiança advinda da ideia (errônea, de acordo com o governo brasileiro) de que o Brasil teria pretensões de se tornar um *hegemon*.

O presidente Lula associou a prática diplomática de caráter protagonista às características da diplomacia brasileira, e expôs que “é experiente, bem preparada e suficientemente lúcida para não ser nem tímida nem temerária³⁸”, e que para “ter credibilidade é preciso conhecer as forças de que dispomos³⁹”. Essa fala do presidente Lula poderia ser associada às características da política externa brasileira identificadas por Danese (2009) como parâmetros de continuidade, que tratamos anteriormente.

O desafio da política externa brasileira é tentar entender e afirmar como o Brasil pode colaborar para a construção de uma nova relação de forças internacionais (sem fugir das responsabilidades, por timidez ou temor aos mais poderosos), o que levaria a uma busca pela liderança.

Uma das características mais marcantes da política externa do Brasil para a América do Sul é a importância conferida à institucionalização dos debates. Se incluir a região como uma prioridade na sua agenda política internacional foi algo anunciado desde o momento da posse do primeiro mandato, a busca pela

³⁶ MENSAGEM CONGRESSO NACIONAL 2010

³⁷ Idem

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

institucionalização da discussão política também foi buscada.

Comentamos anteriormente que durante o governo Cardoso ocorreu a primeira reunião de presidentes da América do Sul. A continuação dessa prática é incentivada logo no início do governo Lula, porém com uma alteração significativa: além de manter a sequencia de encontros, já na primeira reunião de presidentes sul-americanos dentro do primeiro mandato do petista foi sugerida pelo Brasil a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Conforme Couto (2010, p. 25):

Ganha destaque a própria acepção de uma estratégia de institucionalização do multilateralismo na região, na proposta da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e, finalmente, na institucionalização da União Sul-Americana de Nações (Unasul), em 2008, que deve ser encarada como uma opção estratégica que impõe um marco de diferenciação relevante entre o Governo Lula e o Governo FHC no que concerne às suas relações regionais.

Com o objetivo de formar um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura, e para intensificar a integração regional em andamento, o Brasil apresentou em 2004 durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco (Peru), o projeto da criação da Comunidade Sul-Americana das Nações (Casa). O lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações se deu durante a mesma reunião, no final de 2004. Integrado por 12 países, é concebido como um projeto comum que deverá evoluir mediante o fortalecimento do diálogo político e da integração econômica e de infra-estrutura no espaço sul-americano (GARCIA, 2005, p. 286).

Além das questões políticas e econômicas, a criação da Casa também buscou agregar uma forte característica identitária, conforme Ronaldo Vieira (2010, p. 71):

Quanto ao aspecto simbólico, o campo semântico a que abrange o acrônimo “Casa” transfere significado ao que se criou. O termo Casa (que é grafado de modo idêntico e tem o mesmo significado em português e espanhol, os idiomas mais falados na Comunidade) traz consigo a comunhão, a partilha de mesmos ideais, da solidariedade de que existe um em um lar e que pretende-se que exista entre os membros. É uma expressão afetiva que designa, em sigla, os ideais estabelecidos, diferenciando o “nós”,

os “abrigados sobre o mesmo teto”, do “eles”, o outro do discurso, que está fora do sistema de inclusão/exclusão. Também a escolha do termo “comunidade” implica na escolha desses valores que se pretende que sejam seus fundamentos, como a amizade, os valores da família, a predominância das relações interpessoais sobre as impessoais, o senso de coletividade.

A criação da Casa levou em consideração a convergência de interesses políticos, econômicos, sociais, identitários, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional; uma identificação com os valores da paz e da segurança internacionais, a partir da afirmação da vigência do direito internacional e de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional. Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Para Danese (2009, p. 215), a decisão de lançar uma Comunidade Sul-Americana de Nações e de fazê-la dialogar com outras regiões é “ousada e comporta forte dose de idealismo”, mas também traz “grande responsabilidade, porque engaja a nossa credibilidade”. Segundo o autor (idem), foi, acima de qualquer coisa, uma “declaração política, ancorada em acordos concretos de comércio e integração e em uma carta constitutiva que ainda é uma virtualidade”, mas que se constituiu como “um ato de reivindicação de uma identidade antes de tudo geográfica, que nunca deixou de ter vigência, por mais globalizado que esteja o mundo”.

No período da formação da Unasul, os pronunciamentos do presidente Lula demonstram uma certa euforia em relação à organização, uma forte crença de que seria um passo decisivo na institucionalização da América do Sul. Ainda que não esteja funcionando como o pretendido inicialmente, tem se configurado como um importante espaço para a discussão da posição da América do Sul frente aos

desafios do multilateralismo nas relações internacionais contemporâneas.

Ao associarmos o posicionamento do Brasil em relação ao seu entorno regional com uma visão mais geral da política externa do governo Lula, concordamos com Cervo (2008) em situar o período dentro do “paradigma logístico”, tendo como características a busca pela recuperação da autonomia decisória da política exterior, reconhecendo o mundo como interdependente, além da busca pela superação de assimetrias entre as nações, o aprofundamento do multilateralismo, a internacionalização econômica, a integração e busca por novos parceiros comerciais e políticos, a demonstração da preferência por mercados emergentes, incluindo o desenvolvimento da ideia de “Brasil protagonista”.

O multilateralismo foi defendido como um importante modo de participação internacional, inclusive com a constituição de foros multilaterais próprios na região como a Casa e posteriormente a Unasul, e a coordenação política entre os países corresponderia a uma importante “arma” estratégica na defesa dos interesses políticos e econômicos da América do Sul.

Apesar das dificuldades em concluir o processo de integração pretendida para a América do Sul, nos fica bastante claro que o processo de priorização da América do Sul no discurso diplomático brasileiro durante o período Lula foi mais enfático do que no governo anterior, e que buscou refletir as necessidades de inserção internacional do Brasil, assim como seus interesses nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos discutir algumas fases do relacionamento do Brasil com a América do Sul durante a trajetória da sua política externa a partir de um viés político, tendo como objetivo compreender como a região foi inserida no discurso diplomático nos dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010).

A aproximação em relação ao entorno regional não foi exclusividade no governo Lula e a tendência à priorização da América do Sul já se anunciava ao final do mandato de Cardoso, com o foco mudando do Cone Sul para toda a extensão da América do Sul. No entanto, essa ideia foi totalmente absorvida, amplamente defendida no plano discursivo e institucionalizada no governo Lula.

A “América do Sul” foi consolidada enquanto um conceito. Percebemos uma clara tendência do discurso diplomático durante o governo Lula de falar da “América do Sul” nos vários foros dos quais participou, e a expressão foi sensivelmente exaltada como algo digno de se orgulhar, como se a integração política começasse pelo reconhecimento daquele grupo de países como pertencentes a uma unidade regional. Logo, a utilização predominante de “América do Sul” ao se referir a questões regionais, demonstra, a partir do modo de inserção em seu discurso, a clara opção da diplomacia brasileira no período Lula em reafirmar este conceito.

Não há, no entanto, um abandono da utilização do termo “América Latina”, mas na maioria das vezes em que foi empregada sozinha (pronunciamentos que apenas se referiam a “América Latina”), estava situada em contextos específicos, como em visitas a Chefes de Estado da América Central e do Caribe, e em reuniões de cúpula que englobam a totalidade da América Latina (como a III Cúpula América Latina e do Caribe – União Européia, em 2004, ou a IV Cúpula das Américas, em 2005). Em alguns momentos, ao se dirigir a Chefes de Estado (e/ou seus representantes) de outras regiões, como Europa, Ásia e América do Norte, intercala em seus pronunciamentos as expressões “América Latina” e “América do Sul”, prevalecendo, no entanto, a segunda.

Tanto os conceitos de “América Latina” quanto “América do Sul” coexistiram de modo não-excludente nos pronunciamentos analisados, mas o

“sul-americanismo” fez parte do discurso diplomático brasileiro de modo mais ostensivo em suas faces política, econômica, cultural, comercial, institucional, etc.

Os dois primeiros anos de governo do primeiro mandato foram, em termos discursivos, decisivos para a definição de uma política para a América do Sul. Os temas tratados nesta dissertação foram todos delineados no início do governo e reforçados nos anos posteriores.

Desde o início do seu mandato, o presidente Lula declarou-se comprometido com a ideia de mudanças na ordem internacional, e a América do Sul foi caracterizada como importante ponto de partida. A defesa da construção de uma América do Sul unida e coordenada foi vista como uma poderosa base para a inserção internacional do nosso país, onde seria percebido não apenas como um único país, mas um país pertencente a algo mais amplo, um país “sul-americano”.

O presidente Lula demonstrou uma vontade explícita de conduzir as relações exteriores de modo diferente do governo anterior (e fez questão de destacar que a priorização da região em seu governo foi maior que nos governos anteriores), o que se refletiu no modo de condução das relações entre o Brasil e a América do Sul.

O governo brasileiro foi bastante enfático ao defender um relacionamento com base no diálogo e na aproximação política, fundado na confiança entre as partes. Percebemos que nesse assunto, o papel pessoal do presidente Lula foi um dos mais importantes. Ao exaltar a aproximação política entre os países, buscou demonstrar um comprometimento do Brasil com a integração sul-americana, passando por um processo de conhecimento e convencimento.

A “diplomacia presidencial”, neste aspecto, foi o principal instrumento. Identificamos algumas ações do Chefe de Estado do Brasil relacionadas à sua visão de como as relações entre os países da região deveriam ser estabelecidas. Ao defender diálogo e confiança, tratou de participar de reuniões em cada um dos países da região e reuniões coletivas, e assim, visivelmente imprimiu um caráter personalista na condução da política externa brasileira durante seus mandatos, demonstrando estar pessoalmente interessado na condução de uma política regional forte e coordenada. Expressões como “eu defendo”, “eu me comprometo”, “farei de tudo”, “no que depender de mim”, foram muito utilizadas

pelo presidente Lula ao se dirigir a outro representante sul-americano.

Especial ênfase foi dada ao modo de toda a América do Sul se comportar no cenário internacional, onde deveria se livrar da imagem de “coitadinha”, não devendo se subordinar às chamadas “potências”, buscando resolver seus próprios problemas: os países deveriam reconhecer sua posição de “sul”, sem preconceitos. Este aspecto nos chamou atenção por identificarmos que o modo como o presidente gostaria que a América do Sul se comportasse no cenário internacional é semelhante ao modo como esperava que o Brasil conduzisse suas relações internacionais. De um lado, o “agir internacional” do Brasil poderia inspirar os demais países sul-americanos e, por outro lado, um posicionamento coordenado da região também fortaleceria o Brasil.

Em várias ocasiões no seu governo, o presidente Lula claramente reconheceu a responsabilidade do Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento da América do Sul, especialmente ao justificar que suas pretensões não eram “hegemônicas” ou “imperialistas”. A região, então, foi descrita como um ambiente em construção, que apesar de estar em um ótimo momento, ainda não atingiu seus objetivos de integração. Reiteradas vezes, o governo brasileiro se colocou como legítimo responsável pela consecução de uma política mais ousada para a América do Sul, calcada em uma relação de parceria.

A união e coordenação política dos países da América do Sul nos foros multilaterais foram também muito destacadas nos pronunciamentos do presidente Lula. Esse tema foi tratado com muito interesse pelo presidente, visto que, para o Brasil, também era importante estabelecer um relacionamento próximo e suficiente entre os países sul-americanos, de modo a deliberarem em bloco nos foros multilaterais. Nesse aspecto, defendeu o fortalecimento do Mercosul como um dos sustentáculos da integração sul-americana.

Um dos temas mais sensíveis para o Brasil durante os dois mandatos do presidente Lula foi o interesse do Brasil em assumir um papel de liderança e uma possível desconfiança por parte dos outros países sul-americanos de que o país se convertesse em uma “hegemonia” regional, em seu sentido mais prejudicial. Notamos que houve um especial cuidado em deixar claro que o Brasil não pretendia agir de modo “imperialista”, justamente para garantir que o estabelecimento do diálogo e da confiança entre os países da região não fosse

prejudicado por uma interpretação, segundo o então presidente, errada das intenções do Brasil. O governo brasileiro, representado na fala do presidente Lula, claramente demonstra a intenção de fazer do Brasil um líder regional. No entanto, essa liderança foi declarada como desprovida de características hegemônicas, assumindo um aspecto cooperativo.

A criação da Comunidade Sul-americana de Nações (posteriormente substituída pela União das Nações Sul-americanas) foi interpretada como uma tentativa de institucionalizar a ideia de integração política tão defendida pelo Brasil. Ao analisarmos os pronunciamentos do presidente Lula, percebemos que a Unasul, mesmo sofrendo da fragilidade de uma instituição em seu início, se configurou como um dos principais resultados da política brasileira para a região, carregado, inclusive, de uma euforia em relação ao seu futuro.

A política externa do Brasil durante os dois mandatos do presidente Lula se situa dentro do paradigma logístico (conforme Cervo, 2008), que possui como características a busca pela recuperação da autonomia decisória da política exterior, reconhecendo o mundo como interdependente, além da busca pela superação de assimetrias entre as nações. A relação política externa e o desenvolvimento é constantemente reforçada na fala do presidente. O aprofundamento do multilateralismo, a internacionalização econômica, a integração e a busca por novos parceiros comerciais e políticos, a demonstração da preferência por mercados emergentes – incluindo o desenvolvimento da ideia de “Brasil protagonista”, especialmente relacionado ao modo como a América do Sul foi inserida no discurso diplomático brasileiro no governo Lula – corroboram a classificação do período como logístico.

A autonomia e a soberania da inserção dos países da América do Sul no mundo são amplamente defendidos nos pronunciamentos oficiais analisados. Embora respeitando os parceiros políticos, comerciais e econômicos tradicionais, a fala do presidente Lula é muito clara ao defender os benefícios da ampliação da lista de parceiros, privilegiando a cooperação sul-sul. O multilateralismo foi defendido como um importante modo de participação internacional, inclusive com a constituição de foros próprios na região. Nesse contexto, a coordenação política entre os países sul-americanos corresponderia a um importante instrumento estratégico na defesa dos interesses políticos e econômicos da região.

Alguns aspectos da política internacional contribuíram para a “sul-americanização” do discurso diplomático brasileiro, como o interesse norte-americano em criar a Alca, as crises econômicas da última década do século XX, a securitização da agenda internacional, além da instabilidade econômica nacional decorrente da troca de presidentes (entre Cardoso e Lula).

No período de instabilidade política e econômica decorrente da transição presidencial mencionada, alguns parâmetros de continuidade característicos da diplomacia nacional foram observados (conforme Danese, 2009), dentre eles, a necessidade de ter alguns projetos diplomáticos de fôlego, organizadores da agenda (como o Mercosul e a integração sul-americana), e a consciência de ser uma diplomacia de país em desenvolvimento e sul-americano. O modo como a América do Sul foi tratada pelo discurso diplomático do Brasil nos dois mandatos do presidente Lula segue esse parâmetro.

Reconhecemos que problemas práticos de integração possam surgir ao passar do discurso para a prática, já que os acertos políticos podem facilmente ser limitados por questões burocráticas de cada país. No entanto, também reconhecemos a importância do discurso como orientador sobre como a participação internacional de um país será compreendida pelos vários tipos de analistas.

Há uma preocupação em deixar claro que a América do Sul, apesar de ocupar um espaço prioritário na agenda brasileira, não é o único foco da sua política externa. Relacionar-se com os vizinhos sul-americanos faz parte de um desejo de buscar aprofundamento de uma dinâmica “ao sul”, a *partir* da América do Sul, e não se limitando a ela.

O espaço geográfico de atuação brasileira no exterior aparece de forma ampla, não demonstrando limitação, de nenhuma ordem, à atuação meramente regional: ao mesmo tempo em que reforça a importância das relações com os tradicionais grandes parceiros comerciais brasileiros (Estados Unidos e União Européia – e, recentemente, a China), sendo conduzido por meio de um diálogo igualitário, também valoriza as possibilidades com os países de economias (e peso internacional) equivalentes e até de menor porte, visando os benefícios do relacionamento não apenas econômicos, mais sociais, culturais, e, sobretudo, políticos, ampliando e diversificando a área de atuação brasileira no exterior.

A política externa, para o presidente Lula, tem claramente um papel significativo e passa a ter importância crescente, pois foi considerada um instrumento decisivo de projeção no mundo e de defesa dos interesses nacionais, que será mais efetiva na medida em que formos capazes de construir sólidas alianças regionais.

Um dos principais interesses brasileiros na política externa do governo Lula seria a busca pelo reconhecimento internacional do Brasil como um agente importante e a abertura para uma participação protagonista nas relações internacionais. Com esse objetivo, fica claro que a consolidação da América do Sul, no entendimento do governo brasileiro, seria um processo chave na qualidade da inserção internacional do Brasil. A união de forças e o compartilhamento de objetivos faria com que esses países fossem mais respeitados política e economicamente, para, segundo o presidente Lula, “serem capazes de melhor nos inserir neste mundo em que vivemos e mudar a relação de formas internacional atual”.

O grande desafio foi (e ainda é), estabelecer a confiança nas relações políticas a partir de uma demonstração de comprometimento do Brasil com o aprofundamento da integração sul-americana, passando por um processo de conhecimento e convencimento que, através de atos da fala e relacionamento direto, a coordenação entre os países da América do Sul é de destacada importância para uma participação mais eficaz em foros internacionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O governo Lula em face dos desafios sistêmicos de uma ordem internacional em transição. In: *Carta Internacional*. v. 1. São Paulo: NUPRI-USP, mar. 2006. ISSN 1413-0904. p. 13-21.

_____. Os desafios de uma ordem internacional em transição. In: *Relações Internacionais: temas e agendas*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 35-55

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, n. 47, p. 201-246, 1999.

_____. Constructivism and International Relations. in Carlnaes Walter, Thomas Risse and Beth A. Simmons (eds) *Handbook of International Relations*, Sage Publications: London, 2006.

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. *Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, v. 1, n. 1, out. 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas*. Carta internacional. 2007b.

_____. *O Brasil como ator regional e como emergente global: Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional*. Revista *Cena Internacional*. Brasília: UnB-IREL, vol. 9, nr 1, 2007a, p. 7-36.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004.

AUSTIN, John L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1965

BALANÇO de Governo 2003-2010- SECOM, política externa, 2010, disponível em: <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/balanco-de-governo-2003-2010> (acesso em 05 fevereiro de 2011)

BARBOSA, Rubens. A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. In.: Interesse Nacional, abril/junho – 2008, p. 11-21.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: ALMINO, João & CARDIM, Carlos H. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro, EMC Edições/FUNAG, 2002, p. 359-392.

CAMARGO, Julia Faria. *Mídia e Relações Internacionais: Lições da invasão do Iraque em 2003*. Curitiba: Juruá, 2009.

CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise real?. *Lua Nova*, São Paulo, 68: 57-90, 2006.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Os objetivos da política exterior de Lula*. 2004. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7873.html

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43, n. 1, 2002, p. 5-35.

COUTO, Leandro Freitas. *O Horizonte Regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009

_____. A Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. In.: *Revista Civitas*. V. 10, n. 1, Porto Alegre, jan-abr 2010 [23-44]

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

DANESE, Sérgio. *A Escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ERTHAL, Juliana. & MAGALHÃES, Bruno. Brasil: as dificuldades internas da liderança regional. In.: LIMA, Maria Regina Soares de; & COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (orgs.). *Agenda sul-americana : mudanças e desafios no início do*

Século XXI. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FIERKE, Karin. & JORGENSEN, Knud Erik. (eds.) *Constructing International Relations: the next generation*. New York: M.E.Sharpe, 2001.

FINNEMORE, Martha. & SIKKINK, Kathryn. "Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics". *Annual Review of Political Science*, 4. p.392-416, 2001.

FONSECA, Daniel. *A Integração Sul-Americana Como Via para Inserção Internacional do Brasil* . 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Contraponto, 2005.

GEHRE, Thiago. *América do Sul: a Ideia Brasileira em Marcha*. Curitiba: Juruá, 2009a.

_____. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008), *Rev. Bras. Polít. Int.* 52 (2): 63-80 [2009b].

HIRST, Mônica. Os cinco "As" das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. IN: LESSA & OLIVEIRA, *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V1. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOPF, Ted. "The promise of constructivism in International Relations theory". *International Security*, v. 23, n.1, p.171-200, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajétoria Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2007.

KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert . & KRASNER, Stephen. "International Organization and the study of World Politics". *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 645-685, 1998.

KEOHANE, Robert. "International Institutions: Two Approaches". *Internacional Studies Quaterly*, v. 32. n. 4, p. 379, 396, 1988.

KRATOCHWIL, Friedrich. Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study. In FIERKE & JORGENSEN (eds.). *Constructing International Relations: the next generations*. Londres, M.E. Sharpe, 2001.

_____. *Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. & RUGGIE, John. International Organization: a state of the art on an art of the State. *International Organization*, v. 40, n. 4, p. 753-775, 1986.

_____. & LAPID, Yosef. *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Londres, Lynne Rinner Publishers, 1996.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____; VEIGA, Pedro da Motta & RIOS, Sandra Polônia (coord). Força Tarefa. Brasil na América do Sul. Relatório Final, CEBRI, 2007, disponível em http://www.cebri.org.br/pdf/377_PDF.pdf

LAPID, Yosef. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in Post-Positivist Era". *International Studies Quaterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ed. Especial. Ano 53. Instituto Brasileiro de Relações Internacional (IBRI). Brasília, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares. Decisões e Indecisões: Um balanço da política externa no primeiro governo do presidente Lula. Observatório Político Sul-Americano, 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>

LYNCH, Cecelia & KLOTZ, Audie. *Constructivism: Past Agendas and Future Directions*. Paper presented in The Annual Meeting of the American Political Science Association. San Francisco, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Brasil e América do Sul: adeus à condição de quintal*. 2005. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/?p=1658>.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In. KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.): *International relations in a constructed World*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

_____. *World of our Making: The strange career of constructivism in international relations*. P. 119-138 Columbia, University of South Carolina Press, 1989.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século 21: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 51, n. 2, p. 136-156, 2008.

PINHEIRO, Letícia. *Política Internacional do Brasil*. São paulo: Zahar, 2004.

_____. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 305-335, jul.-dez. 2000.

RESENDE, Erica. *Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas de política externa norte-americana*. 337f. Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) 2009.

REUS-SMIT, Christian. Constructivism. In: BURCHILL, Scott. Et al. *Theories of international Relations*. 4. ed. 2009 p. 212-236

RUGGIE, John G. "What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge". *International Organization*, Vol 52, No. 4. International Organization at Fifty: Exploration and contestation in the study of world politics. 1998, p. 855-885.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 48(2), p. 185-204, 2005.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brasil, entre la *Unasur y el Mercosur*. Umbrales de América del Sur n.9. Buenos Aires, CEPES, ago.-nov./2009. p.75-84

_____. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

_____. Brazilian Foreign Policy Towards South America during the Lula Administration: caught between south America and Mercosur. In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ed. Especial. Ano 53. Instituto Brasileiro de Relações Internacional (IBRI). Brasília, 2010.

SEARLE, John R. Expression and meaning. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos* vol.8 n.15. Rio de Janeiro, 1995. p.95-118.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem internacional em transição. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, n. 2, 2006.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 47 (2): 191-222 [2004]

VAZ, Alcides Costa. Brazilian foreign policy under Lula: change or continuity? *FES Briefing Paper*, Apr. 2004.

_____. O Governo Lula: uma nova política exterior? Disponível em: http://www.forumibsa.org/publicacoes/O_Governo_Lula_uma_nova_pol%C3%ADtica_exterior.pdf, acesso, 15 de Janeiro de 2011.

VIEIRA, Ronaldo. *Foucault em Casa: Aspectos discursivos da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações* (2004-2006). Brasília: FUNAG, 2010.

VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel . A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, p. 273-335, 2007.

VIOTTI, Paul. KAUPPI, Mark. *Intrenational Relations Theory. Realism, pluralism and globalism*. 4. ed. Pearson. Longman: 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 2a. edição atualizada.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. IN: VIOTTI, Paul. KAUPPI, Mark. *Intrenational Relations Theory*. p. 434-458.

_____. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=s2xjEd0ww2sC&dq=Social+Theory+of+International+Politics&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&ei=gmnKS920CcGLuAfLI_mIBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q&f=false Último acesso: 09/04/2010.

WIND, Marlene. ONUF, Nicholas G. The rules of anarchy. In. NEUMANN, I. & WaeVER, O. *The Future of international Relations*. Routledge: London, 2001. p. 236-268.

LISTA DE PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS CITADOS

2003

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de transmissão do cargo de diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, do engenheiro Antônio José Correia Ribas para o engenheiro Jorge Miguel Samek - Auditório do Canal da Música – Curitiba - PR, 23 de janeiro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial - Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Peru, Alejandro Toledo - Palácio do Itamaraty, 11 de abril de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela Recife, PE, 25 de abril de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez - Recife - PE, 25 de abril de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada - Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 28 de abril de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário “Brasil – China: Um salto necessário” - Bndes – Rio de Janeiro - RJ, 30 de abril de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Uruguai, Jorge Batlle Ibañez - Palácio do Itamaraty, 12 de maio de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do XVIII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio- Cusco – Peru, 24 de maio de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez - Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT - Genebra – Suíça, 02 de junho de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner - Palácio da Alvorada, 11 de junho de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do MERCOSUL Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Iº Seminário de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável - Grand Bittar Hotel – Brasília, DF, 25 de junho de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness - Palácio Itamaraty, 25 de junho de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da 35ª Feira Nacional do Calçado – Franca 2003 - Anhembi – SP, 08 de julho de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Suriname, Runaldo Venetiaan - Palácio Itamaraty, 22 de julho de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre Brasil e Paraguai - Foz do Iguaçu – PR, 16 de agosto de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Palácio do Planalto, 04 de setembro de 2003

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência de Imprensa com o Presidente Álvaro Uribe - Cartagena das Índias - Colômbia, 16 de setembro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU - Nova Iorque - EUA, 23 de setembro de 2003

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com estudantes brasileiros - Residência de Protocolo do Conselho de Estado “La Mansión” - Havana – Cuba, 27 de setembro de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos - Palácio Itamaraty, 14 de outubro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão do Parlamento argentino em homenagem ao Brasil - Congresso da Nação Argentina – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do seminário “Integração da América do Sul: Desafios e Oportunidades” Hotel Sheraton – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista - Transamérica Expo Center, São Paulo, 27 de outubro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB) - Maputo - Moçambique, 04 de novembro de 2003

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique - Maputo, Moçambique, 05 de novembro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma - Windhoek - Namíbia, 06 de novembro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Namíbia - Windhoek Country Club- Windhoek, Namíbia, 07 de novembro de 2003

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da viagem a África do Sul - Pretória – África do Sul, 08 de novembro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 23º Encontro Nacional de Comércio Exterior - Centro de Convenções do Hotel Glória - Rio de Janeiro-RJ, 28 de novembro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário sobre Negócios e Investimentos - Hotel Le Méridien - Damasco – Síria, 03 de dezembro de 2003

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no plenário da Assembléia Nacional Libanesa - Beirute - Líbano – 05 de dezembro de 2003

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das chaves da cidade de Montevidéu - Montevidéu-Uruguaí, 16 de

dezembro de 2003

2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil - Genebra-Suíça, 29 de janeiro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 8ª Conferência Ibero-Americana de Cortes Supremas e Tribunais Superiores - Superior Tribunal da Justiça, 02 de fevereiro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas - Palácio do Itamaraty, 20 de abril de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade de Pequim: "Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira" - Pequim-China, 25 de maio de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o Fórum da Sociedade Civil, na 11ª Unctad - São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Fórum de Negócios Brasil/Colômbia - São Paulo-SP, 22 de junho de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de alto nível com investidores estrangeiros - Nova Iorque-EUA, 23 de junho de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos 20 anos de relançamento da Câmara Nacional de Comércio Brasileiro-Boliviana. - Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 08 de julho de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Reunião de Cúpula do Mercosul - Porto Iguazu - Argentina, 08 de julho de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde - Praia-Cabo Verde, 29 de julho de 2004.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da ponte "Wilson Pinheiro" – Integração Brasil/Bolívia - Brasília/AC, 11 de agosto de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na instalação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul - Assunção-Paraguai, 13 de agosto de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago-Chile, 23 de agosto de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil” - Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil” - Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene extraordinária do Congresso Nacional do Equador - Quito-Ecuador, 25 de agosto de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU - Nova Iorque, 21 de setembro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio - Rio de Janeiro-RJ, 04 de novembro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em homenagem ao Presidente da Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun - Palácio Itamaraty, 16 de novembro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul, por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica - Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul - Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial, Granja do Torto, 10 de dezembro de 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de Cúpula do Mercosul - Ouro Preto-MG, 17 de dezembro de 2004

2005

Respostas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a questionamentos de participantes da conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial - Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial - Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira Georgetown-Guiana, 15 de fevereiro de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 16ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe – Caricom - Paramaribo-Suriname, 16 de fevereiro de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de trabalho com os presidentes da Colômbia, Venezuela e Espanha - Ciudad Guayana-Venezuela, 29 de março de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita de Estado do presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez - Palácio do Planalto, 01 de abril de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião ampliada com o Presidente de Guiné-Bissau, Henrique Rosa Bissau-Guiné Bissau, 13 de abril de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Ilha de Gorée - Ilha de Gorée-Senegal, 14 de abril de 2005 e Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira residente no Senegal, Dacar-Senegal, 14 de abril de 2005.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no VI Fórum Global sobre Reinvenção do Governo - Seul-Coréia, 24 de maio de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento. Tóquio-Japão, 26 de maio de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Cúpula do Mercosul - Assunção-Paraguai, 20 de junho de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global” - Paris-França, 13 de julho de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco - Palácio Itamaraty, 01 de setembro de 2005

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido pelo Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe - Bogotá-Colômbia, 14 de dezembro de 2005

2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao primeiro-ministro da República Tcheca, senhor Jiri Paroubek - Palácio Itamaraty, 03 de março de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez - Palácio do Planalto, 16 de março de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante brinde em homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac, em jantar no Palácio do Itamaraty - Brasília, 25 de maio de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno do Mercosul - Caracas-Venezuela, 04 de julho de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora Salvador-BA, 12 de julho de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL - Córdoba-Argentina, 21 de julho de 2006

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate Geral da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas - Nova York, 19 de setembro de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio "Estadista do Ano 2006" - Nova Iorque, 19 de setembro de 2006

Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o presidente do Peru, Alan Garcia - Palácio do Planalto, 09 de novembro de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) - Cochabamba-Bolívia, 08 de dezembro de 2006

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) - Cochabamba-Bolívia, 09 de dezembro de 2006

2007**MENSAGEM ao Congresso Nacional Brasileiro – 2007**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul - Rio de Janeiro-RJ, 18 de janeiro de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul - Rio de Janeiro-RJ, 19 de janeiro de 2007

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome - Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2007

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado do Presidente da Bolívia, Evo Morales - Palácio do Planalto, 15 de fevereiro de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa Montevideu - Uruguai, 26 de fevereiro de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita de Estado do

Presidente da República do Equador, Rafael Correa - Palácio do Planalto, 04 de abril de 2007

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos com o governo do Chile - Palácio de la Moneda - Chile, 26 de abril de 2007

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de encerramento do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas. - Palácio do Itamaraty, 02 de maio de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula do Mercosul - Assunção, 29 de junho de 2007

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Potering - Bruxelas-Bélgica, 05 de julho de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de boas-vindas na chegada à Cidade do México - Cidade do México - México, 06 de agosto de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com empresários do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimentos e Tecnologia - Cidade do México - México, 06 de agosto de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal) - Brasília - DF, 22 de agosto de 2007.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos com o governo da Venezuela - Manaus-AM, 20 de setembro de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 25º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha e da 34ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha - Blumenau-SC, 19 de novembro de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul - Belém-PA, 06 de dezembro de 2007

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de assinatura da Declaração de La Paz sobre o Corredor Interoceânico e declaração à imprensa - La Paz - Bolívia, 16 de dezembro de 2007

2008

Texto introdutório da mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional – 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina - Buenos Aires - Argentina, 22 de fevereiro de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial “Brasil-Países Baixos, Oportunidades de Negócios” - Haia-Holanda, 11 de abril de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações - Unasul - Brasília-DF, 23 de maio de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de abertura do XX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE - Rio de Janeiro – RJ, 26 de maio de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura de encontro empresarial, com a presença do presidente de El Salvador, Elias Antonio Saca - São Salvador-El Salvador, 29 de maio de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - San Miguel de Tucumán – Argentina, 1º de julho de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de acordo - Riberalta-Bolívia, 18 de julho de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa - Bogotá-Colômbia, 19 de julho de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina, com a presença da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner - Buenos Aires-Argentina, 04 de agosto de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o almoço em homenagem à presidente da Argentina, Cristina Kirchner - Palácio Itamaraty, 08 de setembro de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar para a entrega da condecoração da insígnia de ouro da “America’s Society” (Sociedade das Américas) e do “Council of the Americas” (Conselho das Américas) - Nova Iorque-EUA, 22 de setembro de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque-EUA, 23 de setembro de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião dos governadores e prefeitos da Rodada de Integração Produtiva do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul (FCCR): Eixo Sul - Foz do Iguaçu-PR, 07 de novembro de 2008

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 36ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul - Costa do Sauípe-BA, 16 de dezembro de 2008

2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos trechos Arroyo Concépcion-El Carmen e El Carmen-Roboré do Corredor Bioceânico - Arroyo Concépcion-Bolívia, 15 de janeiro de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 2ª Cúpula América do Sul-Países Árabes - Doha - Catar, 31 de março de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na plenária de abertura do Fórum Econômico Mundial-América Latina - Rio de Janeiro-RJ, 15 de abril de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Sessão Plenária da 5ª Cúpula das Américas - Porto de Espanha – Trinidad e Tobago, 18 de abril de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita oficial do presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua - Palácio Itamaraty – Brasília-DF, 29 de julho de 2009

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de abertura da 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - Quito-Ecuador, 10 de agosto de 2009

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - Bariloche-Argentina, 28 de agosto de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 27º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) - Vitória-ES, 1º de setembro de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Itacutú - Boa Vista-RR, 14 de setembro de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África - Isla de Margarita-Venezuela, 26 de setembro de 2009

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço do Fórum da Inovação França-Brasil, alusivo ao encerramento do Ano da França no Brasil - São Paulo-SP, 10 de novembro de 2009

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de visita oficial ao Peru - Lima-Peru, 11 de dezembro de 2009

2010

MENSAGEM CONGRESSO NACIONAL 2010

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de comemoração dos 10 anos do Fórum Social Mundial - Porto Alegre - RS, 26 de janeiro de 2010

Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicada no jornal La Diaria, do Uruguai, por ocasião da posse do presidente José Mujica - Publicada em 25 de fevereiro de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do encontro empresarial Brasil-Jordânia - Amã-Jordânia, 18 de março de 2010.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente do Chile, Sebastián Piñera, ao Brasil - Palácio Itamaraty, 09 de abril de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos em conjunto com o presidente do Peru, Alan García - Manaus-AM, 16 de junho de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação e primeira Sessão Plenária da Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom) - Palácio Itamaraty, 26 de abril de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao presidente de Angola, José Eduardo dos Santos - Palácio Itamaraty, 23 de junho de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Seminário de Alto Nível da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) - Brasília-DF, 1º de junho de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da 39ª Reunião de Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho - San Juan-Argentina, 03 de agosto de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço

oferecido ao presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos - Palácio Itamaraty, 1º de setembro de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após ser homenageado com a condecoração Ordem de Excelência, concedida pelo Governo da Guiana - Georgetown-Guiana, 25 de novembro de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da Unasul - Georgetown-Guiana, 26 de novembro de 2010

Segunda intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão em homenagem ao ex-presidente da Argentina Néstor Kirchner e sessão plenária da XX Cúpula Ibero-Americana - Mar Del Plata-Argentina, 04 de dezembro de 2010

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de encerramento da Cúpula Social do Mercosul - Foz do Iguaçu-PR, 16 de dezembro de 2010

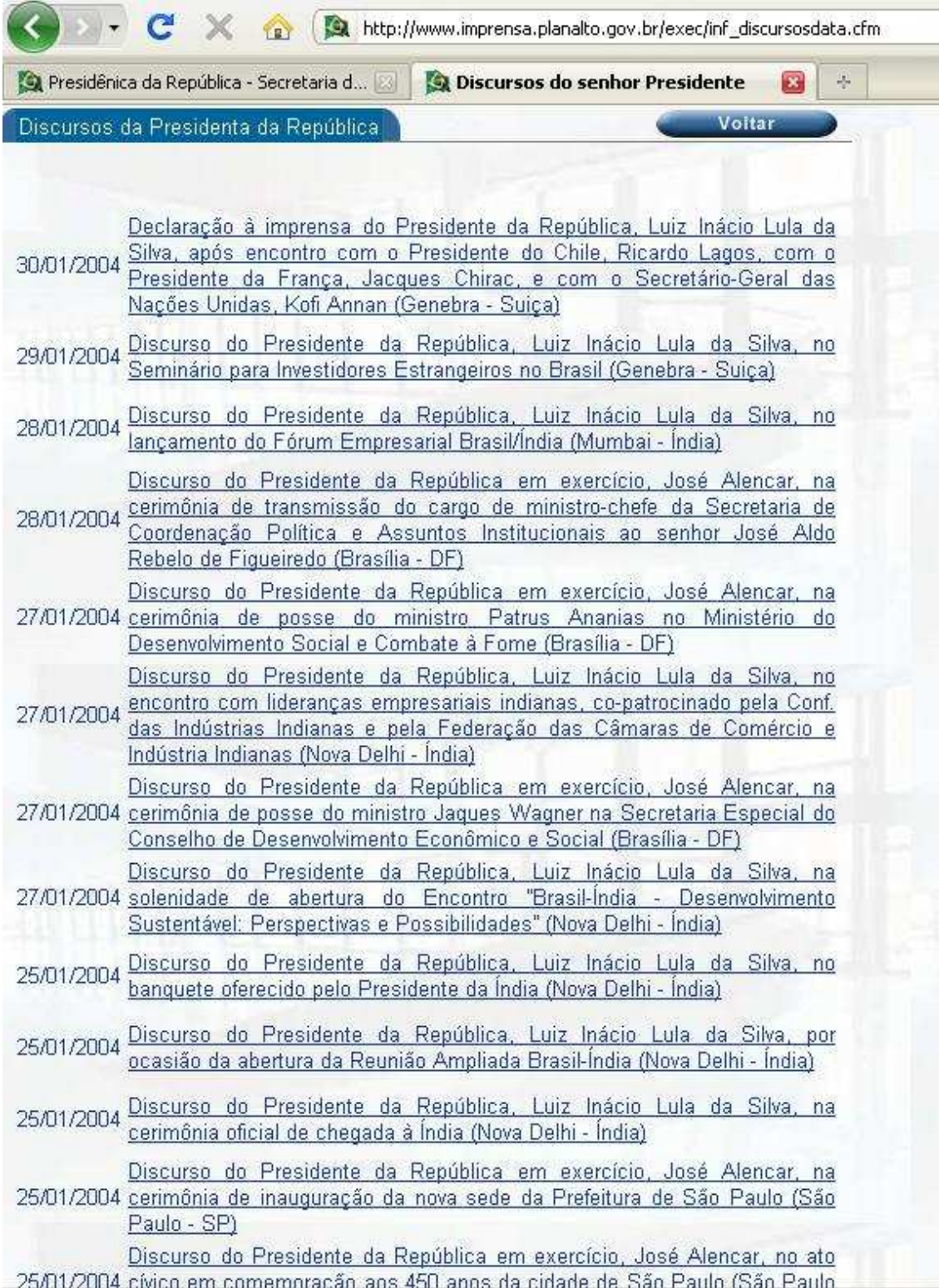
ANEXO 1

Ferramenta de busca de discursos por mês e ano no *site* da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.



ANEXO 2

Lista de discursos e pronunciamentos no *site* da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.



The image is a screenshot of a web browser displaying a list of speeches and statements. The browser's address bar shows the URL: http://www.imprensa.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata.cfm. The page title is "Discursos do senhor Presidente". The list contains 15 entries, each with a date and a description of the speech or statement.

Data	Descrição
30/01/2004	<u>Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, com o Presidente da França, Jacques Chirac, e com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan (Genebra - Suíça)</u>
29/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil (Genebra - Suíça)</u>
28/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Fórum Empresarial Brasil/Índia (Mumbai - Índia)</u>
28/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na cerimônia de transmissão do cargo de ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais ao senhor José Aldo Rebelo de Figueiredo (Brasília - DF)</u>
27/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na cerimônia de posse do ministro Patrus Ananias no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasília - DF)</u>
27/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com lideranças empresariais indianas, co-patrocinado pela Conf. das Indústrias Indianas e pela Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas (Nova Delhi - Índia)</u>
27/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na cerimônia de posse do ministro Jaques Wagner na Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasília - DF)</u>
27/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro "Brasil-Índia - Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades" (Nova Delhi - Índia)</u>
25/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no banquete oferecido pelo Presidente da Índia (Nova Delhi - Índia)</u>
25/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Reunião Ampliada Brasil-Índia (Nova Delhi - Índia)</u>
25/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de chegada à Índia (Nova Delhi - Índia)</u>
25/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na cerimônia de inauguração da nova sede da Prefeitura de São Paulo (São Paulo - SP)</u>
25/01/2004	<u>Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, no ato cívico em comemoração aos 450 anos da cidade de São Paulo (São Paulo - SP)</u>



Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional

Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet;

Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de



vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba,



mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo



brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que



querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da



nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais.



Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.



A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.



O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da Unasul
Georgetown-Guiana, 26 de novembro de 2010**

Eu quero cumprimentar o nosso querido amigo Jagdeo, presidente da Guiana,

E quero cumprimentar o nosso companheiro Rafael Correa,

E cumprimentando os dois eu quero cumprimentar todos os companheiros chefes de Estado, os chanceleres, e os nossos companheiros todos que estão aqui,

Esta é uma ocasião muito especial para mim. Em pouco mais de um mês estarei deixando a Presidência da República do meu país. Meu lugar será ocupado por minha companheira e amiga Dilma Rousseff. É, assim, um momento de despedida, mas também de esperança, e de muita esperança, porque parecia impossível eleger uma mulher presidenta da República na nossa América do Sul, e de repente veio Michelle, de repente veio Cristina, e agora veio Dilma. Eu espero que outras mulheres continuem galgando...

Quis o destino que Néstor Kirchner nos deixasse tão cedo e de forma muito repentina. Néstor – um incansável defensor da integração regional - soube enfrentar com destemor o desafio de ser o primeiro secretário-geral da Unasul. Por sua coragem, independência, firmeza de propósito e sentido de lealdade aos povos da sua região, a figura de Kirchner ficará para sempre registrada em nossa memória como uma fonte maior de inspiração. É preciso saber honrar a sua memória. O seu sonho é o sonho de todos os sul-americanos. É o nosso sonho.

Meus caros companheiros e companheiras,

Deixo a Presidência da República do Brasil com o sentimento do dever cumprido. Estou profundamente honrado por ter colaborado com meus amigos chefes de Estado da América do Sul para a criação da Unasul. E aqui um pedido de desculpas aos companheiros da Unasul. O projeto de lei já foi para a Câmara para ser votado. Há consenso no conteúdo - entre a base de sustentação do governo -, mas como não tinha quorum porque os deputados ainda estão... os que perderam, chorando; e os que ganharam ainda não tomaram posse, ou seja, não teve quorum, e a oposição pediu verificação de quorum e, portanto, não pôde ser votado. Mas eu acho que é apenas uma questão de dias, e nós seremos aprovados na Câmara e no Senado, e nós também não teremos problema. Se tivermos algum problema neste ano, certamente, no começo do mandato a Dilma vai ter muito mais facilidade de votar as coisas no Senado e na Câmara, porque a nossa maioria agora é mais folgada nas duas Casas. De qualquer forma, eu peço desculpas porque o Brasil, pelo que ele representa na América do Sul, já deveria ter aprovado.



Quando lançamos em Cusco, em dezembro de 2004, os fundamentos desse empreendimento, poucos imaginavam que, seis anos mais tarde, teríamos constituído uma verdadeira União Sul-Americana.

Com a Unasul, a América do Sul deixa de ser apenas um conceito geográfico. Passa a ser ator global, articulando-se em torno de um projeto amplo de integração, uma realidade política.

Estamos materializando o sonho de nossos próceres e libertadores. Estamos superando a inércia e as resistências que, ao longo de duzentos anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos os caminhos da unidade.

Nos anos 80 e 90 do século passado, o pensamento conservador hegemônico nos impôs modelos de ajuste econômico retrógrados, discriminatórios e vazios de preocupação social. Foram regras ditadas por supostos especialistas, que não conheciam a região, mas tiveram o acordo submisso de parte de nossas elites políticas.

Essas políticas separavam crescimento de distribuição de renda. Dizendo privilegiar a estabilidade, mergulharam nossos países na recessão, desemprego, e no caos macroeconômico. Desqualificavam a política e a ação do Estado. Menosprezavam a noção de soberania nacional.

O legado desse período foi doloroso. Para revertê-lo, vários países tiveram de ser literalmente refundados, como resultado das profundas crises políticas que varreram a região.

Hoje já não somos vistos apenas como uma periferia distante e problemática. Não somos área de influência de nenhuma metrópole. Somos parte essencial da solução da maior crise econômica das últimas décadas. Uma crise que não criamos e que nasceu no centro do capitalismo mundial, por obra da anarquia dos mercados e da irresponsabilidade de governantes que não souberam regulá-los. O mundo de hoje não é mais moldado por alguns poucos países desenvolvidos. Até porque eles estão em crise.

Sem os países em desenvolvimento não será possível a abertura de um novo ciclo de expansão que combine crescimento, combate à fome e à pobreza, redução das desigualdades sociais e preservação ambiental.

Essas devem ser as prioridades da nova agenda internacional. Esta é a hora para reconstruir as instituições globais em bases mais democráticas, representativas, legítimas e eficazes.

No momento em que se está constituindo um mundo multipolar, a América do Sul pode – e deve - afirmar sua presença no plano internacional e renovar a confiança em si mesma e na capacidade de seus povos construir um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz.



A Unasul é a expressão política desse projeto. Para tanto, deve desenvolver rapidamente instituições, flexíveis e ágeis para articular as iniciativas comuns nesse processo ambicioso de integração. Essas instituições permitirão potencializar nossos amplos recursos humanos, energéticos, agrícolas, minerais, e nossa biodiversidade.

Vamos tirar proveito da vastidão e diversidade de nosso território, banhado por dois oceanos. Somos quase 400 milhões de homens e mulheres que se beneficiam hoje de uma excepcional fase de crescimento econômico da região e de bem-sucedidos programas de inclusão social que ajudam a diminuir uma ainda persistente pobreza e desigualdade. Eles constituem enorme base produtiva e grande mercado de bens de consumo.

Nossas indústrias, universidades e centros científicos e tecnológicos nos aproximam dos grandes avanços que a Humanidade vem experimentando nas últimas décadas. Não por acaso, somos hoje um dos principais pontos de atração de investimentos no mundo.

A América do Sul é uma região de paz, onde floresce a democracia. Os governantes de todos os nossos países foram eleitos em pleitos democráticos e com ampla participação popular. Nossa democracia tem povo nas ruas, tem participação da sociedade.

Mas não há democracia e prosperidade sem alicerces sólidos e cooperação. Por isso, a Carta Democrática da Unasul que aprovamos hoje será fundamental para afastar os riscos à ordem institucional na região.

A Unasul reflete a diversidade e o pluralismo de nossas opiniões e visões. Tomamos nossas decisões sempre por consenso. Consenso que nasce do compromisso comum com a democracia e que se constrói na harmonia e no respeito mútuo. Por meio de exercício permanente do acordo político, afiançaremos a estabilidade regional e o desenvolvimento solidário.

O Tratado Constitutivo aprovado em Brasília, em 2008, nos lembra, já em seu preâmbulo, que a integração sul-americana é essencial para o fortalecimento da América Latina e do Caribe. A Unasul nasce, assim, aberta para o seu entorno.

Insisto na necessidade de aperfeiçoarmos nossas instituições para implementar as políticas aprovadas e avançar rapidamente com projetos inovadores e de grande alcance em áreas prioritárias.

As negociações do Tratado de Integração Energética colocam sobre a mesa elementos que nos permitirão, em breve, ter um plano de trabalho objetivo, com propostas concretas e metas alcançáveis. Não podemos ser, ao mesmo tempo, a região do mundo de maior potencial energético e aquela que ainda sofre apagões.



É fundamental também avançar concretamente em um amplo projeto de conexão física de nossos países, ainda muito separados pela geografia e pelo descaso de governantes passados.

A entrada em vigor do Banco do Sul e o fortalecimento da CAF e do Focem ajudarão na retomada do crescimento e na geração de empregos.

O Conselho Sul-Americano de Defesa investe no fortalecimento da confiança mútua regional, por meio da cooperação e do intercâmbio nas áreas de formação, treinamento e transparência, mas podemos ampliar e aprofundar esses vínculos.

Vivemos em uma das regiões mais pacíficas e desarmadas do mundo. Estamos construindo uma visão regional de defesa fundada em valores e princípios comuns, como o respeito à soberania, à autodeterminação e à integridade territorial dos Estados e a não intervenção em assuntos internos.

Nossas Forças Armadas estão comprometidas com a construção da paz, especialmente em nosso entorno. Nossa presença no Haiti, por meio da Minustah, é exemplo eloquente dessa determinação.

Temos de tirar consequências práticas, rápidas, de nossa decisão de criar um Conselho de Combate ao Narcotráfico. O crime organizado não pode continuar sendo uma ameaça às nossas sociedades e ao Estado de Direito.

O comércio intrarregional cresceu muito, mas ainda precisamos torná-lo mais equilibrado, dando a todos igual acesso ao mercado que estamos consolidando. Mais do que eliminar tarifas e reduzir barreiras não tarifárias, devemos estimular a criação de cadeias de integração produtiva entre nossas empresas estatais e privadas e o desenvolvimento de parcerias em setores estratégicos, como os da energia e derivados, indústria aeronáutica, construção naval, medicamentos e equipamentos de defesa.

Só com mecanismos abrangentes e estruturais vamos lograr superar as assimetrias entre nossos países e deixar para trás uma longa história de indiferença e isolamento recíproco.

Meus caros companheiros,

São esses fatores materiais e os valores que cultivamos que nos permitem aspirar a uma crescente projeção geopolítica e geoeconômica no novo mundo que se está constituindo, um mundo multipolar e multilateral.

Temos condições de sobra para renovar o nosso orgulho coletivo diante da grande obra de integração que já realizamos juntos. Nossos governantes precisam ter, cada vez mais, o sentimento da história.



É fundamental pensar a integração como projeto estratégico e com sentido de política de Estado, superior às contingências adversas que possam surgir pontualmente.

O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul. Não podemos sucumbir à tentação de saídas isoladas. Nenhum de nossos países será efetivamente próspero sem que todos sejamos prósperos. Nosso futuro está na união, nosso futuro está na Unasul.

É com esse espírito de confiança em nosso futuro que expresso minha gratidão e reconhecimento pela liderança e pelo trabalho sereno e eficaz do companheiro Rafael Correa neste último ano, período de intensa atividade para a consolidação da nossa organização.

Ao presidente Jagdeo, que inicia hoje a Presidência do turno, desejo tanto trabalho quanto o Rafael e tanta sorte quanto o Rafael para avançar ainda mais na consolidação da Unasul. Estou certo, Jagdeo, de que saberá conduzir a obra da integração de todos os sul-americanos à altura das aspirações de nossos povos.

Antes de terminar, eu prometo não fazer improviso aqui, Chávez, porque eu estou atrasado uma hora. Esta hora era a hora em que nós deveríamos estar tirando fotografia e ir embora, porque eu tenho compromisso em Manaus.

Antes de terminar, eu quero fazer um pedido e dizer o seguinte: está aqui comigo o companheiro José Graziano, que é um companheiro que é hoje... ele é o representante da FAO para a América Latina, é o companheiro que me ajudou a criar o programa Fome Zero e o Bolsa Família, e este companheiro... o Brasil e eu, antes que a Dilma entre, tomo a liberdade de apresentá-lo à Unasul, para que a gente possa indicá-lo para ser o novo diretor-geral da FAO, que teremos eleições no próximo ano. A FAO precisa menos de um homem e mais de um projeto. E o projeto que nós fizemos no Brasil é um projeto que deu certo, tem resultados extraordinários, e eu acho que isso é uma coisa extremamente importante.

Por último, porque eu acho que está chegando a vez da Cristina falar, eu queria dizer a vocês, companheiros, os meus agradecimentos. Na hora em que eu comecei a falar, eu estava lembrando que em Cusco nós tínhamos tanto desconhecimento uns dos outros e tanta desconfiança uns dos outros, que numa simples mesa de conversa entre presidentes, aconteceu um entrevero entre Chávez e Toledo, e um deles saiu da reunião – não sei se foi o Toledo que saiu ou o Chávez (incompreensível) – eu fui buscar o Toledo (incompreensível) que não era possível, que não porque tinha discordância que a gente ia acabar com a reunião de Cusco.

Eu queria dizer para vocês o seguinte: olhe, eu sei que nós somos muito exigentes conosco mesmos, nós nos cobramos demais. E é bom que seja assim. Mas eu, que não sou o decano, porque o Chávez é o decano, posso dizer a vocês, companheiros, que saio da



Presidência do Brasil convencido de que nós conseguimos fazer nesses anos o que vários companheiros nossos tentaram fazer durante décadas e décadas, e não conseguiram.

Nós aprendemos a nos respeitar, nós aprendemos a conviver democraticamente na diversidade. E vou usar duas pessoas aqui para dar esse exemplo. Não há dentre nós, aqui nesta sala, que cinco meses atrás pudéssemos imaginar que a relação entre o presidente Santos, da Colômbia, e o presidente Chávez, da Venezuela, fosse ser tão harmônica... Esse – para quem é cristão como eu – é o milagre da política, é o milagre da política. E também na política acontece isso.

Eu digo isso porque se a gente pegasse uma fotografia do que era a América do Sul nos anos 2000, tirasse uma fotografia e comparasse com a fotografia que nós temos hoje, nós iríamos perceber o avanço que aconteceu, de pessoas eleitas com o compromisso de fazer política social. Eu sempre acreditei, presidenta Cristina, que independentemente do pensamento ideológico, se as pessoas tiverem o povo organizado e cobrando, ninguém fugirá de fazer um governo progressista. Você participa comigo no G-20, acho que é a primeira vez na história, a primeira vez na história, Chávez, que eu e Cristina entramos em uma reunião do G-20 todos orgulhosos com o crescimento das nossas economias, com o crescimento da geração de empregos.

Só de janeiro a setembro, no Brasil, Chávez, foram criados 2,409 milhões de empregos formais. Enquanto nos países desenvolvidos, a gente olha para a fisionomia de cada um, eles estão todos combalidos, porque eles sabiam resolver a crise da Argentina, eles sabiam resolver a crise do Peru, eles sabiam resolver a crise do México, eles sabiam resolver a crise no Brasil, mas quando a crise é deles, eles não sabem resolver.

Vocês, aqui, todos foram vítimas. Quantas vezes nós andamos pelo mundo, e qualquer secretário de terceira categoria olhava na cara de um presidente da América do Sul e ousava dizer o que a gente tinha que fazer. Hoje eles não ousam, porque eles sabem que nós somos sabidos iguais a eles. A diferença nossa é que nós, hoje, temos mais soberania e autodeterminação do que a gente tinha há dez anos. Eu, companheiro Chávez, ficava ofendido cada vez que a imprensa brasileira mostrava a fotografia, na primeira página, de duas pessoas do FMI descendo no aeroporto do Rio de Janeiro ou no aeroporto de São Paulo para fiscalizar as contas do Brasil. Era uma vergonha. Todo final de ano, aquele monte de autoridades brasileiras correndo para Washington para tomar dinheiro emprestado para poder fechar as contas no final do mês (ano).

Eu vou entregar o meu país para a companheira Dilma Rousseff, não devendo ao FMI, eles me devem agora US\$ 14 bilhões, que eu emprestei para eles, e com quase US\$ 300



bilhões de reservas, Então, eu acho que essa é a autodeterminação, esse orgulho de ser latino americano, esse orgulho de ser sul-americano é que pode permitir a gente criar mais avanços.

É verdade Rafael, nós não avançamos o tanto que poderíamos avançar, porque nós decidimos as coisas aqui, nós temos de nos submeter ao Congresso de cada um dos nossos países. Nós temos a burocracia que, muitas vezes, não faz aquilo que é necessário fazer... Demora mais. Eu tenho a convicção de que daqui para frente nós só iremos avançar. Estou convencido, companheiros, de que o mundo aprendeu uma coisa – e eu não me esqueço nunca, Chávez; não me esqueço nunca, companheiro Santos – o que aconteceu comigo no caso do Irã. Não me esqueço nunca. É uma coisa que eu vou guardar para contar para os meus bisnetos, se eu tiver bisnetos, porque o que nós fizemos com o Irã - e você conhece bem o Ahmadinejad - o que nós fizemos com o Irã foi apenas convencer o Irã a se dispor a sentar em uma mesa de negociação, que o Conselho de Segurança da ONU estava tentando há dez anos e não conseguia; e nós dissemos “nós vamos conseguir”. Pedi até a sua ajuda, fomos lá. O companheiro Ahmadinejad assinou o documento, que era *ipsis litteris*... dá para traduzir *ipsis litteris*? Pois bem, que era igualzinho à carta que o Obama tinha me mandado, dez dias antes, dizendo quais eram as condições para que eles aceitassem o acordo com o Ahmadinejad. Qual não foi a nossa surpresa que, quando o Ahmadinejad assinou, e nós imaginávamos que eles iriam telefonar para agradecer, eles ficaram nervosos, porque dois países pobres, dois países pobres estavam conseguindo fazer o que eles não conseguiam fazer. E, no Brasil, Rafael, no Brasil, setores da imprensa diziam assim: “O que o Lula tinha que se meter? Não é coisa dele.”. Porque passava a ideia de que para resolver os conflitos do mundo só os Estados Unidos poderiam resolver. Ora, como é que eles podem resolver se são eles os criadores do problema? Como eles podem resolver? Então eu quero, sem nenhuma afronta a ninguém, sem nenhuma afronta a ninguém, eu queria dizer para vocês, sem nenhuma arrogância, que o bem maior que nós conquistamos, nesta América do Sul, o bem maior foi a gente aprender a andar de cabeça erguida; foi a gente aprender a gostar do nosso povo; foi a gente aprender a priorizar os nossos países. O nosso mundo, na América do Sul, não é apenas pobre, porque os gringos fizeram pobres; a nossa América do Sul é pobre, porque, secularmente, nós tivemos uma elite pobre que só dava valor àquilo que vinha de fora. No Brasil, no auge da borracha, os donos dos seringais mandavam lavar as suas roupas, de Manaus, em Paris. Levava seis meses para a roupa ir até Paris e voltar, quando seria muito mais fácil pagar para uma brasileira desempregada lavar a roupa deles e ganhar um salário e (incompreensível).

Eu acho que quando a gente vê discursos como o teu, Rafael, muita gente pode dizer: “Esse cara é sectário”, porque nós não ouvíamos isso. Quem não está lembrado do que falavam de nós, Chávez, no caso da Alca? “Ah, se não implantar a Alca vai ser o fim da



América do Sul. Ah, vai acabar com a América do Sul se a Alca não vier.”. Nós não fizemos a Alca; fortalecemos o Mercosul. Nem os americanos falam mais da Alca, porque eles sabem que o Nafta está criando problema para eles.

Então, companheiros e companheiras, eu queria dizer para vocês uma coisa: briguem, divirjam, discutam. Se não der para tomar decisão em uma reunião, não tem problema, tomem na outra. O que é importante é que não se pode abrir mão, em momento algum, de construir uma América do Sul forte, uma América do Sul sem analfabetos, sem desnutrição, uma América do Sul com avanço científico e tecnológico, mas, sobretudo, uma América do Sul, onde cada cidadão sul-americano tenha orgulho de ser do jeito que nós somos. Cada sul-americano tem que ter orgulho do que nós somos, porque não é possível... Não é apenas o dinheiro que faz uma nação, não é apenas a grandeza do território que faz uma nação, não é apenas o PIB que faz uma nação; o que faz uma nação é a autoestima de um povo, é o orgulho de um povo. Nós temos, no nosso continente, um pequeno país, que é pobre, que passa por situações financeiras difíceis. Agora eu duvido que tenha, em todo o mundo, um país pequeno, mas um país de um povo orgulhoso como nós temos o povo cubano, na América Latina. Não existe, não existe. Não pode ser representado em PIB, em poder de consumo, mas em um orgulho de uma nação que foi construída e que nós estamos construindo. Cristina é parte viva disso. Eu estive... Conheci a Argentina antes de Kirchner e de Cristina, e a Argentina, teve um tempo em que ninguém nem queria ser presidente da Argentina. Esta mulher e o Kirchner deram ao povo argentino o orgulho, que a Argentina teve durante toda a sua história, recuperado.

Então, eu acho que é isso que conta na nossa passagem pela Presidência dos nossos países. Então, eu deixo a Presidência da República certo de que não fizemos tudo que tínhamos que fazer, mas fizemos tudo que era possível fazer, e vou continuar fazendo política – não pensem que vão se livrar de mim, não pensem que vão se livrar de mim. Eu vou continuar fazendo política neste país, porque eu acho que as experiências bem-sucedidas precisam ser socializadas com o mundo inteiro.

Portanto, companheiros, pelo carinho que vocês me dedicaram durante todo esse tempo, muito obrigado, e boa sorte a todos vocês.